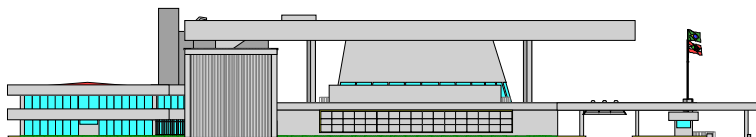


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXII

FLORIANÓPOLIS, 2 DE ABRIL DE 2013

NÚMERO 6.531

MESA

Joares Ponticelli
PRESIDENTE

Romildo Titon
1º VICE-PRESIDENTE

Pe. Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
1º SECRETÁRIO

Nilson Gonçalves
2º SECRETÁRIO

Manoel Mota
3º SECRETÁRIO

Jailson Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Aldo Schneider

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Valmir Comin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Carlos Chiodini

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Ana Paula Lima

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Dóia Guglielmi

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Mauro de Nadal - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Jean Kuhlmann
Ana Paula Lima
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Narcizo Parisotto
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Darci de Matos
Aldo Schneider
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Dirceu Dresch - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Edison Andrino
Moacir Sopelsa
Reno Caramori
Dóia Guglielmi
Sargento Amauri Soares

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
José Nei A. Ascari
Dirceu Dresch
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dóia Guglielmi

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Marcos Vieira - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Ciro Roza
Dirceu Dresch
Aldo Schneider
Mauro de Nadal
Angela Albino

**COMISSÃO DE DEFESA DOS
DIREITOS DA PESSOA COM
DEFICIÊNCIA**

José Nei A. Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Altair Guidi
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Antonio Aguiar
Serafim Venzon

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Angela Albino
Valmir Comin
Neodi Saretta
Luciane Carminatti
Aldo Schneider
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Reno Caramori
Ana Paula Lima
Antonio Aguiar
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Gelson Merisio
Angela Albino
Dirceu Dresch
Carlos Chiodini
Moacir Sopelsa
Dado Cherem

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Ciro Roza
Valmir Comin
Dirce Heiderscheidt
Edison Andrino
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Dóia Guglielmi - Presidente
Jorge Teixeira
Gelson Merisio
Valmir Comin
Luciane Carminatti
Volnei Morastoni
Moacir Sopelsa
Antonio Aguiar
Narcizo Parisotto

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Serafim Venzon - Presidente
Valmir Comin
Ana Paula Lima
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Ismael dos Santos
Narcizo Parisotto

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Jorge Teixeira
Angela Albino
Antonio Aguiar
Gilmar Knaesel
José Milton Scheffer

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E DESPORTO**

Antonio Aguiar - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Ismael dos Santos
Sargento Amauri Soares
Carlos Chiodini
Dado Cherem

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Altair Guidi - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Aldo Schneider
Edison Andrino
Dado Cherem
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**


Angela Albino - Presidente
Jean Kuhlmann - Vice-Presidente
Reno Caramori
Volnei Morastoni
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Antonio Aguiar - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Sargento Amauri Soares
Jorge Teixeira
Mauro de Nadal
Serafim Venzon

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jean Kuhlmann - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
Volnei Morastoni
Mauro de Nadal
Altair Guidi
Gilmar Knaesel

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora em exercício: Nadia Regina Pereira</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Francisco Carlos Fernandes Pacheco</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXII NESTA EDIÇÃO: 36 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 018ª Sessão Ordinária realizada em 20/03/2013.....2 Ata da 003ª Sessão Extraordinária realizada em 20/03/2013..... 12 Ata da 019ª Sessão Ordinária realizada em 21/03/2013..... 13 Ata da 008ª Sessão Especial realizada em 25/03/2013, às 19h 17 Ata da 020ª Sessão Ordinária realizada em 26/03/2013.....22</p> <p>Atos da Mesa Ata da Presidência DL33</p> <p>Publicações Diversas Ofícios33 Projetos de Lei34 Redações Finais36</p>
---	--	--

P L E N Á R I O

ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Repudia as atitudes do presidente da comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal; relata visita ao Hospital Infantil Joana de Gusmão.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Reporta-se à visita realizada ao Hospital Infantil Joana de Gusmão.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pede providências para resolução dos problemas do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Comunica que trará esclarecimentos à Casa sobre o financiamento de R\$ 3 bilhões junto ao BNDES.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Dá conta do relatório da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas sobre a combinação álcool e direção em SC.

Partidos Políticos

DEPUTADO VALMIR COMIN - Defende a utilização do carvão mineral na matriz energética do país.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Valmir Comin pela defesa do carvão catariense.

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Retoma a questão da aplicação de empréstimo do BNDES; posiciona-se sobre a questão dos royalties do petróleo.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Reflete sobre o Dia Mundial da Água.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Cumprimenta o deputado Gilmar Knaesel pelo tema abordado.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de três vereadores de Sombrio.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Comunica a presença do prefeito e vice-prefeito de Sul Brasil.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Anuncia a presença de vereadores de Itapoá.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Expõe seus propósitos como novo líder do governo.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Parabeniza o deputado Aldo Schneider pela condução à liderança do governo.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (aparte) - Parabeniza o deputado Aldo Schneider pela condução à liderança do governo.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza o deputado Aldo Schneider pela condução à liderança do governo.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Parabeniza o deputado Aldo Schneider pela condução à liderança do governo.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda a questão da segurança pública no estado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Reporta-se aos bons exemplos na área da segurança.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Elogia experiência de política pública para as mulheres implementada em Dionísio Cerqueira.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Agradece a presença de comitiva de Bela Vista do Toldo.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença do vereador Jeferson Luis de Oliveira, de Jaraguá do Sul.

Ordem do Dia

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (pela ordem) - Solicita a apreciação da redação final do PL n. 0035/2013.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, hoje o PCdoB tem o seu horário, portanto, vou dedicar este tempo a dois temas, pois depois ainda quero desenvolver um pouco mais sobre a visita que fizemos hoje ao Hospital Infantil Joana de Gusmão, particularmente à realocação das crianças que ocupam o setor de Oncologia.

Quero abrir a minha fala de hoje mencionando que esta Casa ontem, por ampla maioria, aprovou o requerimento de minha autoria pedindo que o Congresso Nacional reveja sua posição quanto a elevar à condição de presidente da comissão de Direitos Humanos um parlamentar que não esconde a sua posição contrária à população negra do país e contrária também aos direitos das pessoas não heteronormativas.

Não bastasse isso, hoje o jornal *O Globo* publica trechos de um livro do mesmo parlamentar, *Religião e Política*, no qual ele diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Quando você estimula uma mulher a ter os mesmos direitos do homem, ela querendo trabalhar, a sua parcela como mãe começa a ficar anulada, e, para que ela não seja mãe, só há uma maneira que se conhece: ou ela não se casa, ou mantém um casamento, um relacionamento com uma pessoa do mesmo sexo, e que vão gozar dos prazeres de uma união e não vão ter filhos.” [sic]

Na insanidade desse parlamentar, a mulher que trabalha é uma mulher lésbica e estamos conduzindo as coisas visando a uma sociedade catastrófica, homossexual, que não vai gerar mais filhos.

Esse é o presidente da comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal da República Federativa do Brasil.

Portanto, quero dizer aqui, usando a fala horrorosa desse parlamentar, que nós, mulheres que há um século lutamos pela igualdade, segundo dados da própria ONU, vamos levar mais um século para conquistar essa igualdade. Nós, que vivemos num estado aonde a desigualdade salarial entre homens e mulheres chega a 60%; nós, que lutamos para não sofrer violência de gênero; nós, que ainda convivemos com estupro coletivo; nós, que a cada 15 segundos sofremos violência, reafirmamos que a luta das mulheres não é somente a luta pela igualdade, é a luta da sociedade por construir um mundo mais justo e fraterno.

Eu tenho absoluta convicção de que valores que historicamente são tidos como femininos, como empatia, compaixão e solidariedade, na verdade não o são apenas femininos, são valores que devem nortear todos os que querem construir uma nova sociedade, um novo tempo.

Quero milhares de mulheres nos espaços de poder, milhões de mulheres nos espaços de trabalho, e isso não afeta a minha opção sexual, mas se afetasse não era assunto

do deputado, menos ainda de um deputado que preside a comissão de Direitos Humanos.

Por isso é que o Brasil inteiro se levantou contra as palavras desse deputado, porque não estamos falando apenas de um parlamentar que tem uma visão muito esquisita de mundo, o fato é que ele ocupa a presidência da comissão de Direitos Humanos da mais alta Casa Legislativa do país. Logo, suas declarações são uma afronta à população negra, uma afronta às pessoas não heteronormativas.

Essa foi a razão desta Casa ter aprovado um requerimento ontem, pois tenho certeza de que se não fizermos nada para mudar esse quadro, se esse parlamentar continuar à frente da comissão de Direitos Humanos, o nosso silêncio será cúmplice.

Nós, aqui em Santa Catarina, dissemos que não aceitamos isso. Eu tenho certeza de que outros parlamentos vão-se reunir para repudiar também. Se isso vai redundar em ação concreta, eu não sei. Muitas vezes a causa é justa, mas nem por isso ela é vitoriosa.

Contudo, esta Casa dorme em paz sabendo que ao menos disse que não concorda com isso. É desrespeitoso com as mulheres quando é falado isso numa mesa de bar. O que fez esse presidente da comissão de Direitos Humanos com essa fala foi desrespeitar, afrontar, a Constituição do nosso país, que prevê plena igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Gostaria de mencionar também - e certamente o deputado Volnei Morastoni e a deputada Ana Paula Lima subirão à tribuna para tratar do mesmo tema - que hoje fomos novamente ao Hospital Infantil Joana de Gusmão. Novamente porque, também sob a presidência da comissão de Saúde, representada pelo deputado Volnei Morastoni, eu e a deputada Ana Paula Lima estivemos, no ano passado, no curso da greve, visitando o Hospital Infantil Joana de Gusmão e lá vimos profissionais abnegados, profissionais dedicados, gente que tem paixão pelo que faz, mas que trabalha em péssimas condições.

Ainda agora, na comissão de Constituição e Justiça e também na comissão de Finanças e Tributação, debatíamos sobre o empréstimo de R\$ 3 milhões que o governo do estado contraiu junto ao BNDES, com aval do governo federal, ou seja, um acordo que foi construído entre o governo do estado e o governo federal, e ainda não sabemos para onde esse dinheiro vai. Foi uma demanda que a deputada Ana Paula Lima apresentou, foi aprovada e certamente será importante sabermos para onde vai esse dinheiro.

Mas hoje fomos ao Hospital Infantil Joana de Gusmão e tratamos da questão da ala da Oncologia. Vocês imaginem para quem é pai, para quem é mãe, ter um filho com câncer e não saber onde ele vai ficar no dia seguinte, se vai ficar num lugar, se vai ficar em outro, pois havia uma série de informações desencontradas dizendo que o lugar não era salubre.

E nós construímos um bom acordo, deputado Volnei Morastoni, com a presença do secretário Dalmo Claro de Oliveira, com a presença do diretor Roberto Moraes e com pais e mães, para dar garantia que aquelas crianças só serão transferidas para outra ala quando ela tiver um parecer técnico positivo, a fim de que a mudança não seja apenas uma troca de endereço.

Mas é preciso dizer também que visitamos a UTI do Hospital Infantil Joana de Gusmão, hospital de referência no tratamento

de nossas crianças, e lá constatamos que há goteiras de água suja ao lado de um respirador. Há lá oito salas para cirurgia e só quatro são utilizadas. As outras quatro nunca foram utilizadas desde a inauguração do hospital.

Tive a impressão de que há disposição do secretário Dalmo Claro de Oliveira de que sejam agilizadas as obras do setor original de Oncologia, para deslocar a UTI e podermos dar segurança aos pais e mães que terão seus filhos transferidos.

Num hospital como o Joana de Gusmão, nas condições em que se encontra, se não atacarmos a questão da infraestrutura, ou seja, a parte de reforma, será o caos completo, pois é impressionante a dificuldade que se vê de toda ordem.

Um uma auditoria feita no próprio hospital infantil falava de 400 profissionais que precisam ser admitidos. O governo liberou agora 233 profissionais para quatro unidades hospitalares de Florianópolis e cerca de 70 deles vão para o João de Gusmão. É um avanço, mais é muito pouco. Se não centrarmos fogo, se o Pacto por Santa Catarina não envolver saúde, educação e segurança e, portanto, alocar profissionais remunerados de forma condizente, nada se vai resolver. Não precisamos de mais hospitais, precisamos da plena capacidade de funcionamento para as unidades hospitalares que já temos. Se nós não resolvemos as duas grandes questões de fundo, pessoal e infraestrutura, estaremos discutindo perfumaria para o resto dos nossos dias. Precisamos que efetivamente a prioridade na saúde seja atacar as grandes questões, o resto é perfumaria!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Inscrito o sr. deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, hoje pela manhã fizemos uma visita ao Hospital Infantil Joana de Gusmão, juntamente com as deputadas Ana Paula Lima e Angela Albino. Já é a quarta visita que faço pela comissão de Saúde àquele hospital nos dois últimos anos e os problemas são sempre os mesmos e só se agravam.

Eu sou médico pediatra, já faz muito tempo que sou médico, mais de 30 anos. Eu trabalhei durante muitos anos em serviço de pronto-socorro, em serviço de emergência. Atendi crianças nas situações mais dramáticas e vi muitas crianças morrendo. Eu já tive a oportunidade de participar de diagnósticos muito difíceis para uma criança e para uma família. Eu também fui aprendendo a conviver com essas situações, mas sabendo me colocar acima do problema, senão não conseguiria atender e resolver as doenças. E ao longo desses anos foram muitas situações de vidas que me deixaram sempre muito consternado, muito emocionado, já que sempre lutei pela humanização da saúde.

Achei importante quando o ministério da Saúde lançou um programa chamado Humaniza SUS. Sempre abracei essa causa, porque acho que mais importante do que todos os equipamentos colocados à disposição do paciente é o acolhimento. Lutei intensamente nos meus primeiros anos de médico pediatra em Itajaí pelo direito da mãe de acompanhar a criança hospitalizada. As crianças eram internadas, amarradas na cama, muitas vezes não ganhavam comida, remédio e morriam. Se a mãe estivesse ao seu lado, seria uma enfermeira “gratuita” entre aspas. Uma

enfermeira que ajudaria a dar o remédio e a comida, a dar o banho e a levar a criança para fazer os exames. Assim a criança recuperaria mais rápido.

A humanização para este deputado sempre foi a essência da medicina. Por isso também se apaixonou pela homeopatia, porque ela tem o sentido holístico do ser humano.

Mas hoje pela manhã me contive para não chorar. Fiquei muito emocionado e disfarcei, dentro do setor de Oncologia, que acolhe as crianças com câncer do Hospital Joana de Gusmão, ao ouvir o clamor, o grito e o pedido de socorro daquelas mães. Não é possível que o governador e o secretário da Saúde não se sensibilizem.

Portanto, decidi vir hoje aqui, como tenho vindo reiteradamente - e deixo de falar de outros assuntos porque os assuntos da saúde são intermináveis -, para trazer esse clamor ao governador Raimundo Colombo. O secretário da Saúde estava conosco, mas numa passividade incrível, numa situação em que é preciso voz ativa, comando.

Apelo ao governador Raimundo Colombo que assine um TAC com o Ministério Público Estadual para tratar de dois assuntos inadiáveis, especificamente sobre o Hospital Joana Gusmão, e nem vou falar dos outros hospitais agora.

O primeiro problema é relativo aos recursos humanos. O governador acaba de mandar setenta e poucos servidores para aquele hospital, mas são necessários, no mínimo, mais 250. Nós passamos pelos corredores e vimos as salas de espera abarrotadas. O hospital está entupido. Chegam pessoas de todo o estado. É um hospital referência em pediatria no estado de Santa Catarina. Estou pedindo até em nome do dr. Marcílio, que estava nos acompanhando em nome do Ministério Público, que disse: "Deputado, por favor, ajude-me! Peça ao governador para assinar um TAC. Não adianta ajuizar, porque aí parece que o governador quer, mas acaba na vala comum das coisas que não se resolvem. Ele precisa assinar um TAC."

O segundo ponto se trata das questões sanitárias do hospital. As crianças da Oncologia - que a direção está transferindo para outro setor - já haviam sido transferidas do espaço original. Era para ser por 30, 40, 60 dias e já faz um ano que a reforma não se completa e agora vão transferi-las para outro local por mais 30, 40 dias ou sabe-se lá até quando! E transferir crianças portadoras de câncer para outro local não é adequado, pois elas têm baixa imunidade. É só facilitar que elas pegam uma infecção que pode custar suas vidas. Então, o choro das mães, o clamor das mães e dos pais é mais do que justo.

No final da nossa negociação ficou acertado que elas até podem ser transferidas, mas mediante parecer técnico da comissão de infecção hospitalar, a fim de garantir minimamente que em outro local as crianças não vão morrer por infecção.

Mas perguntam: por que isso? Por que essa transferência? Por quê? Porque é preciso reformar a UTI. Nós entramos na UTI e havia baldes colocados no chão, pois há goteiras em vários pontos. Vários setores da UTI estão inutilizados. Apenas seis leitos estão ativados. Crianças nossas estão sendo levadas para UTIs de outros estados.

A reforma está andando já faz um ano, mas está atrasada. Quando ficar pronta vai ter 20 leitos. Era para trabalhar dia e noite, sábado e domingo sem parar, mas não é isso que acontece. E querem ir para o setor de

Oncologia... Por quê? Porque lá existe a infraestrutura mínima de uma pré-UTI. Mas isso não pode ser feito à custa das crianças portadoras de câncer!

Por favor, governador! Por favor, secretário da Saúde! Não há mais o que falar! No mínimo um TAC tem que ser assinado para colocar um prazo definitivo de compromisso e responsabilidade para que essas questões do Hospital Infantil Joana de Gusmão sejam resolvidas.

Eu pedi ao secretário Dalmo Claro de Oliveira que, por favor, agilizasse as coisas. Onde estão as redes de atenção? A Rede Cegonha, que é a rede materno-infantil, está a zero em Santa Catarina. Não dá para continuar de costas para a saúde, para o ministério da Saúde. Nós temos que andar mais rápido, porque são vidas de crianças estão em risco e não podemos continuar titubeando...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Srs. deputados, queremos registrar a presença do vereador Euclides Coelho, de Garopaba.

Seja bem-vindo!

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, deputado Manoel Mota, que dirige esta sessão, deputados Volnei Morastoni, Neodi Saretta e Maurício Eskudlark, aqueles que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alecs Digital.

Eu comentava com o deputado Neodi Saretta que o meu assunto será a extensão das falas dos deputados Volnei Morastoni e Angela Albino.

Srs. deputados, eu gostaria que viessem para esta tribuna todos os parlamentares para falar de um assunto tão importante que é a questão da saúde. Há um dito popular que diz que não adianta tapar o sol com a peneira.

Deputado Volnei Morastoni, nós, da Oposição crítica ao governo Raimundo Colombo, temos sinalizado alguns encaminhamentos, algumas sugestões para melhorar, inclusive, o desempenho do governo de Raimundo Colombo em várias áreas, mormente na educação, na segurança pública e na saúde. Mas parece que o caos tem que se estabelecer para daí o governo tomar algum posicionamento, a exemplo do que verificamos no ano passado, deputado Manoel Mota, em relação à segurança pública.

Sou solidária com a deputada Ada De Luca, que está na secretaria da Justiça e Cidadania, que luta em função da falta de recursos para contratação de pessoal e de investimentos na construção de presídios e penitenciárias. Mas a verdade é que o caos está estabelecido e isso acontece também por falta de políticas públicas, principalmente para os jovens apenados.

Ora, alegar que o estado de Santa Catarina tem 17 mil presos, que nos últimos dez anos a população carcerária aumentou significativamente não convence. É hora de o governo parar e dizer onde está errado, aonde tem que investir, porque não adianta construir presídios e penitenciárias para abrigar essa população, se o problema está na falta de investimentos em políticas públicas. Daqui a pouco o estado catarinense estará com 30 mil presos e o governo não vai dar conta.

Ficaria feliz, deputada Luciane Carminatti, se tivéssemos reformado e construído mais escolas, se pagássemos um salário digno para o professor. Mas pasmem os senhores, a pirâmide está invertida e o governo tem que parar e dizer para onde vamos, o que queremos e como vamos achar a solução para os problemas emergenciais.

Dizia o governador, em uma audiência em que fui sobre a questão, deputado Ismael dos Santos, da construção de uma penitenciária na região do vale do Itajaí, que um preso custa para o estado R\$ 2.800,00/mês, ou seja, mais do que o salário de um professor da rede pública estadual! Ora, há uma inversão de valores éticos e morais! O governo tem que parar para pensar e mudar suas ações.

O Parlamento catarinense tem auxiliado muito o governo, principalmente na aprovação de projetos visando melhorar a qualidade de vida da nossa população. E um exemplo é o que eu relatei na comissão de Constituição e Justiça e que trata de um empréstimo de R\$ 3 bilhões para investimentos. Mas quero saber, deputado Darci de Matos, aonde esse dinheiro será colocado! Ainda não sabemos, mas temos que estar atentos porque é dinheiro público, é dinheiro que tem que ser investido em várias ações governamentais. Esse projeto foi aprovado no ano passado e voltou agora a esta Casa para ser votado em regime de urgência. É lamentável. O governo está desconectado. O governador está com problemas entre os seus secretários. Tem que cobrar dos secretários o dever de casa.

Falo aqui, srs. e sras. parlamentares, sobre um problema para o qual estamos alertando através da comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni, que já é do conhecimento de todo o Ministério Público de Santa Catarina. Recebi, inclusive, minutos atrás, um telefonema do dr. Lio Marcos Marin, preocupado com essa situação e, quero crer, vai haver uma intervenção do referido órgão para resolver essa situação do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Quero aqui elogiar o trabalho dos profissionais da área de enfermagem e da área médica daquele hospital, que são competentes o suficiente, haja vista que é um hospital de referência no estado de Santa Catarina. Mas a questão da gestão da saúde é nota zero, porque as obras de reforma da UTI do Hospital Infantil Joana de Gusmão estão há mais de dois anos para ser concluídas, deputada Angela Albino! E agora querem penalizar ainda mais as crianças oriundas de vários municípios do estado de Santa Catarina, que já vêm debilitadas para tratar uma doença para a qual, infelizmente, ainda não acharam a cura, mas que pode ser minimizada através da quimioterapia.

Por isso, num acordo realizado nessa visita que fizemos hoje de manhã, ficou decidido que qualquer transferência das crianças portadoras de câncer terá que ser precedida de parecer técnico da equipe de enfermagem e da direção do hospital e, principalmente, da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar.

Na conversa com o procurador de Justiça, dr. Lio Marcos Marin, afirmei que se alguma criança morrer na transferência eu quero saber de quem é a culpa, porque elas estão sendo penalizadas há nove meses. E o secretário estadual de Saúde já sabia disso. A direção do hospital já sabia e o governo do estado já sabia.

No ano passado, quando estivemos numa visita àquele hospital, verificamos que a

obra estava parada, deputado Volnei Morastoni, mas nos disseram que ela iria ser concluída em breve. Mas a verdade é que a obra, srs. deputados, teve início somente nesta semana, depois do levante feito por mães e pais das crianças que estão em tratamento contra o câncer. Só por isso é que a obra recomeçou. O compromisso do secretário, assumido hoje pela manhã, é que a obra vai terminar em 30 dias. Vamos estar vigilantes.

Mas não param aí os problemas do Hospital Infantil Joana de Gusmão, pois faltam, sim, funcionários. Agora liberaram 70 funcionários, mas ainda é muito pouco devido à grande demanda de atendimento às crianças de todo o estado de Santa Catarina.

Então, quando verificamos e analisamos um projeto de financiamento de R\$ 3 bilhões, queremos saber quanto desse recurso vai para o Hospital Infantil Joana de Gusmão, a fim de terminar as obras que estão há anos paradas por falta de gestão pública. É essa a nossa pergunta, deputado Aldo Schneider, porque estamos aqui para fazer as leis para o estado de Santa Catarina e, mais do que isso, para fiscalizar as obras e saber aonde estão sendo alocados os recursos públicos.

O nosso pedido para o governador do estado de Santa Catarina é que se sensibilize com o problema das crianças do setor de Oncologia do Hospital Infantil Joana de Gusmão, para que elas sejam acomodadas devidamente e façam o tratamento com tranquilidade, a fim de que seja amenizado o seu sofrimento, assim como o sofrimento dos seus pais.

As crianças portadoras de câncer, srs. parlamentares, têm baixíssima imunidade e são muito propensas a adquirir qualquer tipo de infecção. Por isso a preocupação dos médicos e da equipe de enfermagem que lidam no setor de Oncologia com a transferência para outro setor, porque não existe a garantia da segurança do tratamento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Na condição de líder do governo, quero comunicar ao Plenário que na reunião da comissão de Finanças e da comissão de Constituição e Justiça, realizada há poucos minutos, assumimos o compromisso, na condição de líder do governo, de que na próxima semana traremos explicitados todos os investimentos referentes ao financiamento a ser contratado junto ao BNDES, no valor de R\$ 3 bilhões.

Entendemos que são pertinentes as dúvidas dos parlamentares e já entramos em contato com as secretarias da Casa Civil e do Planejamento, para que o mais rapidamente possível possamos informar aos parlamentares sobre os investimentos com esses R\$ 3 bilhões.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Eminentíssimo deputado Aldo Schneider, eu viajei para Brasília e quando voltei tive a satisfação de saber que v.e.a. é o novo líder do governo. Como já fez um belo trabalho como líder da bancada do PMDB, por certo não será diferente como líder do governo.

Ainda em Breves Comunicações, com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas.

Deputado Maurício Eskudlark, depois de uma longa caminhada de pesquisas junto ao Tribunal de Justiça, ao Ministério Público, à Polícia Militar, à Polícia Civil, à Polícia Rodoviária Estadual e à Polícia Rodoviária Federal, concluímos, no dia de ontem, o relatório da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, no que diz respeito à dramática, funesta e lamentável combinação entre álcool e volante nas estradas de Santa Catarina.

Em primeira mão, deputado Manoel Mota, que preside esta sessão, quero ler alguns números v que preocupam, mas que apontam algumas soluções. Na verdade, o objetivo desse relatório que estamos entregando aos catarinenses, era avaliar o funcionamento das políticas públicas de repressão e punição aos motoristas infratores, fornecendo também elementos para a sociedade debater o tema, identificar as deficiências e apontar possíveis soluções. Como disse, esse é um relatório que foi acumulado ao longo dos 12 meses de 2012, com abrangência nos 293 municípios do estado.

Há alguns dados interessantes. Por exemplo. Municípios em que a PM tem bafômetro: apenas 73! Portanto, 222 municípios de Santa Catarina não têm bafômetro, deputado Maurício Eskudlark. A Polícia Militar de Santa Catarina tem 124 bafômetros. Apenas 124 unidades de bafômetros!

As Guardas Municipais, existentes em algumas cidades como, por exemplo, Blumenau e Florianópolis, têm apenas sete unidades de bafômetro; a Polícia Rodoviária Estadual tem somente 46 unidades e a Polícia Rodoviária Federal, 54 unidades. Isso significa que temos, nas estradas federais e estaduais, a média de um bafômetro para cada 800km de estradas em Santa Catarina. Já no perímetro urbano, há um bafômetro para cada 29.896 veículos. É muito, muito pouco!

Nesse rápido levantamento junto também ao Poder Judiciário, chegamos à conclusão de que há 3.253 processos para suspensão de CNH em 2012, o que não significa suspensão, apenas o processo para uma eventual suspensão.

Já o Ministério Público Estadual apresentou os seguintes números: 4.326 embriagados, 760 homicídios, sendo 701 com lesões corporais. O Poder Judiciário contabilizou desde 2009 - e fizemos o acompanhamento dos anos de 2010, 2011 e 2012 - 5.300 condenações por crime no trânsito e há 5.419 processos em andamento.

De tudo isso, srs. e sras. deputados, constatamos algumas deficiências:

- Ausência de blitz da Lei Seca, com realização diária em todos os municípios;

- 222 municípios não possuem bafômetro;

- 24 municípios não flagraram nenhum motorista embriagado em 2012;

- 174 municípios flagraram menos de 12 motoristas embriagados durante o ano;

- 3.253 processos de suspensão de CNH foram instalados em 2012.

É o seguinte o ranking negativo das cidades catarinenses, em termos de casos de motoristas flagrados em estado de embriaguez:

- 10º lugar: Balneário Camboriú, com 269 casos;

- 9º lugar: Rio do Sul, com 276 casos;

- 8º lugar: Palhoça, com 288 casos;

- 7º lugar: Chapecó, com 328 casos;

- 6º lugar: Lages, com 371 casos;

- 4º lugar: Jaraguá do Sul, com 460 casos;

- 3º lugar: Brusque, com 472 casos;

- 2º lugar: Florianópolis, com 500 casos; e

- 1º lugar: Blumenau, com 967 casos, infelizmente.

Diante disso, fizemos algumas propostas que rapidamente gostaria de declinar aos srs. deputados e à sociedade catarinense.

- Dotar todos os municípios de equipamentos para aferição de alcoolemia, os bafômetros;

- Implementar operações ostensivas, a famosa blitz da Lei Seca, com ações diárias, com ênfase nos corredores de acesso a casas noturnas e bares, em horários compatíveis com o funcionamento desses estabelecimentos, como mecanismos de repressão e pedagógico;

- Adotar ações permanentes de educação com ênfase aos veículos de comunicação;

- Implementar programas educativos em escolas;

- Implementar programas educativos de trânsito nas empresas;

- Capacitar permanentemente os agentes de fiscalização, com a finalidade de evitar falhas no registro das ocorrências, garantindo a efetiva aplicação das sanções administrativas e judiciais;

- Reforçar o efetivo de servidores responsáveis pelos processos administrativos, garantindo celeridade na aplicação das devidas sanções; e

- Criar um cadastro unificado de estatística de trânsito, integrando todos os municípios com informações de ocorrências, punições administrativas e judiciais, número de infratores e vítimas, com acesso público pela internet.

É claro que sabemos que não cabe ao Legislativo Estadual debater ou propor temas envolvendo a legislação ou mesmo o rigor da legislação. Isso compete ao Congresso Nacional, ao Denatran. Compete, sim, a este Parlamento fiscalizar como estão sendo executadas as políticas de educação, fiscalização e repressão à prática de dirigir alcoolizado. Por fim, averiguar se de fato o estado disponibiliza estrutura para o cumprimento da lei.

Vou passar aos srs. deputados um relatório completo de todos os 293 municípios de Santa Catarina onde eventualmente ocorreu, como disse, essa trágica combinação de álcool e direção.

É mais um passo que a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas dá no sentido de termos de fato uma Santa Catarina sem drogas, inclusive sem álcool.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Manoel Mota) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas,

amigos da TVAL e da nossa Rádio Aleesc Digital, faço uso da tribuna na tarde desta quarta-feira, com muito prazer e satisfação, tendo em vista que há 14 anos e meio adentramos a este Parlamento e o nosso primeiro discurso nesta Casa foi em defesa da matriz energética no país, ou seja, a inclusão do carvão mineral nos leilões da Eletrobrás, visando dar segurança jurídica à indústria nacional. Por 14 anos os nossos discursos foram praticamente em vão e muitas vezes olhados de uma forma equivocada por parte de alguns que sempre entenderam que o carvão era o patinho feio desse processo.

Ontem tive o prazer de presenciar a posse do novo presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Carvão, em Brasília, deputado Afonso Hamm, juntamente com o presidente Joares Ponticelli e com os deputados Manoel Mota, Sílvio Dreveck e Pedro Westphalen, que é o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Na comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo eminente deputado federal Edinho Bez, tivemos a satisfação de receber 214 assinaturas, 200 deputados federais e 14 senadores, pedindo a sensibilidade do governo federal para a inclusão do carvão mineral na matriz energética do país. E obtivemos, através do ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, a sinalização positiva por parte da presidente Dilma Rousseff.

Deputado Kennedy Nunes, v.exa conhece bem o sul de Santa Catarina e sabe que o carvão foi a válvula de escape nos momentos de guerra, de confronto, que esta nação enfrentou. Sabe também que o carvão era a fonte da energia que tocava as máquinas a vapor, as siderurgias. No entanto, com a era Collor o carvão foi relegado a segundo plano, ressurgindo somente agora.

Srs. deputados, não entendíamos a situação, porque estávamos na contramão da história, haja vista que 41% da matriz energética do mundo estão assentados no carvão. Além disso, um país que se coloca como ambientalmente correto, a Alemanha, que é referência para o mundo, fechou suas usinas nucleares e inseriu na sua matriz energética mais 5.700 megawatts de potência/hora através do carvão, representando 49% da sua matriz energética. Nos Estados Unidos ultrapassa esse percentual chega a 50%, na China, a 80% e na Polônia, a 98%.

As estatísticas mostram que em 2022 o carvão vai sobrepor-se ao petróleo no mundo e nós temos um pré-sal catarinense, gaúcho e paranaense a ser explorado sem precisar fazer o rateio de quota com os demais estados da federação, além dos subprodutos agregados a essa cadeia produtiva, como o sulfato de amônia, que importamos da Rússia. O Brasil produz 190 milhões de toneladas de grãos. Esse país, que é um esse celeiro que vai ser tornar referência no planeta, precisa de fertilizantes que estão agregados à estrutura física dos subprodutos da cadeia do carvão.

O carvão produz ainda a cinza para as cimenteiras, para a fabricação de blocos para a construção civil, além da energia e da queima do lixo urbano, que é um problema grave, crucial, permanente e crescente no dia a dia das pequenas, médias e grandes cidades deste imenso país.

Tive a satisfação de estar em Brasília com v.exa., deputado Manoel Mota, e preciso parabenizar o presidente desta Casa, juntamente com o presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que encamparam essa batalha na agenda positiva desta Casa. Em primeiro lugar, com o

manifesto e a ação contra as drogas, que dizem inúmeras famílias neste país; na sequência, a reforma do Código Florestal; e agora, a bandeira em defesa do carvão, com a qual v.exa., deputado Manoel Mota, tem contribuído muito.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Cumprimento v.exa. deputado Valmir Comin, e gostaria de dizer que a participação catarinense em Brasília foi grande e fundamental. Penso que devido a uma pressão muito forte, o ministério abriu a possibilidade de o carvão entrar nos leilões da Eletrobrás para darmos perspectiva e esperança aos três estados do sul.

A Frente Parlamentar em Defesa do Carvão Mineral, envolvendo mais de 200 pessoas, entre deputados estaduais, federais e senadores, constitui uma força significativa na busca de resultados, que são fundamentais. Isso abriu uma esperança nova para que o carvão mineral possa retornar ao comércio e para que as usinas possam gerar emprego, renda e qualidade de vida. Essa é a grande luta!

Por isso, parabéns, deputado Valmir Comin!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Preciso aqui, até por uma questão de justiça, registrar que o deputado Dóia Guglielmi esteve também presente em Brasília, ele que faz parte da nossa comissão.

Penso que esse é um grande momento, representa a quebra de paradigmas e uma grande oportunidade de agregação de valor, emprego e renda ao nosso povo, assim como o aquecimento da economia, não apenas do sul de Santa Catarina, mas também do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Valmir Comin, é bom ver um parlamentar defendendo com tanto conhecimento as questões da nossa terra.

Fico contente em lembrar que meu pai era mineiro, lá em Criciúma. Sou filho de mineiro, então, essa questão para mim é muito forte.

Esta Presidência registra a presença dos seguintes vereadores da cidade de Sombrio: Ademir Cardoso, Edson Martins da Rosa e José Antônio da Silva.

Sejam bem-vindos!

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PCdoB.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, gostaria de aprofundar um pouco mais as discussões que tivemos hoje na comissão de Constituição e Justiça, oportunidade em que substituí o deputado Dirceu Dresch, que está em viagem pelo oeste do estado, acerca do empréstimo do governo do estado, no valor de R\$ 3 bilhões, junto ao BNDES, avalizado pelo governo federal.

Isso faz parte de uma construção política que envolveu o governo federal e o governo do estado à época da Resolução n. 01 do Senado Federal, que proibiu o estado de Santa Catarina de fazer uma medida

claramente legal, é preciso que se lembre disso, que foi tomada fora do Conselho de Secretários da Fazenda, o Confaz, e que, portanto, padecia de ilegalidade, mas que acabou convertendo-se numa forma importante de arrecadação para o município.

Logo mais teremos também que lidar com a discussão da unificação do ICMS e as duas questões juntas, é óbvio, trazem uma mudança de paradigma de arrecadação para o estado de Santa Catarina. E é sobre isso que gostaria de me pronunciar, hoje.

O primeiro assunto é a questão dos R\$ 3 bilhões, essa medida compensatória que foi construída em acordo com o governo federal, sobre os quais a Assembleia Legislativa precisa ter mais domínio sobre sua destinação.

Hoje o novo líder do governo, que quero saudar da tribuna, deputado Aldo Schneider, comprometeu-se, no âmbito da comissão de Justiça e da comissão de Finanças, com o fato de que o governo poderá dizer-nos para onde vão esses recursos. O líder do governo também esclareceu que essa verba já está dividida em áreas, mas queremos conhecer os projetos. Não queremos saber quanto vai para a área da segurança, mas em que ações na área da segurança determinado valor vai ser alocado.

É importante lembrar que quase R\$ 1 bilhão é para pagamento de dívida da Celesc e que é importante que isso aconteça também porque o estado de Santa Catarina vinha pagando muitos juros. Então, trata-se de um pouco mais de R\$ 2 bilhões sobre os quais precisamos ter convicção de onde vão ser alocados e em que grandes questões de Santa Catarina vamos conseguir avançar.

Quero novamente falar - e vamos estudar melhor esse assunto na Páscoa para poder tratar com mais segurança a partir da semana que vem - do meu absoluto convencimento de que a Assembleia Legislativa tem que se debruçar com mais detalhamento acerca do debate nacional sobre os *royalties* do petróleo.

Já estamos discutindo como aplicar. A grande discussão agora é aplicar na educação, particularmente educação e saúde são temas que têm sido recorrentes na aplicação desse dinheiro. Mas temos, em Santa Catarina, que ter mais protagonismo nesse debate.

O estado do Rio de Janeiro vai perder arrecadação. E digo que vai perder, em tese, porque é um patrimônio do povo brasileiro, mas durante muitos anos apenas alguns estados tiveram acesso a ele. Precisamos ter a mesma força que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo tiveram nesse debate, criando a convicção de que de fato deve ser assim.

Eu vi alguns jornalistas reproduzindo atos no Rio de Janeiro em defesa da manutenção desse patrimônio do povo brasileiro apenas para o estado do Rio de Janeiro. Nós aqui ficamos silentes? E esse nosso silêncio vai dando a convicção de que não precisamos desse dinheiro ou de que não nos importamos com esse debate.

Em médio prazo, enfrentaremos um momento fiscal no estado de Santa Catarina muito grave em virtude das modificações feitas no cenário nacional, mas, em particular, pela forma com que o estado de Santa Catarina foi conduzido, particularmente na última década, quando tivemos uma política em relação aos servidores públicos que foi a de privilegiar determinadas categorias e não uma política geral que pudesse promover o serviço público como um todo.

Na verdade, somente se privilegiou alguns feudos, criando - e já falei isso da tribuna - alguns incentivos fiscais que ao menos a luz de hoje, partindo do pressuposto da boa fé, são inexplicáveis, como, por exemplo - e também falei ontem -, o benefício fiscal que existe no estado de Santa Catarina para importar lanchas. Qual o interesse público que há para importar lanchas? Até porque, independentemente da discussão de quem é o consumidor desse mercado de lanchas, temos no estado de Santa Catarina quem tenha esse produto à disposição. Portanto, menos ainda caberia qualquer incentivo para importar lanchas.

Temos uma série de benefícios fiscais inexplicáveis no estado de Santa Catarina e precisamos botar a mão na cumbuca. E vai ser agora. Porque ou nós fazemos agora com tempo para pensar, ou a urgência da nova situação fiscal vai nos empurrar a fazer de qualquer jeito, do jeito que der.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Muito bem, deputada, boas palavras. Acho que essa cumbuca é boa para se botar a mão mesmo.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Kennedy Nunes, srs. deputados, sras. deputadas, imprensa que acompanha esta sessão, amigos, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Em nome da nossa bancada, com a aquiescência do deputado Dado Cherem, do deputado Serafim Venzon e do deputado Nilson Gonçalves, venho aqui fazer uma reflexão sobre o Dia Internacional da Água.

Nós entendemos, dentro da nossa bancada, importante fazer esta manifestação no dia de hoje até para chamar a atenção dos catarinenses e do Parlamento em relação a esse assunto.

(Passa a ler.)

"A data foi criada pela Organização das Nações Unidas, a ONU, há 20 anos, para estimular a reflexão e a mudança de atitude em relação aos recursos naturais mais importantes para a humanidade. Por isso a necessidade de enfatizar a cooperação para a gestão da água potável.

Em muitas regiões a água é cada vez mais escassa, devido ao crescimento populacional, à urbanização, à poluição, ao desenvolvimento econômico e às mudanças climáticas.

De acordo com a ONU, cerca de um bilhão de pessoas não têm acesso à água suficiente para atender às necessidades diárias de consumo e higiene. Para viver com dignidade, uma pessoa necessita de 110 litros de água por dia. Segundo projeções das Nações Unidas, em 2025, 1,8 bilhões de pessoas terão carência absoluta de água, dois terços da população mundial viverão em países com sérios problemas de abastecimento, especialmente na África, no Oriente Médio e na Ásia.

Hoje, a disparidade entre os países é grande. Nos Estados Unidos, a média de consumo é de 300 litros/dia por pessoa. Na Europa, 200 litros e no Brasil, 150 litros. A África Subsaariana consome entre 10 e 20

litros/dia. De acordo com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), gastar mais de 120 litros de água por dia é desperdiçar recursos naturais.

O Brasil é o país que mais possui água doce, 12%, de todas as fontes mundiais. Do universo de 100% de água do planeta, 97% são de água não potável, ou seja, água salobra, água salgada. Apenas 3% poderiam ser para consumo. Desses 3%, 2,5% pertencem aos Árticos, ou seja, são águas congeladas, e apenas 0,5% é água potável, água para o consumo. Desses 0,5%, o Brasil tem 16%.

O Sistema Aquífero Guarani é um dos maiores reservatórios subterrâneos de água doce do mundo e possui alto valor estratégico, pois está em região com grande demanda de água. Abrange parte do território do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai.

Em 2010, os quatro países assinaram um acordo para ampliar os níveis de cooperação científica sobre o sistema e criar mecanismos de gestão compartilhada dos recursos hídricos. O acordo foi aprovado pela Argentina e pelo Uruguai, mas precisa ser votado pelos parlamentos brasileiros e paraguaios.

No Brasil, a reserva estende-se por Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Mas a questão não é só ter água, mas também ter água de qualidade. A ONU estima que 3.900 crianças morram por dia de doenças relacionadas com água suja. Ao todo, 1,8 milhão de pessoas morrem todos os anos de diarreia e de outras doenças como a cólera, e cerca de 2,6 milhões de pessoas não têm acesso a saneamento básico.

No Brasil, a situação também deixa a desejar. O censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, apontou que 15,1% das crianças brasileiras na faixa de 0 a 4 anos vivem em áreas em que o esgoto corre a céu aberto.

Mas não basta apenas coletar o esgoto, é preciso tratá-lo. De 1995 a 2005, o percentual de esgoto tratado em relação ao coletado passou de 8,7% para 61,6%. Mas o número alto pode enganar, porque o IBGE se refere ao percentual de esgoto tratado em relação ao coletado. Portanto, o valor elevado pode ser em decorrência de uma baixa coleta de esgoto. Além de não coletar e tratar o esgoto, o Brasil também não fiscaliza a qualidade de água.

Em Santa Catarina há 16 comitês de bacias hidrográficas em atividade. Os comitês são formados por 40% da sociedade civil, 40% das empresas usuárias ou consumidoras e 20% do setor público, estadual e federal. Participam dos comitês mais de 700 membros titulares e 700 membros suplentes, num total de 1.400.

Faço esse registro porque esses comitês têm sido importantes, já que têm trabalhado não apenas alertando a população, mas também conscientizando a comunidade e as autoridades das necessidades essenciais para que as nossas bacias hidrográficas sejam acompanhadas, sejam fiscalizadas.

Vamos realizar na Assembleia Legislativa, neste ano, a Semana do Meio Ambiente, um grande encontro brasileiro sobre a água, sobre o saneamento, liderado pelos nossos comitês de bacias.

Recentemente, em Cuiabá ocorreu o 14º Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas e um exemplo bem sucedido de Santa Catarina foi destaque. Trata-se da bacia do Comitê do Rio Timbó, lá de Porto União, na região de Canoinhas, que recebeu destaque

naquele encontro brasileiro porque tem feito um trabalho exemplar com crianças e estudantes.

Também é importante salientar a parceria da secretaria de estado e Desenvolvimento Econômico e Sustentável, por meio da diretoria de Recursos Hídricos e do Fundo CT-Hidro, que tem ajudado os nossos comitês com recursos financeiros anuais para a sua manutenção. Mas falta muito a fazer em termos de recursos hídricos e desenvolvimento sustentável em nosso estado.

Queria também lhes dizer que quando fui presidente da UPM liderei, junto a essa instituição, um movimento chamado Bacia do Rio Uruguai, que trabalhava a conscientização e a importância dessa bacia hidrográfica, que tem mais de 1.700km de extensão e cujas nascentes ficam todas em nosso estado, especialmente na serra catarinense, onde nascem os primeiros afluentes do rio Uruguai. Num grande encontro, no ano passado, em Itá, em Santa Catarina, que se repete nesta semana numa cidade do Uruguai, discutiu-se a importância do rio Uruguai.

Os filósofos, os historiadores, enfim, todos aqueles voltados à área social, à área cultural e também à questão do meio ambiente, falam que as guerras do futuro, deputado Valmir Comin, não serão mais ideológicas, nem pelo controle do petróleo, mas pela disputa da água.

E o sul do Brasil, especialmente Santa Catarina, tem o poder de decidir o futuro da humanidade. É cada vez mais importante essa conscientização e a Assembleia Legislativa, que já tem feito um papel importante nesse processo de discussão, precisa estar atenta com todos os movimentos que trabalham a questão da água e a sua importância.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Pois não, deputado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa. por esse tema importante que aborda. Hoje pela manhã acompanhei as notícias e a discussão no Brasil inteiro versava sobre a água, sua qualidade e o seu desperdício.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Obrigado, deputado Manoel Mota.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado e parabéns pelo tema, deputado Gilmar Knaesel.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença de três vereadores de Sombrio: José Antônio da Silva, o Zezinho, Edson Martins da Rosa, o Som, e Ademir Cardoso, o Dime, que vieram à capital a trabalho.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, aproveitando o gancho do deputado Manoel Mota, também tenho o prazer de anunciar a presença do prefeito Éder Ivan

Marmitti, do PSDB, do vice-prefeito Celso Antônio Fazzioni, de Sul Brasil, que vêm acompanhados do assessor da prefeitura, Zaire de Almeida, e de Herculano Tim da Costa, de Modelo, filho do saudoso deputado Celso Ivan da Costa.

Eles estão nesta cidade passando o chapéu como todo mundo faz e tenho certeza de que o chapéu voltará se não cheio, mas pela metade, porque o governador tem boas intenções.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Sejam bem-vindos a esta Casa.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero registrar a presença da vereadora Márcia Soares e do vereador Geraldo Weber, que juntamente com mais três vereadores de outros partidos compõem o bloco de cinco vereadores da Câmara Municipal de Itapoá.

Tivemos a oportunidade de almoçar juntos e disse-lhes que esta Casa está sempre aberta, à disposição dos representantes do povo querido de Itapoá.

Obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Coisa boa ver os deputados tratando bem os vereadores, prefeitos e vice-prefeitos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, nobre líder do governo, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, na esteira dos cumprimentos, gostaria de saudar o prefeito Naudir Antônio Schmitz, de Alfredo Wagner; os jornalistas César Neves e Aldo Gislon, do *Jornal Riosulense*, de Rio do Sul; e o vereador Cariso Sávio Giacomini, também de Rio do Sul.

Além disso, de forma muito carinhosa gostaríamos de registrar os 79 anos da cidade de Ibirama, completados no último final de semana. Trata-se da cidade em que moro, que é o centro da minha região política.

Mas o que me traz a esta tribuna neste momento, sr. presidente, é o convite que o governador nos fez no dia de ontem.

(Passa a ler.)

"No dia de ontem este deputado foi convidado pelo governador Raimundo Colombo para exercer a função de líder de governo neste Parlamento. O convite foi feito em reunião que contou com a participação do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, do colega Edison Andrino e do secretário da Casa Civil, Nelson Serpa. Foi uma reunião que selou a passagem dessa relevante função até então exercida com muita competência pelo deputado Edison Andrino, que esteve presente na Casa d'Agronômica, demonstrando seu elevado grau de responsabilidade para com o exercício da liderança de governo, mesmo a poucas horas da comunicação da morte de seu pai, o sr. Andrino Adrião de Oliveira, um expoente da comunidade da Lagoa da Conceição, que faleceu na madrugada de ontem, aos 92 anos.

Cito essa passagem para dar noção do que é para nós o exercício de uma função delicada e de alta responsabilidade, como é a

de líder do governo. Muitos desconhecem o que faz um líder do governo, e devo esclarecer que, a partir de agora, se sempre tivemos por hábito desdobrar-nos para atender todos que nos procuram, esse esforço será redobrado, pois teremos a missão de manter as portas do nosso gabinete parlamentar permanentemente abertas para todos os que necessitem do diálogo acerca de projetos e ações que sejam do interesse público e tenham o governo estadual como protagonista.

O líder é escolhido pelo governador para representar o seu governo nesta Casa; o líder encaminha as votações e deve dialogar permanentemente com a base de governo e com a Oposição; o líder precisa saber conciliar interesses, distender, mas também deve ser um interlocutor atento aos interesses do Parlamento, ou seja, o líder de governo faz a ponte entre os interesses do governo, dos deputados e da sociedade. E é isso o que me proponho fazer.

Por isso, ao aceitar a missão que me foi confiada pelo governador Raimundo Colombo e pelo vice-governador, disse-lhes que por minha origem e minhas características pessoais eles poderiam contar com a minha irrestrita lealdade, pois sempre seria prestativo e trabalhador, mas também muito chato, no bom sentido, quando precisar defender os interesses deste Parlamento. E pedi-lhes para contar com o seu aval para falar, se houver necessidade, em igualdade de condições com secretários de estado para defender colegas deputados e suas posições, se for o entendimento necessário para lidar com alguma situação delicada.

Quero, por isso, assumir o compromisso com todos os meus pares nesta Casa de ser um líder de diálogo, que é a condição essencial da vida parlamentar. Também asseguro que serei franco, quando houver necessidade, para dizer que nessa ou naquela posição não será possível transigir, procurando sempre apresentar as razões.

Quero aproveitar para agradecer de público a confiança em mim depositada pelo governador Colombo e pelo vice-governador, pois este é o meu primeiro mandato nesta Casa. Eles me confiaram uma missão e pretendo corresponder, vou desdobrar-me, se houver necessidade, para dar conta desse desafio.

Tenho merecido importantes votos de confiança, a começar pelos eleitores que acreditaram em mim e deram-me a oportunidade de estar neste Parlamento. Mais recentemente, no ano passado, foi a vez de meus colegas do PMDB me escolherem líder da bancada com maior número de parlamentares nesta Casa. Naquela ocasião pude perceber a responsabilidade que envolve liderar líderes.

Agora surge outro desafio, o de ser líder do governo, que é o representante do Executivo nesta Casa e que precisa fazer costuras com todas as bancadas e com o próprio governo. Vou especializar-me em trabalhar com agulha e linha, mas antes de qualquer coisa pretendo escutar muito mais do que falar.

Quero também reverenciar a figura ímpar do líder do governo que me antecedeu, o deputado Edison Andrino, um parlamentar muito experiente, amigo e conselheiro, que preferiu abrir mão dessa missão porque entendeu que o governador Raimundo Colombo deveria ter como líder um parlamentar que estará nesta Casa até o final do mandato.

Foi uma decisão que respeito, embora entenda que ele, com sua larga experiência na vida pública, homem que já foi

vereador e prefeito da capital, deputado federal e aqui exerce seu terceiro mandato, era a pessoa certa na liderança.

Peço então ao prezado deputado Edison Andrino, que está enlutado pela morte de seu pai, que continue sendo parceiro e conselheiro deste deputado.

Agradeço também à minha bancada, a qual consultei antes de aceitar o convite do governador, por entender que ao PMDB devo minha trajetória pública e que o convite não se restringia à figura deste deputado, mas ao grupo formado pelos parlamentares peemedebistas.

Quero aproveitar para lembrar uma curiosidade, que é o fato de o PMDB estar alcançando a marca de uma década de exercício contínuo da liderança do governo nesta Assembleia Legislativa. Começou com o então deputado Herneus de Nadal, hoje conselheiro do Tribunal de Contas, que foi escolhido pelo governador Luiz Henrique em 2003. O hoje senador Luiz Henrique, ainda em seu primeiro mandato como governador, escolheu o então deputado João Henrique Blasi, hoje desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para substituir Herneus. Adiante, quando Blasi foi escolhido desembargador como representante do quinto constitucional, por ser um brilhante advogado, foi a vez de ser escolhido líder do governo o deputado Elizeu Mattos, hoje prefeito de Lages.

O então deputado Elizeu Mattos viveu uma experiência inusitada, acho que inédita neste Parlamento, tornando-se sucessivamente líder dos governadores Luiz Henrique, Leonel Pavan e Raimundo Colombo. Com sua eleição para prefeito de Lages, no ano passado, foi escolhido o deputado Edison Andrino como líder do governo.

Então, sras. deputadas e srs. deputados, vejam a responsabilidade que tenho com essa quase tradição que tantos governadores transmitiram aos peemedebistas. Quero aproveitar, inclusive, para dirigir minhas palavras finais aos peemedebistas em geral, mas especialmente aos prefeitos e vice-prefeitos do meu partido, que amanhã estarão reunidos na capital: o governador Raimundo Colombo acredita na parceria com o nosso partido, tem a forte disposição de ajudar todas as nossas administrações municipais, pois entende que o PMDB é parceiro de primeira hora, é o grande copartícipe da administração estadual, que este ano fará inúmeras realizações em todas as áreas.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., deputado Aldo Schneider, e dizer que o alto vale enviou para cá algumas pessoas que marcaram esta Casa. Primeiramente, o amigo João Matos, que foi eleito duas vezes líder da bancada e fez um trabalho extraordinário. Depois mandaram o Peninha, que foi líder da bancada e fez um grande trabalho nesta Casa. E agora manda o deputado Aldo Schneider, que fez um grande trabalho como líder da bancada e com certeza será um excelente líder do governo.

Nós, do PMDB, estamos orgulhosos e queremos somar para dar condições de trabalho ao governo, a fim de que ele alcance o seu grande objetivo que é fazer grandes ações e obter resultados para o povo de Santa Catarina.

Parabéns, deputado!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Deputado, para aqueles que não o conheciam, certamente foi uma grata surpresa tê-lo como companheiro nesta Casa pela sua qualidade e forma de atuar. Para aqueles que já o conheciam, trata-se apenas da confirmação da sua forma de atuar. Agora, como líder do governo, terá o seu nome estadualizado, com certeza absoluta.

Quero dizer que atuaremos de forma tranquila com v.exa. e augurando-lhe um mandato como líder do governo exitoso. Tenho certeza absoluta de que o governo será muito bem defendido, muito bem representado nesta Casa, através de v.exa., que já demonstrou todas as suas qualidades.

Quero aproveitar o ensejo, deputado, e citar a presença do nosso presidente Jorginho Mello, que se encontra no plenário. Ele estava com muitas saudades desta Casa. Eu estou achando que ele quer voltar, inclusive. Ele, que já foi presidente desta Casa, hoje é presidente do PR e muito bem nos representa na Câmara Federal.

Deputado Jorginho Mello, v.exa. sabe que sempre terá um lugar nesta Casa. Conte conosco sempre que precisar!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a sua manifestação, deputado, e também cumprimento o deputado Jorginho Mello, que tão bem representa no Congresso Nacional os interesses do oeste do estado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Quero parabenizá-lo, deputado, pelo trabalho que realizou como líder da bancada do PMDB e dizer-lhe que vamos ajudá-lo a fazer com que a sua liderança seja profícua.

Gostaríamos também de saudar o deputado Jorginho Mello.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, a região do alto vale do Itajaí sente-se honrada com o convite que o governador lhe fez e em nome da bancada do PSD queremos desejar que não lhe falte capacidade, que não lhe falte estratégia, que não lhe falte determinação para cumprir essa árdua e difícil missão.

Parabéns e sucesso!

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Agradeço a manifestação do eminente deputado e insiro a sua manifestação em nosso discurso.

Eu gostaria de finalizar dizendo que essa missão não é única e pertence a todos que se elegeram para estar nesta Casa. Obviamente alguém se destaca, em algum momento, seja na condição de líder de bancada, do governo ou das oposições, mas todos têm um papel fundamental, que é representar os reais interesses do povo de Santa Catarina.

Então, a todos os meus agradecimentos. Com certeza teremos muito trabalho até concluir os nossos mandatos, sempre defendendo os interesses da sociedade catarinense!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência também quer cumprimentá-lo, deputado Aldo Schneider.

Eu tive a oportunidade de exercer, num período, a liderança do governo nesta Casa e sei quão espinhosa é a missão. Mas dada a grande experiência que v.exa. adquiriu pela boa condução da maior bancada nesta Casa, que é a bancada do PMDB, não tenho dúvida de que v.exa. se credenciou para assumir tão destacada e importante função.

Muito sucesso nessa missão que lhe foi confiada pelo governador Raimundo Colombo e pelo vice-governador Eduardo Pinho Moreira.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, inicialmente, quero aproveitar e parabenizar o deputado Aldo Schneider. Não acho que a missão seja tão difícil, porque o governo está investindo muito no estado de Santa Catarina e tem mandado para esta Casa projetos de interesse da população.

Sabemos que as dificuldades que aparecerem serão superadas por v.exa., que tem a competência, a dedicação e o empenho de um grande líder, em quem sempre nos espelhamos nesta Casa.

Quero ainda saudar o meu amigo Sérgio Inthurn, o Abacaxi, como é conhecido carinhosamente, de Itajaí, que juntamente com o Wagner faz uma visita ao Parlamento catarinense.

No momento em que são anunciadas mais obras no litoral e por todo o estado de Santa Catarina, principalmente na área da segurança, é bom que se esclareça aqui que, segundo estudos recentes, a grande causa do aumento da criminalidade, deputado Antônio Aguiar, não é a pobreza, mas a impunidade.

O governo do estado está investindo muitos recursos na área da segurança dentro do Pacto por Santa Catarina. O governador Raimundo Colombo, através da secretaria de Justiça e Cidadania, determinou a realização de obras para ampliação do número de vagas no sistema prisional do estado. Teremos aumento do número de vagas nas penitenciárias de Itajaí, Joinville, Tubarão, Curitiba e São Lourenço do Oeste, que em questão de sistema prisional é um dos locais mais carentes do nosso estado. Os presos lá são transportados diariamente, quando há alguma audiência, por mais de 200km.

Então, são importantes esses investimentos. O estado voltou a ter a tranquilidade e a calma que sempre mereceu e é importante que o governo faça todos esses investimentos na área da Justiça e Cidadania e da Segurança Pública, a fim de manter o título de estado mais seguro e com menor índice de criminalidade do país.

Gostaria de registrar também que recebemos em nosso gabinete a ex-vereadora e ex-prefeita Márcia Silvana dos Santos, de Abelardo Luz; o sr. Selvino, que é tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e o vereador Vilmar Rosa de Oliveira, que vieram entregar uma cópia de um documento da Câmara de Dirigentes Lojistas daquela cidade, que está preocupada com a segurança.

Em Abelardo Luz foi construída uma nova delegacia de Polícia em 2010, quando ocupávamos a chefia da Polícia Civil. Com uma população de quase 20 mil habitantes, o município tem hoje 14 policiais militares e sete policiais civis, ou seja, deputado Antônio Aguiar, a maior média de policial civil e militar do estado.

Mas toda a sociedade de Abelardo Luz solicita a ampliação do sistema de monitoramento por câmera.

Segundo conversa que tivemos há poucos dias com o secretário de Segurança Pública, nos próximos dois anos o governo pretende que praticamente todos os municípios do estado contem com esse sistema de segurança. As grandes cidades têm recebido algumas câmeras com recursos de convênios e participação dos próprios municípios.

O presidente do CDL de Abelardo Luz, Sérgio Muniz, o delegado da comarca, João Luiz Miotto, o presidente da Câmara Municipal, vereador Paulo Andretta, além de vários presidentes de entidades civis, participam do movimento em prol da instalação de câmeras de monitoramento naquela cidade.

Sr. presidente, tivemos uma boa notícia para a região de Balneário Camboriú, nessa semana. A Autopista Litoral decidiu não fechar o acesso sul àquele município, o que acarretaria grandes transtornos a toda a população local. Até acompanhei um estudo da Polícia Rodoviária Federal acerca do número de acidentes e das dificuldades do acesso. Mas se ficarmos somente com um acesso vamos piorar a situação e vamos ter o aumento do número de acidentes. O que precisamos ali é de um trabalho de melhor sinalização de redução de velocidade no cruzamento urbano do município de Balneário Camboriú.

Parabenizo o sr. Auri Pavoni, que é o secretário do Planejamento de Balneário Camboriú, o vereador Pedro Francês e os demais colegas de Câmara Municipal que trabalharam nessa questão.

Tivemos uma bela explanação do deputado Ismael dos Santos acerca da questão álcool mais direção. Realmente estamos produzindo uma geração de vítimas do trânsito, uma geração de amputados, de traumatizados. É claro que isso está associado à imprudência, ao uso de drogas, ao uso de álcool.

Pretendemos, na próxima reunião da comissão de Segurança Pública, deputada Ana Paula Lima, começar a debater esse assunto para chamar a atenção da sociedade catarinense, a fim de que a Assembleia Legislativa apoie as boas iniciativas do governo em favor da sociedade catarinense.

Acho muito interessante a realização de palestras e de cursos em todo o estado, com a participação dos CFCs - Centros de Formação de Condutores -, com o intuito de discutirmos com a sociedade a questão e diminuirmos o número de vítimas de acidentes.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Estamos todos felizes e esperançosos com a sua assunção à presidência da comissão de Segurança Pública, porque v.exa. é delegado de carreira e tem uma longa folha de trabalhos prestados nessa área para o estado de Santa Catarina.

Eu quero colaborar com a sua exposição, porque v.exa. fala da preocupação com a segurança pública de Santa Catarina. E quero informar que o jornal *O Globo* fez um ranking dos estados do Brasil e mostrou que Santa Catarina é o estado que tem o maior número de presos trabalhando.

Não havia, até o início do governo Raimundo Colombo, preso algum trabalhando, deputado Nilson Gonçalves, e agora há seis mil. O preso tem que trabalhar, tem que

produzir, porque isso ajuda no seu processo de ressocialização.

Portanto, deputado Maurício Eskudlark, quem sabe possamos debater também as questões boas do governo, os avanços, e, como foi dito há pouco, se não me engano, pela deputada Ana Paula Lima, o governo vai construir mais presídios. Presídios agrícolas, presídios industriais, como é o caso do presídio de Joinville, deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves, que é o melhor do Brasil, talvez um dos melhores do mundo, um presídio onde os apenados produzem e têm suas penas reduzidas.

Agora, são muitos presos. Há dez anos tínhamos cinco mil apenados, deputado Nilson Gonçalves, hoje temos mais de 15 mil. É muita gente na cadeia, a delinquência é muito grande, por isso tenho a impressão de que temos que trabalhar a família, os valores fundamentais, a prevenção às drogas, porque essas são efetivamente as causas da criminalidade no Brasil.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado pelo aparte, deputado Darci de Matos. Realmente, como v.exa. falou, temos exemplos bons e também exemplos negativos. O município de Joinville tem a penitenciária industrial, que é um exemplo na recuperação do apenado, mas há presídios terríveis, simples depósitos de seres humanos. O presídio de Joinville há anos é referência no Brasil, demonstrando que a participação da iniciativa privada pode ajudar e dar grandes resultados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, deputado Joares Ponticelli, os srs. deputados, as sras. deputadas.

Minha manifestação, em nome do Partido dos Trabalhadores, é no sentido de reconhecer as belíssimas experiências realizadas pelas prefeituras municipais do nosso estado, em especial a de Dionísio Cerqueira, onde estive no último sábado compartilhando uma grande conquista para a região de fronteira, que serve de exemplo para o nosso estado.

Como coordenadora da bancada feminina destaco que a exemplo do que está acontecendo em Dionísio Cerqueira, deputada Ana Paula Lima, gostaria muito que Santa Catarina pudesse ser um dos primeiros estados a ter a Casa da Mulher Brasileira dentro do programa federal anunciado pela presidente Dilma Rousseff.

Há poucos minutos falei com o governador Raimundo Colombo pedindo que agilizasse, deputada Dirce Heiderscheidt, a adesão de Santa Catarina a esse programa que prevê a concessão de R\$ 4 milhões para a construção dessa casa, na qual todos os serviços são voltados ao combate à violência doméstica. O governador demonstrou sensibilidade, mas esperamos que essa sensibilidade se transforme em ação.

Mas levantei esse tema da Casa da Mulher fazendo uma analogia em relação ao que presenciei em Dionísio Cerqueira.

(Passa a ler.)

"No último sábado inauguramos, em Dionísio Cerqueira, o Centro de Referência e Assistência à Mulher Maria Clementina.

O Departamento de Políticas Públicas para as Mulheres de Dionísio Cerqueira foi criado em 2010. É a primeira experiência de efetivação de políticas públicas para as mulheres em Santa Catarina. Esse departamento sempre trabalhou articulado com o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, com entidades, com movimentos sociais, com o governo municipal e o governo federal. Em 2010 e em 2011 recebeu R\$ 120 mil do governo federal, que foram utilizados para comprar automóvel, mobília, utensílios e material informativo.

Foi realizado o primeiro Curso de Formação de Promotoras Legais Populares do Interior de Santa Catarina, formando 93 mulheres. A experiência chamou a atenção dos municípios que fazem parte dessa região trifronteira - Barracão e Bom Jesus do Oeste, no Paraná, e Bernardo de Irigoyen, na Argentina.

Também foi criado em Dionísio Cerqueira o Fórum Territorial da Mulher e realizada a I Conferência Regional e Internacional da Mulher, da qual participei.

Além de todas essas ações articuladas pelo departamento, foram realizados cursos na área da construção civil, costura, alimentação saudável, resgate de plantas medicinais, que é um tema, inclusive, corriqueiro nesta tribuna, e também das promotoras legais.

Vou mostrar agora aqui o organograma de como funciona o Centro de Referência e Assistência para Mulher Maria Clementina.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Srs. deputados, quero chamar a atenção de um item desse organograma. Sempre cobramos do governo do estado a implementação de uma política para as mulheres. Pois este é um exemplo concreto de como se articula essa política. Dentro da prefeitura há a secretaria municipal da Assistência Social, que é composta do Conselho dos Direitos da Mulher, dos departamentos, do Centro de Referência e Assistência à Mulher Víctima de Violência inaugurado no sábado, do Cras, do Creas, do departamento de Idosos, do Caps, do hospital, do posto de saúde, de todas as igrejas, associações comunitárias, clubes de serviço, promotoras legais e entidades sociais. Além disso, há uma relação com o Poder Judiciário, com o Ministério Público, com a Polícia Civil, com a Polícia Militar e com o Conselho Tutelar.

Esse exemplo poderia ser adotado em todas as prefeituras deste estado.

Então, como coordenadora da bancada e também deputada dos Partidos dos Trabalhadores, quero dizer que se há em Dionísio Cerqueira a secretaria de Política para Mulheres, que neste ano completa dez anos, podemos ter essa estrutura em todas as prefeituras. Trata-se de um órgão que faz a articulação com a sociedade para proteger as mulheres da violência doméstica, para realizar cursos de qualificação técnica e profissional, para elevar os índices de escolaridade, a fim de cuidar da saúde da mulher.

Entendo que toda política social tem que visualizar a mulher, porque, como diz a nossa presidente Dilma Rousseff, quando uma mulher se levanta, todos se levantam juntos.

Eu disse para o governador que Santa Catarina pode ter isso, mas tem que ter também um órgão que articule, que chame os municípios, que ponha a questão na mesa, que

traga os programas e projetos federais e que utilize essas experiências para servir como referência.

Nesta imagem temos a inauguração de um prédio no valor de R\$ 288 mil, conseguidos através de um projeto apresentado à Secretaria de Políticas para as Mulheres. Nesse centro será oferecido assessoramento para grupos de mulheres, atendimento social, orientação e apoio ao enfrentamento à violência contra a mulher, atendimento jurídico e psicológico.

Srs. deputados, não posso deixar de registrar a pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria, de 8 a 11 de março, que constatou os índices extremamente positivos de aceitação do governo da nossa presidente Dilma Rousseff pela população brasileira. É essa presidente que está dizendo que as mulheres podem, que são capazes e estão aí para mudar o mundo. Sessenta e três por cento dos brasileiros atribuíram o conceito ótimo e bom ao governo da presidenta Dilma.

O que chama a atenção é que as áreas mais bem avaliadas são o combate à fome e à pobreza, o que, inclusive, desafia o conservadorismo de muitas lideranças. Fico feliz porque os brasileiros estão percebendo que isso faz a diferença num governo e que temos que ter qualidade de vida para todos. Outras duas áreas bem avaliadas são meio ambiente e combate ao desemprego.

Então, srs. deputados, não é por acaso que o nosso governador Raimundo Colombo está seguindo esse caminho e fazendo diversos elogios à presidenta Dilma Rousseff. Ele está querendo debater essa pesquisa e não há como negar esses números!

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, pela primeira vez vejo a deputada Luciane Carminatti feliz com o governador. Que bom!

Gostaria de agradecer a presença do prefeito de Bela Vista do Toldo, Gilberto Damaso da Silveira, do vereador Osni Alberti e de toda comitiva daquele município. Sejam muito bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Quero também agradecer a presença das autoridades aqui destacadas pelo eminente deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero registrar a presença do vereador Jefferson Luis de Oliveira, de Jaraguá do Sul, que está-nos visitando nesta tarde com sua assessoria de imprensa. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência agradece ao vereador de Jaraguá do Sul pela participação na sessão desta Casa.

Antes de iniciar a Ordem do Dia, eminentes líderes das bancadas desta Casa, gostaria de fazer um apelo.

V.Exas. receberam, assim como os demais parlamentares, um convite do presidente da Federação das Indústrias do

Estado de Santa Catarina - Fiesc -, dr. Glauco José Côrte, para comparecerem amanhã, às 11h45, na sede da entidade, onde será apresentada a Agenda Legislativa de 2013.

A cada ano, no início dos trabalhos da Fiesc, esse encontro é promovido. Sabemos da agenda de vexas. no dia de amanhã, mas solicitamos o empenho e o esforço de cada uma e de cada um dos parlamentares para que possamos atender a este chamamento que nos fez o presidente Glauco Côrte, pela boa relação que esta Casa têm mantido com aquela federação.

Inclusive, deputada Ana Paula Lima, na última sexta-feira aquela federação sediou uma importante reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, comandada, com muita competência, pelo deputado Décio Lima, e vimos o quanto a federação e seus membros prestigiaram o evento.

Por isso, apelo a vexas. que façam um esforço para estarmos no maior número possível, amanhã, na sede da Fiesc, para debatermos, recebermos e discutirmos a Agenda Legislativa da Fiesc para o ano de 2013.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência, dado o baixo quórum, retira de pauta o Projeto de Lei Complementar n. 0001/2013, que será votado na próxima sessão.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0390/2012, de autoria da comissão de Constituição e Justiça, que declara de utilidade pública a Associação de Bombeiros Comunitários de Garuva.

Conta com parecer favorável da comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0004/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0047/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que estabelece nova designação a ser adotada pelas autoridades públicas para a droga *crack*.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde, e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0306/2012, de

autoria do deputado Gilmar Knaesel, que institui o Dia Estadual da Eubiose no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do Projeto de Lei n. 0035/2013, de origem governamental, que altera a Lei n. 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, no montante de até R\$ 3 bilhões, para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0122/2013, de autoria do deputado Volnei Morastoni; 0123/2013, 0124/2013 e 0125/2013, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0126/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0127/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0128/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; e 0129/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0185/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0186/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0190/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti; 0191/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0192/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0193/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0194/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; e 0195/2013, 0196/2013, 0197/2013 e 0198/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini.

Moção n. 0013/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviada ao senador Paulo Paim, solicitando apoio à política de valorização dos benefícios da Previdência Social.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0014/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à

presidente da República, ao presidente da Câmara Federal e ao presidente do Senado, manifestando apoio à Proposta de Emenda Constitucional n. 0115/2011, que isenta totalmente os medicamentos de uso humano de todo e qualquer tipo de tributos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0020/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre a distribuição e utilização dos jogos da marca *Legó* nas escolas públicas do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0023/2013, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviado ao secretário de estado de Comunicação, solicitando informações sobre o valor dos recursos públicos gastos pelo governo do estado em publicidade institucional para divulgar o Programa Acelera Santa Catarina nos exercícios de 2012 e 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Eu gostaria de solicitar que v.exa. colocasse em apreciação a redação final do PL n. 0035/2013 para que possamos resolver a questão dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência consulta os srs. líderes para saber se podemos atender ao encaminhamento feito pelo eminente deputado Aldo Schneider, dado o interesse de aprovar em redação final essa matéria para que o governo possa, ainda esta semana, assinar o contrato com o governo federal.

(Os líderes aquiescem.)

Havendo concordância de todos os líderes, encerramos a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para hoje, às 16h25, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 20 DE MARÇO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 16h25, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Convida os parlamentares para a sessão especial em homenagem aos 15 anos do Proerd.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Analisa a possibilidade de falta de água potável em futuro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0390/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0035/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas fazer um convite a todos os srs. parlamentares, pois na próxima segunda-feira, às 19h, esta Casa realizará uma sessão especial em homenagem aos 15 anos do Proerd, um magnífico programa da Polícia Militar, que já atingiu mais de um milhão de crianças catarinenses.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência reforça o convite feito pelo deputado Ismael dos Santos, posto que um belo programa receberá desta Casa uma homenagem pela sua importância para Santa Catarina.

Com a palavra, em Explicação Pessoal, o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, sr. deputados há pouco o deputado Gilmar Knaesel falou com propriedade sobre a questão da água potável no mundo e apresentou dados bastante interessantes compilados por sua

assessoria, que nos levaram a uma grande reflexão.

Estivemos na Espanha há dois anos onde participamos de um congresso mundial sobre a falta da água que é iminente no mundo. Em algumas partes do mundo é real esse perigo. Nós aqui ainda temos a possibilidade de utilizar água em abundância, sem nenhuma preocupação.

Mas, como estava dizendo, aquele congresso contou com a presença do professor Dorival Bruni, que é o presidente do Biosfera Instituto Ambiental, além de outros importantes especialistas, que proferiram palestras sobre essa questão. Ou seja, tivemos a presença e a contribuição de autoridades com profundo conhecimento de causa.

O deputado Gilmar Knaesel fez uma análise sobre o fato de que enquanto o mundo todo está preocupado com a questão da água, procurando alternativas para que ela não falte num futuro muito próximo, no Brasil só tem consciência da possibilidade de faltar água aqueles que estão diretamente ligados à questão. No nosso caso, o presidente da Casan, Dalirio Beber, do nosso partido, que há alguns dias comentava comigo que só veio a se conscientizar dessa questão quando passou a tratar mais de perto do assunto.

Muitos dos que estão nos acompanhando devem ter em suas casas o sistema de aquecimento a gás. Assim, quando vão para o chuveiro tomar banho, abrem a torneira e deixam a água correr por um bom tempo até que ela esquente. Nesse meio tempo, o desperdício de água é impressionante. Além disso, os sanitários no Brasil são higienizados com água potável. Nós não temos, por exemplo, um botão para uma situação mais econômica e um botão com maior quantidade de água para eliminar dejetos.

Eu, quando estava fazendo uma pequena reforma no meu apartamento, sugeri ao cidadão que estava fazendo a obra hidráulica que colocasse no sanitário o sistema de dois botões, um que usa menos água e outro com mais água. Mas ele me aconselhou a não perder tempo com isso porque considerava uma besteira, uma perda de tempo.

O que quero mostrar com isso? Que está culturalmente impregnado em nós o desperdício de água. Só vamos ter consciência disso no dia em que o problema começar a bater forte na nossa porta. Nós temos, muitas vezes, falta de abastecimento d'água em função do rompimento da rede, por exemplo, mas não temos ainda a consciência de que podemos não ter água nas nossas casas por falta de local para captação ou por esgotamento da sua captação, o que não vai demorar muito para acontecer.

Achei interessante que naquele congresso em que fui há dois anos e meio já havia essa preocupação. Na verdade, existe essa preocupação nos países europeus que, inclusive, já aproveitam a água da chuva para usar em sanitários, para lavar louça, deixando a água potável somente para o consumo humano.

É preciso que os governos municipais, estaduais e federal se conscientizem e comecem a lançar campanhas institucionais visando conscientizar o cidadão sobre o uso consciente da água.

A mesma coisa ocorre com a energia elétrica. De vez em quando ficamos sabendo de

apagões lá no nordeste. Vamos, e muito rapidamente, ter problemas com a falta de energia elétrica. Mas a população não se preocupa em instalar lâmpadas econômicas nas casas. Não existe preocupação nenhuma porque não temos nem a cultura de apagar as lâmpadas nos locais que não estão sendo usados.

Lembro-me de que minha mãe incutiu em minha mente, quando era pequeno e deixava a luz acesa, a necessidade de apagar as luzes. Ela dizia assim: "Meu filho, luz que se apaga, é luz que não se paga. Desliga isso!"

Por isso, só queria fazer esse adendo ao comentário que o deputado Gilmar Knaesel fez há pouco e completar a minha fala com outro assunto, que é a questão da segurança pública, mas infelizmente tenho pouco tempo.

De qualquer forma, corroboro as palavras do deputado Maurício Eskudlark em relação à segurança pública, alertando-o para o fato de que muito vai tentar fazer na comissão de Segurança Pública, mas pouco vai conseguir, porque esse é um problema globalizado, um problema muito sério, que vem desde a desestruturação da família, ao flagelo das drogas e culmina com a marginalidade, com a falta de prisões etc.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência informa a todos os parlamentares que o evento de que participou ontem com quatro deputados desta Casa, que contou com a presença do vice-governador Eduardo Pinho Moreira e de vários parlamentares federais de Santa Catarina, ou seja, a posse e a reunião de trabalho da Frente Nacional do Carvão, foi extremamente positiva, deputado Nilson Gonçalves.

Foi decidido naquele evento que faremos, nesta Assembleia Legislativa, o primeiro grande ato público em favor do novo momento que estamos vivendo em relação à perspectiva do anúncio, pelo governo federal, da liberação do carvão como matriz energética.

É um momento novo que vive o nosso estado, especialmente o grande sul catarinense e o estado do Rio Grande do Sul, pela oportunidade que se avizinha de geração de emprego e renda de que tanto precisamos, e de energia que o Brasil tanto carece para continuar crescendo.

Informamos também que na noite de hoje tomará posse na reitoria da Universidade do Sul de Santa Catarina, a Unisul, o professor Salésio Herdt, que é um dos construtores dessa grande instituição. Estaremos, juntamente com outros parlamentares, representando a nossa Assembleia Legislativa na posse do reitor daquela importante instituição, a nossa Unisul.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, ordinária, para amanhã à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 019ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se à troca de DDD no município de Porto União e União da Vitória.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda o limite de velocidade nas rodovias catarinenses.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Presta homenagem ao município de Alto Bela Vista.

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Manifesta-se com relação à Unisul e à rodovia SC-445 que liga o município de Criciúma ao Balneário Rincão.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Manifesta-se à concentração de recursos de controle federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão. Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior. (É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados. Não há oradores inscritos para falar em Breves Comunicações.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, vou fazer alguns registros por conta da nossa ida a Brasília, e v.exa. participou ativamente da Frente Parlamentar do Carvão Mineral. Por coincidência, tive a oportunidade de participar desse encontro, pois estava lá tratando de outros assuntos. E fiquei impressionado com a participação dos parlamentares catarinenses, liderados pelo presidente desta Casa.

Contamos com o apoio do deputado Valmir Comin e do vice-governador. Estavam presentes também os deputados Manoel Mota, Dóia Guglielmi, o deputado federal Esperidião Amin e outros. Tivemos também a participação do vice-governador do Rio Grande do Sul, juntamente com o presidente da Assembleia Legislativa do mesmo estado, deputado Pedro Westphalen. Portanto, deu para ter a nitida clareza do quanto é importante o carvão mineral frente à necessidade da matriz energética brasileira.

Ainda ontem à noite, acompanhei uma reportagem sobre a situação das nossas barragens em determinadas regiões do país, que se encontram em grandes dificuldades por conta da ausência da chuva em determinada região e, portanto, com o nível mínimo de água. Então, o carvão mineral de fato teria uma grande utilização sem poluição.

Parabéns, sr. presidente, pela liderança que v.exa. exerceu nesse encontro que foi muito prestigiado. E esperamos que o governo federal tome a iniciativa de fazer uma política pública para uso do carvão mineral tanto de Santa Catarina como do Rio Grande do Sul.

Ao mesmo tempo, estivemos lá, como disse, para participar de uma audiência na Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, para tratar de um problema nos municípios de Porto União e União da Vitória. Estavam presentes o prefeito da cidade, o vice-prefeito, os vereadores e os deputados federais Mauro Mariani, Rogério Mendonça e Esperidião Amin.

O problema foi causado por uma decisão da Anatel de alterar o DDD utilizado na cidade de Santa Catarina, Porto União, e também na cidade de União da Vitória, no Paraná, que utilizam o DDD 42. Portanto, não há ligações interurbanas entre os dois municípios. A alteração seria a utilização do código 49 em Porto União, causando a cobrança de ligações interurbanas entre os referidos municípios. E com a ação das lideranças que lá participaram, conseguimos fazer com que se mantivesse o DDD 42 no município de União da Vitória, no Paraná, e também no município de Porto União, em Santa Catarina.

Acredito que foi uma ação conjunta, suprapartidária, e acima de qualquer diferença política se conquistou um grande legado para os usuários do sistema de comunicação da população da região do planalto norte, no município de Porto União e União da Vitória.

O segundo passo ainda precisa de mais trabalho, ou seja, por incrível que pareça, deputado presidente, no município de Porto União um distrito daquela cidade tem o DDD 47 e, infelizmente, aqueles usuários que ligam para o distrito e do mesmo para o centro da cidade pagam ligações interurbanas dentro da própria cidade. Então, é o absurdo do absurdo no próprio município você pagar ligações interurbanas.

O nosso deputado federal Esperidião Amin colocou com muita propriedade que a Anatel tem que tomar uma providência, mesmo não sendo naquela audiência que aconteceu, onde o presidente não determinou que isso acontecesse, mas assumiu o compromisso de fazer um estudo, para que futuramente possamos conquistar essa unificação do código, não importa para qual, desde que não se pague a ligação interurbana dentro do próprio município.

Tivemos a participação também na Unale, sr. presidente, a qual v.exa. presidiu por um bom período. Esse encontro foi presidido pelo nosso deputado Ernani Polo, do Rio Grande do Sul, que está conduzindo, através da Unale, esse movimento para as CPIs das Assembleias Legislativas, por conta das operadoras de telefone que têm deixado a desejar na prestação de serviços, no atendimento, no *call center*, na ausência de sinal, interrupção e uma série de coisas.

Assim, sr. presidente, o objetivo é fazer com que essas CPIs possam buscar essas informações para ver onde está

problema. O nosso objetivo não é condenar ninguém, mas, sim, dar uma satisfação ao usuário na solução dos problemas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, temos aprovado aqui, neste Plenário, vários pedidos de deputados de várias regiões do estado, com referência à mudança dos limites de velocidade em algumas rodovias estaduais.

Recebemos, deputada Ana Paula Lima, cópia do relatório feito pela Polícia Rodoviária Estadual, em que o Deinfra altera alguns limites de velocidade. Claro que em perímetros urbanos há locais onde há necessidade de mantermos uma velocidade máxima de 40 quilômetros. Mas temos as rodovias estaduais, em vários locais, com a possibilidade de alteração do limite, especialmente na velocidade de 60 para 80 quilômetros por hora.

Em algumas rodovias os únicos locais possíveis para o motorista fazer uma ultrapassagem com visibilidade, com a marcação na pista da faixa intermitente permitindo a ultrapassagem, a velocidade nesses locais, na grande maioria das vezes, está definida como 60 quilômetros por hora.

Então, a Polícia Rodoviária Estadual tem feito com que os motoristas que buscam a ultrapassagem no local que é permitido, no local onde a velocidade é compatível, onde permitiria a ultrapassagem, acabem sendo autuados não por estarem ultrapassando em local indevido, mas por estarem na velocidade indevida.

Há muitas rodovias que motiva a análise da Polícia Rodoviária Estadual. No trecho de São Lourenço do Oeste a Chapecó há algumas restrições ao limite de velocidade, mantendo em 40. E em alguns locais onde a própria Polícia Rodoviária Estadual entende que esse trecho possa ser permitido...

Na rodovia 469, trecho Campo Erê/Pinhalzinho, a velocidade atual é de 60 quilômetros por hora, nos trechos definidos. E a sugestão da própria Polícia Rodoviária Estadual, nesse reestudo, permite então que essa velocidade seja alterada para 80 quilômetros por hora. E as próprias fotos mostram que são retas longas, onde não há risco em manter, quando necessária, a velocidade de 80 quilômetros por hora. Na rodovia 471, Flor da Serra do Sul/Anchieta, a velocidade sugerida é 60 quilômetros e passando, agora, para 80 quilômetros. Na rodovia 473, de Campo Erê/Anchieta...

Esse é um relatório do comandante major Segalin, da Polícia Rodoviária do oeste catarinense. Mas temos aqui um relatório de todo o estado de Santa Catarina, de várias

rodovias, onde se sugere alteração do limite de velocidade.

Vejo isso como um pleito dos motoristas, das empresas, enfim, de todos, para que essas velocidades possam ser alteradas nessas rodovias.

Um estudo já foi realizado pela Polícia Rodoviária Estadual, já foi encaminhado ao Deinfra que estabelece os limites de velocidade. E sabemos agora que esse estudo feito pelos técnicos e engenheiros do Deinfra vai permitir que haja essa correção e essa melhoria para o fluxo do trânsito, claro, sendo sempre observadas todas as questões mínimas de segurança para o pedestre e condutores. Então, essa alteração vai ser muito importante.

Eu estava também acompanhando algumas alterações que a autopista está fazendo na BR-101, e a primeira conquista da população foi a não permissão para que a autopista fechasse um dos acessos ao município de Balneário Camboriú. O estudo feito pela Polícia Rodoviária Federal alegou que o primeiro acesso, sentido sul/norte, ao se chegar a Balneário Camboriú, seria um local de vários acidentes. Mas deixar uma cidade como Balneário Camboriú com um único acesso, o acesso principal pela avenida do estado, teremos com certeza mais acidentes e mais problemas, com congestionamentos não só na rodovia, mas também no acesso ao município. Também toda a Barra Sul, mais da metade da cidade de Balneário Camboriú, ficaria sem um acesso principal.

A comunidade se mobilizou, as autoridades da cidade também, o secretário de Planejamento, os vereadores, o prefeito municipal, e agora já houve entendimento, em que pese o posicionamento da Polícia Federal, que se tem que reduzir o número de acidentes, mas não dá para se tornar inviável, porque teremos com um único acesso só um aumento do número de acidentes na BR-101, no trecho que corta o município de Balneário Camboriú.

Então, esses dois estudos foram importantes, tanto o da Polícia Rodoviária Federal como também o da Polícia Rodoviária Estadual, porque são estudos necessários para melhorar o fluxo do trânsito.

Também, srs. deputados, entramos ontem com um projeto de lei que proíbe os postos de gasolina no estado de Santa Catarina abastecer além do desarme automático. Todo veículo produzido hoje vem com sistema, no tanque de gasolina, de travamento automático, quando o combustível chega ao limite.

Nós brasileiros e, pelo que já li, a população mundial não é muito de ler manual, de querer saber por quê. E a maioria dos nossos motoristas tem o costume de chegar ao posto de gasolina e mandar encher o tanque, mas quando chega ao desarme automático o motorista ainda quer que o frentista fique controlando e colocando combustível até o limite máximo que o tanque possa receber.

Por que os veículos vêm hoje adaptados com o desarme automático? Porque no tanque de gasolina, na boca, na saída do tanque existe um dispositivo de carvão chamado canister que serve para impedir que os gases da gasolina saiam do tanque e com isso venha a prejudicar o meio ambiente. Então, enchendo o tanque até o limite vai atingir esse dispositivo, vai ficar umedecido e esse produto acabará indo para o tanque prejudicando o motor e a durabilidade do veículo. Esse dispositivo ficará danificado, como também o meio ambiente, que ficará prejudicado porque aqueles vapores que vêm do tanque acabam saindo e ele não consegue mais segurar, causando um problema ao meio ambiente.

Srs. deputados, além disso, tudo prejudicar o veículo, o meio ambiente, vai prejudicar também a saúde do frentista, porque se na hora que ele for abastecer o veículo no posto de combustível tiver que abastecê-lo até a boca terá que ficar com o rosto próximo ao tanque observando quando estará cheio e isso causará um dano à saúde dele.

Então, fizemos um estudo a esse respeito e demos entrada, ontem, nesta Casa, a um projeto de lei proibindo que seja feito o abastecimento do veículo dessa forma. E além do desarme automático, que seja estabelecida pelo governo na regulamentação da lei uma multa para aqueles postos que forem infratores. O frentista não quer abastecer dessa forma, mas quando o cliente, o motorista chega ao posto e pede que o seu veículo seja abastecido até a boca, ele não tem como dizer não. Mas com essa lei estadual proibindo o abastecimento do veículo ele será amparado, além do disparo do travamento automático. Por isso fizemos esse estudo, que é muito importante. Se o dono do veículo abastecê-lo com 3l, 4l, 5l a menos para não enchê-lo até a boca, como dizem os motoristas, ele voltará e terá que abastecer 3l, 4l, 5l antes. Isso não mudará nada para o motorista, para o dono do posto de gasolina, mas mudará muito para o meio ambiente e para a saúde dos frentistas, dos trabalhadores dos postos de gasolina no estado de Santa Catarina. Enfim, toda a sociedade será beneficiada se passarmos a cumprir realmente a lei e usarmos esse dispositivo que foi feito para proteger o veículo, para proteger o meio ambiente e o cidadão. Na verdade, por falta de observação, por achar que haverá um rendimento maior, que não é verdadeiro, os motoristas acabam não lendo e não cumprindo o manual prejudicando, com isso, a saúde e o meio ambiente.

Então, esse projeto de lei que demos entrada nesta Casa esperamos que seja dada uma tramitação rápida. E que isso sirva mais como orientação do que como punição, com o objetivo de uma conscientização não somente dos frentistas, porque onde fizemos a pesquisa recebemos uma aprovação integral, inclusive o agradecimento deles, que querem que exista uma lei que permita que eles efetivamente não prejudiquem a sua saúde e o meio ambiente.

Sr. presidente, srs. deputados e senhores que nos acompanham no dia de hoje, era isto que queríamos manifestar no horário do partido.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Maurício Eskudlark. Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT. Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, trago a esta tribuna uma tema importante para destacar um município de forma especial, mas quero falar um pouco também sobre a área da cultura.

Cultura é um conjunto de conhecimentos, costumes e métodos adquiridos em determinado lugar. Processo histórico do ser humano está pautado na pluralidade cultural que se insere no mundo. A cultura faz parte da nossa vida e está diretamente atrelada à história de cada um.

Digo isso em referência, de forma especial ao nosso querido município de Alto

Bela Vista, no meio-oeste catarinense pelo maravilhoso projeto hoje concretizado de construir na cidade um centro de cultura.

Alto Bela Vista é conhecida como a capital catarinense do coalho por exportar o produto para mais de trinta países. Nesta noite a cidade inaugura o centro de cultura e sustentabilidade que promete alavancar as manifestações artísticas e culturais do município.

Atualmente pelo menos 10% dos dois mil habitantes participam de um dos dois corais, do grupo de dança ou da banda municipal. A expectativa é que essa vocação cultural seja ampliada com a nova estrutura.

O município foi atingido pelo lago da usina de Itá, por isso a administração do município começou negociações com a Tractebel em 2009 a respeito deste centro cultural. O projeto do centro cultural foi montado com apoio da associação dos municípios do Alto Uruguai catarinense e encaminhado do Ministério de Cultura para enquadramento na Lei Rouanet, que destina recursos do imposto de renda para cultura.

A Tractebel se comprometeu em bancar a obra do centro cultural e apoiar também a manutenção do local. As obras iniciaram em outubro de 2010. Esse espaço cultural que será inaugurado a partir de hoje tem 987 m², possui cinema e teatro com 242 cadeiras, duas salas para oficina de música, uma sala de reunião, cozinha, dois banheiro e espaço de convivência. O investimento foi de R\$ 1,1 milhão.

Portanto, quero fazer este registro parabenizando o município de Alto Bela Vista por esse centro cultural, parabenizando também a empresa Tractebel, que foi a financiadora desse empreendimento através de recursos da Lei Rouanet e também como compensação pelo que o município de Alto Bela Vista, na região de Concórdia, contribuiu para a formação do lago da usina hidrelétrica de Itá, que gera energia para Santa Catarina e para o Brasil.

Quero também, já que estou falando de inaugurações, registrar a alegria e a satisfação da comunidade regional do Alto Uruguai Catarinense, especialmente da cidade de Concórdia, de ver inaugurado essa semana um dos maiores empreendimentos da região do meio-oeste, o Via Passarela. É uma espécie de um *shopping*, um grande supermercado com salas de cinemas, praça de alimentação e diversas outras lojas incorporadas neste projeto. Esse projeto vai gerar mais empregos, movimentar a economia e disponibilizar áreas de lazer.

A toda equipe, direção e funcionários da Via Passarela e à comunidade de Concórdia deixamos esse registro na tribuna.

Finalmente, ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, sr. presidente e srs. deputados, quero trazer a esta tribuna as angústias dos técnicos de gestão educacional e dos assistentes técnicos pedagógicos que há anos lutam para ter a gratificação de produtividade, que tem sido pingadamente atribuída a alguns setores. Agora mesmo, nesse projeto da nova tabela do Magistério, apenas parte dos professores foram contemplados, aqueles que estão lotados em unidades, e entendemos que essa gratificação deveria ser estendida a todos eles, independentemente de produtividade e de onde estiverem lotados, seja nas secretarias do órgão central, nas unidades da secretaria da Educação, na Fundação Catarinense de Educação Especial, nas unidades dos Centros de Educação Profissional ou nos Centros de Educação de Jovens e Adultos.

Entendemos que todos deveriam receber, inclusive demos entrada a um projeto de lei neste sentido. E sei que haverá discussão sobre a constitucionalidade, mas essa categoria há muito tempo tem reivindicado isso e não encontra ressonância em ver um projeto englobando todos, mas não de forma pingada, deixando alguns de fora.

Demos entrada com esse projeto de lei exatamente para forçar esse debate, para forçar uma posição, uma tomada de decisão por parte do governo do estado, já que esses servidores efetivos dão continuidade ao processo de aprendizagem nas unidades escolares e também nesses locais onde exercem a sua atuação, por exemplo, os Cedups, o Ceja, a Fundação de Educação Especial ou outros lugares.

Portanto, em razão disso, entendemos que todos os profissionais devem ser beneficiados com a gratificação de produtividade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigado, deputado Neodi Saretta.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário pertence ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dóia Guglielmi, por até nove minutos. Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Com a compreensão do deputado Dóia Guglielmi, gostaria de fazer o registro, com muito prazer e alegria, da presença nesta Casa do vice-prefeito de Seara, Henrique Fabrin, que também foi prefeito daquele pujante município.

Sinta-se em Casa!

O SR. DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos assiste pela TVAL e que nos ouve pela Rádio Alesc Digital, gostaria de externar o nosso profundo sentimento ao deputado Edison Andrino, que na última quarta-feira perdeu seu pai, e em nome da bancada do PSDB quero agradecer a s.exa. e parabenizá-lo pelo grande trabalho desempenhado na liderança do governo.

Na mesma esteira, gostaria de desejar muito sucesso ao novo líder do governo, deputado Aldo Schneider, para que ele possa desenvolver o seu trabalho contando com a nossa colaboração, sempre com muita serenidade e lealdade aos nossos companheiros, pois sabemos da atividade e da competência desse parlamentar. Não tenho dúvidas de que o governo está de parabéns pela escolha que fez. Por isso, desejo sucesso a esse nosso companheiro que, tenho certeza, desenvolverá um bom trabalho junto ao governo e a este Parlamento.

Quero aqui também falar sobre a sessão solene que aconteceu ontem, à noite, na cidade de Tubarão, quando se deu a posse do novo reitor da Unisul, professor Sebastião Salésio Herdt, do vice-reitor, Mauri Luiz Heerd, na presidência da Fundação Unisul o ex-reitor e professor Ailton Nazareno Soares e como vice-presidente Fabian Martins de Castro.

Gostaria de dizer, sr. presidente, que faço este pronunciamento, neste momento, devido à preocupação que tenho por aquela universidade do sul de Santa Catarina que desenvolve aquele município e todas as regiões, incluindo todo o sul de Santa Catarina.

Mas queremos desejar sucesso nessa nova jornada, porque sabemos do seu trabalho, da sua competência, da sua

serenidade e da responsabilidade que ele tem diante daquela bela universidade.

Quero aqui, sr. presidente, fazer justiça ao seu discurso de ontem, porque pela primeira vez tive a oportunidade de estar junto com v.exa. numa bela sessão solene em que fez questão de nomear os deputados que estavam presentes e também os ausentes, digno de um presidente desta Casa.

Por isso, parabéns, presidente, e obrigado por nos ter citado e justificado a ausência daqueles parlamentares da região sul de Santa Catarina. Fico muito contente e orgulha-nos ter ouvido o seu discurso de ontem diante daquele povo seletto que lá estava presente.

Venho a esta tribuna, colegas deputados, para falar sobre a rodovia SC-445 que liga o município de Criciúma ao Balneário Rincão. Trata-se de uma rodovia que se estende, aproximadamente, 22km e que tem um dos índices de acidentes mais altos do estado, sendo a terceira rodovia mais movimentada de Santa Catarina.

Os levantamentos que temos do Deinfra, juntamente com a Polícia Rodoviária e a Polícia Militar, dão-nos conta de que por essa rodovia trafegam 32 mil carros dia, ano, mês. Segundo levantamentos do ano de 2012, naquela rodovia houve 502 acidentes, com 298 vítimas e nove mortes.

A preocupação que temos, sr. presidente, é fazer com que o governo do estado, na sua plenitude, atenda ao nosso pleito, uma vez que já vimos trabalhando há muito tempo por aquela rodovia.

Fico feliz que na última sexta-feira próxima passada ele cumpriu uma importante etapa, sendo que todos os deputados do sul do estado estiveram também junto: José Milton Scheffer, Valmir Comin, José Nei Ascari e Manoel Mota. Enfim, o sul do estado, hoje, tem 20% da sua representação nesta Casa Legislativa e todos os projetos, sendo macro, são de uma competência, sabedoria e união de todos daquela região.

Fiquei feliz quando o governador do estado, sr. João Raimundo Colombo, juntamente com o nosso vice-governador, Eduardo Pinho Moreira, naquele momento foram assinar o edital de licitação, com um investimento previsto de R\$ 2,9 milhões, para a revitalização da primeira etapa que compreende Balneário Rincão à BR-101, inclusive nos dois morros mais acidentados, tendo a terceira faixa de domínio que faz com que aqueles caminhões pesados e os ônibus possam também dar condições de os carros e automóveis terem um segmento e um fluxo um pouco mais tranquilo.

Por isso, agradeço, neste momento, ao sr. governador por essa participação importante no sul de Santa Catarina e também agora com a assinatura do edital de licitação e do novo projeto que vai sair da BR-101 até a avenida Centenária de Criciúma, correspondendo em torno de 10km. E vai ser feita a continuação da avenida Centenário, com seis elevados, dando tranquilidade e maior mobilidade para aquela região.

Tenho certeza de que o projeto estará pronto e apresentado à sociedade num espaço de aproximadamente cinco meses. Vamos fazer uma audiência pública porque é uma rodovia que margeia todo o comércio de Içara, e tenho certeza de que vai ter um grande entendimento. Servirá para escoar todo produto da nossa região e fazer com que tenhamos tranquilidade ao trafegar naquela estrada. Hoje, para se fazer o trajeto do município de Içara a Criciúma, nos horários de movimento, leva-se de 40 a 45 minutos.

Deputado Serafim Venzon, v.exa. que também é conhecedor daquela região sabe da

dificuldade que temos ao sair de casa, deixando a família estressada porque não sabe se volta ou se vai acontecer qualquer tipo de acidente naquele período.

Então, a rodovia 445 é a terceira rodovia de maior tráfego de Santa Catarina, e precisamos da compreensão de todos, principalmente do governo do estado e também do presidente do Deinfra, Paulo Roberto Meller, que também é daquela região, juntamente com o secretário da Infraestrutura do estado, Valdir Cobalchini.

Já procuramos, em várias audiências, sensibilizá-los para aquela obra, pois ela é de emergência, e temos que realmente ainda nesse pacto do governo investir mais de três milhões de reais na Infraestrutura.

Precisamos fazer com que não só o sul do estado, mas toda Santa Catarina possa ter a melhor mobilidade urbana de todo o estado, isso porque aqui temos o maior índice de carros novos. E não é diferente no sul do estado, onde já tem mais de 1.9 carros praticamente por habitante.

Precisamos fazer que com isso realmente tenha o seu diferencial, tenha o seu investimento adequado, para que essas rodovias deem plenas condições de os nossos trabalhadores, os nossos usuários possam sair de casa, ir e voltar com tranquilidade, deixando a sua família também à espera de uma chegada tranquila.

Era isso, sr. presidente, que tínhamos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Obrigada, deputado Dóia Guglielmi.

Acerca da manifestação de v.exa., a qual agradeço muito, quero dizer que esse é o dever da Presidência da Casa, ou seja, reconhecer, valorizar.

V.Exa. e o deputado Manoel Mota fizeram um esforço muito grande para comparecer, e o deputado José Nei Ascari, o deputado José Milton Scheffer e deputado Altair Guidi não tiveram condições de lá estarem, naturalmente pelo compromisso que todos nós temos com as duas universidades do sul, a Unisul e a Unesc, aliás, temos com todas as universidades catarinenses. Mas especialmente nós do sul, com aquelas duas, tínhamos a obrigação de fazer também essa manifestação em nome de v.exa.

Somos oito parlamentares do sul do estado.

O sistema Acafe passa por um momento de enfrentamento de desafios. E esta Casa também terá que participar desse debate. Inclusive, o deputado Serafim Venzon tem trazido à discussão da outra ponta do sistema de universidades, que também terá um espaço para debate nesta Casa, porque democrática ela tem que ser, assim como cuidar do crescimento como um todo em nosso estado.

O sistema Acafe teve um papel fundamental nisso. Um sistema quase cinquentenário. Foi um grande modelo de distribuição do ensino superior em Santa Catarina, que serviu de referência ao Brasil. Por isso, merece todo o nosso respeito.

Fim do Horário dos Partidos Políticos.

Esta Presidência registra presença do sr. Hercílio Vargas, coordenador do Movimento Reage Navegantes, a Água é Nossa. Ele nos traz aqui um documento colocando essa preocupação da comunidade de Navegantes.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s.: 0289/2012, 0313/2012, 0608/2012, 0609/2012;

Que a comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0432/2012 e 0492/2011, todos de entidade social;

Que a Comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao ofício n. 0484/2010, do Tribunal de Contas.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s 0130 e 0131/2013, do deputado Nilson Gonçalves, 0132/2013, do deputado Antônio Aguiar, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Também são deferidos os Requerimentos n.s 0199 e 0202/2013, do deputado Antônio Aguiar, 0203/2013, do deputado Neodi Saretta, 0204, 0205, 0206 e 0207/2013, do deputado Nilson Gonçalves, 0208/2013, do deputado Edison Andriano, 0209/2013, do deputado Marcos Vieira, e 0210/2013, do deputado Jean Kuhlmann.

Discussão e votação do requerimento n. 0200/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado ao superintendente da Oi Celular em Santa Catarina, solicitando a regularização do sinal de celular na SCT-280, trecho compreendido entre os municípios de Joinville e Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação do requerimento n. 0201/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviado ao diretor superintendente da Tim Celular em Santa Catarina, solicitando a regularização do sinal de celular na SCT-280, trecho compreendido entre os municípios de Joinville e Porto União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Se o deputado Antônio Aguiar receber resposta da Tim Celular, eu acho que esta Casa merece fazer uma festa comemorativa.

Fim das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, está sendo reclamado praticamente todos os dias neste plenário pelos nobres pares da Casa, também pelo governador Raimundo Colombo e pelos secretários de Estado, pelas lideranças políticas de Santa Catarina, pelas lideranças empresariais, reclamando justamente do excesso de concentração de recursos de controle federal.

Praticamente 70% de toda a arrecadação fica a cargo de destinação. Depois, é claro, todos os tributos voltam para a população. Mas quem comanda esta redistribuição? O estado 20% ou 22%, menos do que isso, talvez 10% os municípios e 70%, senão um pouco mais, o governo federal. E uma das formas, as duas grandes maneiras de redistribuição de uma forma constitucional é justamente o Fundo de Participação dos Municípios, onde a arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, das duas principais arrecadações, porque neste bolo de redistribuição estão fora todas as contribuições... Essas contribuições são exclusivas do governo federal.

Se olharmos o IPI e o Imposto de Renda, o ICMS dos estados, o Imposto Predial, o IPTU dos municípios, se somar só esses tributos, ficam torno de 63%, 64% para a união, 23%, 24% para os estados e 13%, 14% para os municípios.

Acontece que a grande arrecadação nacional é muito mais do que o IPTU dos municípios, do que o ICMS dos estados, do que algumas taxas estaduais, do que o Imposto de Renda e do IPI do governo federal. Há muito mais taxas que são exclusivamente do governo federal. Por isso, hoje, 70% ficam a cargo do governo federal.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Concedo um aparte ao nobre deputado Reno Caramori.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Serafim Venzon, v.exa. tem toda a razão quando iniciou sua fala dizendo que todo dia, todos os partidos estão levantando essa polêmica no plenário. Se todos os estados de todos os partidos que compõem as agremiações partidárias do Brasil fizessem essa pressão, tenho a impressão de que a coisa mudaria lá no Congresso também. Realmente essas taxas todas não incidem porque o retorno do IPI é sobre o imposto e não sobre taxas e emolumentos.

Então, eles se safam com isso, porque a Constituição diz que o retorno, a participação dos estados e dos municípios é do imposto devido. Assim, não entram as taxas, e aí o governo federal abocanha mais toda essa arrecadação que é muito grande. E retém para quê? Para que os prefeitos peguem a bandejinha, o chapéu e vão a Brasília todo mês pedir uma querelinha para o governo federal que está massacrando os nossos municípios, massacrando o nosso estado e, conseqüentemente, criando mais despesas para os nossos municípios.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, deputado.

Afora ainda a essas contribuições, deputado, ficam os juros que são cobrados dos governos estaduais e municipais quando buscam os recursos do governo junto com o BNDES, que é outra forma também de concentrar recursos em nível de governo federal, ou seja, é outra forma de espoliar os estados e municípios que não conseguem atender às necessidades na infraestrutura, na saúde, na educação, na segurança pública, enfim, em todas essas grandes linhas sociais importantes.

Assim, não tendo como bancar, através da arrecadação, buscam financiamento no BNDES que mesmo com juros baixos sempre devolve, além do capital, mais um pouco de juros, de correção e de outros fatores que aumentam a nossa devolução ou que nos espoliam. Além de não termos recursos próprios para fazer o investimento, na hora da devolução do recurso, do pagamento aos bancos de fomento, temos ainda que devolver com juros, e isso vai espoliando a sociedade.

Na medida em que vai apertando muito, espremendo os governadores e municípios, é natural que haja uma reação, e graças a Deus essa reação já existe há muito tempo.

Ainda quando deputado federal, há sete anos, oito anos, fui testemunha de inúmeras caravanas de municípios, de prefeitos

que formam os 5.600 municípios em Santa Catarina e no Brasil, de mais de 2.000 prefeitos em Brasília, para fazer pressão com seus deputados, com seus senadores, para modificar os critérios de redistribuição do Fundo de Participação dos Municípios, aumentando um pouco a distribuição para esses municípios, aumentando a distribuição para os municípios do Brasil.

Os estados também estão fazendo isso, aliás, essa mobilização de todos os estados está sendo coordenada pelo nosso governador Raimundo Colombo, pela pressão que está fazendo no Congresso Nacional, bem como com conversa com o Poder Executivo, com a própria presidente Dilma Rousseff, justamente para ver os critérios, os índices de redistribuição. Se olharmos o Fundo de Participação dos Estados, o FPE, que é parte da arrecadação do estado, arrecadação que é feita essencialmente pelo ICMS e pelo retorno dos impostos que, no caso, é o FPE, o estado de Santa Catarina recebe um valor irrisório, em torno de R\$ 600 milhões por ano. E a contribuição que Santa Catarina dá para a União é de muitos bilhões, mas retornam para cá apenas R\$ 600 milhões por ano. Um estado que tem um orçamento próximo de R\$ 18 bilhões, se contarmos agora a operação de empréstimo, chega perto dos R\$ 25 bilhões, tem uma participação no FPE de R\$600 milhões, um valor irrisório.

Os estados da região sudeste e sul têm apenas 15% de toda a arrecadação federal, do IPI e do Imposto de Renda, e o restante dos 25% é redistribuído para os estados do norte, nordeste, centro-oeste e Distrito Federal. Então, a grande parte da arrecadação do governo federal está sendo distribuída para outros estados, e os estados do sul e do sudeste, que têm uma contribuição grande com esse bolo tributário nacional, recebem um valor pequeno. Assim como Santa Catarina recebe pouco, também ocorre isso com o Rio Grande do Sul, Paraná e os estados do sudeste. Isso faz com que os estados tenham dificuldades. E o governador Raimundo Colombo coordena esse trabalho de melhoria nesta parte.

Para abrir uma luz no fim do túnel tramitam agora no Congresso inúmeros projetos. São sete, oito, dez projetos que justamente tratam de novas formas de distribuição desse bolo tributário, com a participação para os estados.

Então, com a participação dos nossos senadores, a influência dos deputados federais catarinenses e a intervenção direta do governador Raimundo Colombo, interagindo com os demais governadores, buscando uma forma mais justa, que considere a população, o IDH, o desenvolvimento das pessoas, a participação do estado na constituição do bolo, a área do estado, enfim, as necessidades do estado, tudo isso deve ser valorizado para que o imposto que o governo arrecada seja uma forma de promover a justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para a próxima segunda-feira, referente ao Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 008ª SESSÃO ESPECIAL

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2013, ÀS 19H

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

HOMENAGEM AOS 15 ANOS DE IMPLANTAÇÃO DO PROERD

SUMÁRIO

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Classifica o Proerd como um programa exuberante, salientando que a prevenção é ação mais importante no combate às drogas.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reconhece a dedicação do deputado Ismael à causa do combate às drogas e anuncia a criação de comissão permanente focada no combate às drogas.

SUBTENENTE CLÁUDIO WOLFF - Ressalta a luta travada ao longo de 15 anos pelo Proerd e agradece o reconhecimento da comunidade e o apoio das autoridades.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Parabeniza os proerdianos e pede a contratação de mais policiais para todas as atividades da segurança pública.

SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Afirma que o Proerd cria na criança a salutar diferenciação entre o bem e o mal, a lei e a desordem.

CORONEL VALDEMIR CABRAL - Define o Proerd como um programa essencialmente preventivo, cujo objetivo é evitar que as crianças em fase escolar iniciem o uso de drogas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor César Augusto Grubba, secretário de estado de Segurança Pública, neste ato representando o governador do estado, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor presidente do Fórum Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Ismael dos Santos, proponente desta sessão;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, promotor de Justiça Marcelo Wegner, neste ato representando o Ministério Público Estadual;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor Rafael de Bona, secretário municipal de Segurança, neste ato representando o prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor coronel Valdemir Cabral, comandante-geral em exercício da Polícia Militar do estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel João Schorne Amorim;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Sargento Amauri Soares;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada por solicitação do deputado Ismael dos Santos e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pela banda da Polícia Militar de Santa Catarina, sob a regência do maestro subtenente da Polícia Militar, Edenilson Machado.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência registra e agradece a presença das seguintes autoridades:

Coronel da reserva renumerada da Polícia Militar, Luiz da Silva Maciel, neste ato representando a coordenadora da Escola do Legislativo, Carla Maria Evangelista Vieira Pedroso;

Coordenador estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, Proerd, tenente-coronel Sidnei Schmidt;

Coordenador executivo do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, major da Polícia Militar de Santa Catarina, Jailson Aurélio Franzen;

Senhora Luci Carla Bastos Waltortt, neste ato representando a diretora da Escola de Educação Fundamental Dr. Homero de Miranda Gomes, Ana Maria Cristina Alves;

Presidente da Associação Barriga-Verde dos Oficiais, coronel Rogério Martins;

Vereador do município São José do Cerrito, Edison Kuster Moreira;

Procuradora de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Heloísa Crescenti Abdala Freire;

Coordenador de Prevenção da secretaria de Educação de Florianópolis, Charles Schnorr, neste ato representando o secretário de Educação Rodolfo Pinto da Luz;

Diretor da Associação Catarinense de Imprensa e membro da Sociedade Amigos da Polícia Militar de Santa Catarina, Manoel Timóteo de Oliveira;

Presidente da Associação Catarinense dos Empresários de Obras Públicas, Wagner Sandoval Barbosa;

Chefe de Cíveis e Inativos do Departamento Pessoal da Polícia Militar de Santa Catarina, tenente-coronel Marco Antônio Otávio;

Comandante da 2ª Região da Polícia Militar de Lages, coronel Zinder José Guedes Cardoso;

Chefe do Setor de Logística do Estado Maior Geral, tenente-coronel Dionísio Tonet;

Presidente do Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina, diretor do Colégio Antônio Peixoto e membro do Conselho Deliberativo da Associação das Empresas da Grande Florianópolis, Marcelo Batista de Sousa;

Presidente da comissão de Educação da Câmara Municipal de Florianópolis, vereador Vanderlei Faria Lela, neste ato representando o Legislativo Municipal;

Coordenadora de Políticas de Prevenção à Violência na Escola, Rosimari Koch Martins, neste ato representando o secretário de estado da Educação, professor Eduardo Deschamps;

Gerente de Desenvolvimento Econômico, Luciano Chaplin, neste ato representando o secretário do Continente de Florianópolis, João Batista Nunes; e

Querido amigo, prefeito do município de Gravatal, Jorge Leonardo Nesi.

A seguir teremos a apresentação de vídeo Institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Difícil não se emocionar! Parabéns a todos que fazem esse grande programa! Parabéns pelo sucesso até aqui alcançado.

Convido o sr. deputado Ismael dos Santos, autor do requerimento que ensejou esta sessão, para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, deputado Joares Ponticelli, nossa gratidão pela abertura da Casa para fazer esta justa homenagem. Eu estava pensando, sr. presidente, numa palavrinha para descrever todo esse sentimento e veio-me à mente a palavra "exuberante". Pois bem, o Proerd é exuberante!

Prezado secretário da Segurança Pública do estado de Santa Catarina, promotor de Justiça César Grubba, neste ato representando o nosso governador Raimundo Colombo. Obrigado por aceitar o convite para estar conosco nesta noite memorável.

Ilustre coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude, promotor de Justiça Marcelo Wegner, neste ato representando o Ministério Público de Santras Catarina.

Senhor secretário da Segurança municipal, Rafael de Bona, neste ato representando o prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior.

Senhor comandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina em exercício, coronel Valdemir Cabral.

Senhor chefe do Estado Maior da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel João Schorne Amorim;

Meu amigo deputado estadual Sargento Amauri Soares, que com toda a legitimidade marca presença nesta sessão especial.

A Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, surgida praticamente há dois anos, a qual temos tido o privilégio de comandar, nos próximos dias será transformada na 18ª comissão permanente desta Casa, graças à intervenção e à

proposição do nosso atual presidente, deputado Joares Ponticelli.

Esse fórum tem buscado fazer um diagnóstico, uma radiografia, da questão das drogas em Santa Catarina e tem focado em três eixos: a prevenção, a repressão e a reabilitação. Mas não há dúvida, deputado Joares Ponticelli, de que a prevenção é a pérola de grande valor, porque se tivéssemos mais prevenção não teríamos esses números negativos que, infelizmente, tivemos que recolher no ano passado: 50 mil usuários de crack; 120 mil estudantes do 2º Grau tiveram contato com drogas ilícitas; 700 mil dependentes de álcool e 11 mil motoristas flagrados alcoolizados em nossas estradas.

Mas quero, neste momento, externar o meu muito obrigado aos pioneiros, aos monitores, aos instrutores do Proerd nesses 15 anos de funcionamento do programa! Talvez não sejam precisos os dados, mas cerca de um milhão de crianças e famílias catarinenses receberam essas boas lições, essas dádivas de proteção.

Vou concluir com uma frase do poeta Thomas Fuller. É apenas uma metáfora, mas me permitam aplicá-la a esta sessão. Dizia Thomas Fuller: "Se você não deseja fazer negócio com o diabo, convém mantê-lo longe da sua loja."

O que quero dizer com isso? Que a loja, o futuro, os sonhos, os projetos das nossas crianças precisam ser protegidos e a proteção começa por esta palavra exuberante: prevenção.

Muito obrigado e sucesso a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Como é de praxe nesta Casa, a Presidência abre os trabalhos e depois da manifestação do proponente, entrega-lhe a condução da segunda parte da sessão.

Mas não posso passar o comando desta sessão ao deputado Ismael dos Santos sem antes fazer publicamente, e esse talvez seja o momento mais apropriado, o agradecimento e o reconhecimento, em nome dos demais parlamentares, pela dedicação obsessiva do deputado a essa causa.

É uma causa muito difícil de ser abordada, mas que nos encorajou, assim que assumimos a Presidência desta Casa, a colocá-la como uma das três frentes de trabalho que já estamos empreendendo: a primeira voltada para as questões do carvão mineral, que interessa muito ao sul do estado, mas que pode gerar a energia que o Brasil tanto precisa; a segunda com o intuito de revisar a legislação do Código Ambiental; e a terceira, não menos importante, destinada ao enfrentamento à epidemia devastadora das drogas.

Não dá mais para fazer de conta, secretário César Grubba, que o problema não é conosco. Recebi, há poucos dias, o promotor de Justiça que coordena o Centro da Infância e da Juventude, que veio trazer-nos uma proposta de parceria com o Ministério Público. Para ele e para tantas outras instituições, deputado Ismael dos Santos, já pedimos ajuda, apoio, envolvimento, engajamento, porque esse problema é de todos nós.

Concordo plenamente com v.exa. quando diz que o melhor caminho ainda é o da prevenção e tenho acompanhado esse trabalho do Proerd há algum tempo. Na Escola do Legislativo, por exemplo, com o Schmidt, ainda no ano passado, fizemos o encaminhamento de uma proposta de parceria que agora será efetivada, a fim de que esta Casa também

possa, meu caro comandante-geral, participar mais efetivamente do fortalecimento desse programa que já alcançou quase 20% da atual população de Santa Catarina. E eu passei a valorizar ainda mais o programa quando o meu filho, que é meu maior patrimônio, passou pelo Proerd.

Então, saibam os senhores e as senhoras que se dedicam tanto a essa causa que esta Casa vai participar efetivamente, por intermédio da Escola do Legislativo, dessa importante ação social. Melhor que isso ainda, a partir dos próximos dias, assim que aprovamos, em plenário, a criação da comissão permanente - esse é outro passo importante que esta Casa dá como instituição, na demonstração da preocupação do engajamento e do enfrentamento -, teremos, sob a coordenação do deputado Ismael dos Santos, a deflagração de um importante conjunto de ações. E o que mais me alegra é saber que outras entidades, conforme manifestação do presidente da Fecomércio, como já havia recebido da Fiesc, também vai participar dessa cruzada do bem em defesa da nossa juventude.

Não tenho dúvida de que com esse esforço todo vamos vencer essa guerra. Temos perdido vários lances na batalha, é verdade, porque cada vez que se perde uma vida é uma grande derrota, porque a vida não tem preço.

Estou muito convencido de que na junção de todos esses esforços, deputado Ismael dos Santos, conseguiremos avançar, lembrando ainda que o governo de Santa Catarina também participará, através da secretaria de Assistência Social.

Penso que vamos sair na frente mais uma vez, deputado Sargento Amauri Soares, no enfrentamento a um tema pesado, difícil de lidar, mas que precisamos ter a coragem de fazer o enfrentamento.

Estou muito convencido de que estamos no caminho e vamos copiar as experiências que estão dando certo, fortalecê-las, como é o caso do Proerd, e implementar outras tantas para que possamos minimizar o sofrimento de tantas famílias dizimadas por esse mal, por essa praga.

A partir desta sessão comprometo-me ainda mais, até porque o major Lisboa, que atua diretamente conosco, é mester do Proerd, e certamente vai ficar, juntamente com o deputado Ismael dos Santos e com tantos outros, cobrando uma ação mais forte desta Casa, para que possamos fortalecer ainda mais esse modelo que Santa Catarina gera para o Brasil.

Parabéns a todos que fizeram e fazem do nosso Proerd uma referência nacional!

Muito sucesso, bom trabalho e contem conosco!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ismael dos Santos) - Obrigado ao presidente Joares Ponticelli pela deferência em permitir que possamos dar continuidade à sessão.

Convido para fazer uso da palavra, neste momento, o subtenente Cláudio Wolff, representando os pioneiros, ele que foi instrutor do Proerd na cidade de Lages.

O SR. SUBTENETE CLÁUDIO WOLFF - Quero cumprimentar o deputado Ismael dos Santos, presidente da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, que ora assume a condução dos trabalhos desta sessão.

Cumprimento o deputado Sargento Amauri Soares, nosso colega de turma; o coronel Valdemir Cabral, comandante-geral em exercício; o dr. César Grubba, secretário de Segurança, em nome de quem quero cumprimentar os demais integrantes da mesa.

Também gostaria de cumprimentar o coordenador executivo do Proerd, major Jailson Aurélio Franzen; o coronel Cláudio José de Barros, que foi o fundador do Proerd em Santa Catarina; o sargento Donizeti Alcione Mota, meu colega, que fez parte da primeira equipe de Proerd, em Lages.

Gostaria ainda de cumprimentar o meu pai, Sebastião Wolff, cabo da reserva remunerada, que está aqui prestigiando este evento; o meu mano que veio mais tarde, Silvío Wolff, instrutor do Proerd na cidade de Camboriú.

Gostaria de cumprimentar, de maneira toda especial, os oficiais e os praças que compõem o brilhante quadro de instrutores do Proerd em Santa Catarina.

Serei breve, mas quero fazer alguns agradecimentos depois de 15 anos de luta, de batalha. Parece que foi ontem que fomos designados para a cidade de São Pulo, onde ficamos por duas semanas e depois voltamos a Lages onde, com muito esforço, com o apoio do nosso comando, iniciamos as atividades do Proerd.

Iniciamos com três sementinhas, deputado, e hoje eu me alegro porque temos aí um verdadeiro batalhão. São mais de 300 policiais militares instrutores do Proerd em atividade. Isso nos alegra porque é uma atividade bastante exaustiva, que exige dedicação integral, mas vemos esses homens, além da atividade operacional, somarem também essa atividade preventiva.

Eu quero agradecer ao nome do comando da Polícia Militar, porque essa atividade profissional foi reconhecida e passamos a perceber hora extra.

Muitos avanços já ocorreram depois da implantação, em 1998. Passaram-se 15 anos e eu estou feliz. Estou vivenciando o meu último ano na atividade policial militar, pois no ano que vem irei para a reserva. Mas vejo que esse programa já está solidificado e bem embasado. Hoje temos o apoio e o reconhecimento das autoridades policiais, da Assembleia Legislativa, do governo do estado, da nossa corporação, do nosso comando, e isso não vai parar.

Sem sombra de dúvida, o Proerd é o melhor programa de prevenção que o Brasil tem hoje, e Santa Catarina está sempre na frente. Nós temos um centro de formação - e vejo aqui a pedagoga Roseana que nos orienta na formação - que é um dos melhores do Brasil. Vários policiais vez por outra estão indo a outros estados para formar outros coirmãos instrutores, porque acham interessante a forma como trabalhamos.

Mas se trabalharmos e não tivermos o apoio e o reconhecimento das autoridades, parece que é como se estivéssemos enxugando gelo. Então, hoje vejo com bons olhos, porque estamos em outro patamar. Esse reconhecimento de v.exa., com essa proposição de reconhecer o trabalho do Proerd, só vem fortalecer, enriquecer, estimular e incentivar mais cada policial militar.

Muito obrigado, deputado! Muito obrigado, senhores do nosso comando!

Eu quero também deixar um desafio e um agradecimento todo especial a todos os nossos colegas instrutores do Proerd: não parem. Eu e o Donizete, desde a implantação,

nunca paramos. O Proerd é cansativo. Estamos somando com outras atividades também em nível de comando de grupamento, mas não dá para deixar para lá. Isso está na alma e no coração, porque estamos falando da vida. Investir numa criança hoje é garantir que no dia de amanhã teremos lideranças e governantes saudáveis, pois não estarão envolvidos com drogas.

Então, como eu sempre falo nas nossas formaturas, esse programa, deputado, não garante que a pessoa que passar por ele jamais se envolverá com drogas. Mas por tudo que os policiais, de forma sistemática e tranquila, passam, tenho certeza absoluta de que quando surgirem as eventuais ofertas, o jovem vai saber como dizer não. Ou se por algum motivo ele se envolver, na fase da experimentação vai ter mais força para sair, porque sabe de todos os malefícios que causam.

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ismael dos Santos) - Essa é a homenagem aos pioneiros, através do subtenente Cláudio Fernando Wolff, de Lages.

Neste momento os nossos microfones estão à disposição do deputado Sargento Amauri Soares, para que possa saudar a corporação e, em especial, os instrutores do Proerd.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Caro presidente desta sessão especial, brilhante colega Ismael dos Santos e ao cumprimentá-lo já parabeno-o pela iniciativa.

Quero deixar o meu testemunho diante de todos os policiais militares aqui presentes e também dos que nos acompanham e dos que nos vão acompanhar pela TVAL, porque por certo a gravação desta sessão será reproduzida em diversas cidades do estado de Santa Catarina nas próximas semanas, do qual v.exa. tem sido, nesses dois anos de mandato, vanguardista no processo de discussão desse assunto. Inclusive, nas vezes em policiais nos procuram em nossos gabinetes buscando formas de fortalecer a luta na prevenção e combate às drogas, sempre fizemos a referência de que o gabinete de v.exa. tem dado atenção especial a essa questão.

Gostaria de cumprimentar o secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba; o coronel Valdemir Cabral, comandante-geral da Polícia Militar em exercício; o coronel João Schorne Amorim, chefe do Estado Maior de Santa Catarina; o secretário municipal de Segurança, o promotor de Justiça que representa o Ministério Público Estadual; todas as autoridades militares e civis aqui presentes; os colegas praças da Polícia Militar e a banda da nossa instituição.

Quero tão somente, senhoras e senhores, usar o tempo nesta tribuna para cumprimentar esses companheiros que trabalham no Proerd em todo o estado, durante todos esses 15 anos. Eles são uma parcela importante do efetivo policial militar, que está desenvolvendo um trabalho que se há duas décadas não tivesse a receptividade que teve por parte dos outros policiais, não obteria o sucesso que obteve.

Temos debatido, evidentemente, sobre a questão das drogas e em nossos debates gostamos de refletir sobre o fato de que é fundamental a contratação de mais

policiais militares para todas as áreas do serviço de segurança pública. Temos refletido nos últimos meses, inclusive, desta Tribuna, de que isso já não é mais prevenção. Quero esclarecer melhor, mais policiais nas ruas patrulhando já não é mais prevenção, já é contenção! Porque a sociedade que precisa de uma quantidade sempre maior de efetivos fardado, uniformizado, agindo na função policial, é uma sociedade que já está com algum problema e que a verdadeira prevenção em segurança pública está na educação.

Evidentemente que poderíamos citar outros fatores importantes, como a geração de trabalho e renda, a assistência social, a cultura, o desporto. Mas, de forma geral, a primeira prevenção, permitam-me dizer assim, está na educação. E o Proerd é um trabalho feito por policiais militares nas salas de aula, ou seja, é um trabalho genuinamente educacional.

Então, quero aproveitar para cumprimentar a Polícia Militar, a secretaria de Segurança Pública, que por certo incentiva esse programa, a todos os policiais que trabalham no Proerd, e todos os proerdianos do estado de Santa Catarina.

Parabéns pela dedicação, pelo esforço, pela capacidade e pela competência, porque é preciso muito amadurecimento humano para entrar em sala de aula, conversar com a meninada e ser entendido. E vocês fazem isso com galhardia. Temos visto que vocês são verdadeiros artistas nesse mister, porque é grande o sentimento de carinho de todas as crianças pelos policiais que trabalham no Proerd!

Um grande abraço! Parabéns pelo trabalho! Mantenham-se nesse rumo, que é um dos rumos necessários para que possamos viver em uma sociedade melhor no futuro!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ismael dos Santos) - Agradeço ao deputado Sargento Amauri Soares, que sempre tem feito uso dessa tribuna na defesa da segurança pública.

Convido a mestre-de-cerimônias Soraia Boabaid para proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Soraia Boabaid) - Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência pela passagem dos seus 15 anos, prevenindo crianças e adolescentes em fase escolar contra o uso e o tráfico de drogas e de todas as formas de violência. O Proerd busca também preparar os pais para que possam oferecer à família as condições de construção de uma sociedade mais justa, responsável e feliz.

Convido o sr. deputado Ismael dos Santos para fazer a entrega da homenagem ao comandante-geral da Polícia Militar em exercício, coronel Valdemir Cabral, neste ato representando o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo presta homenagem também às personalidades que muito contribuíram para o fortalecimento do programa.

Convido o sr. deputado Sargento Amauri Soares para acompanhar o deputado Ismael dos Santos na entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o major da PM Jailson Aurélio Franzen.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o subtenente PM Cláudio Fernando Wolff.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o primeiro-sargento PM Alcione Donizete Mota.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Seriam homenageados também nesta noite o coronel PM Bernardino Carlos Franco Mota; o coronel PM Cláudio José de Barros e o capitão PM Otávio Manoel Ferreira Filho.

Agradecendo aos srs. deputados, convido o tenente-coronel Sidney Schmidt, coordenador estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, para agradecer com o mascote símbolo do Proerd, o presidente do Fórum Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, deputado Ismael dos Santos, e o deputado Sargento Amauri Soares, neste ato representando o presidente deste Poder, deputado Joares Ponticelli.

(Procede-se à entrega das homenagens.)

(Palmas)

O Poder Legislativo catarinense também presta homenagem aos instrutores do Proerd pelos relevantes serviços prestados ao programa.

Os certificados serão entregues a todos os instrutores durante o coquetel no *hall* deste Poder.

Neste momento, a Banda da Polícia Militar brindará todos com a canção do Proerd, com letra e música do subtenente da Polícia Militar do Rio de Janeiro, Cláudio Coutinho dos Santos.

(Procede-se à execução da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ismael dos Santos) - Convido para fazer uso da palavra o secretário de estado de Segurança Pública, César Augusto Grubba, neste ato representando o governador do estado.

O SR. SECRETÁRIO CÉSAR AUGUSTO GRUBBA - Nesses dois anos à frente da secretaria de Segurança Pública acho que já fui a mais de 15 solenidades de formatura do Proerd. Fui, vou e continuarei indo a tantas quantas me for possível comparecer, pois sempre se vê esse contágio, essa alegria, esse esforço não só dos seus dirigentes, dos proerdianos, mas dos alunos, o que é uma coisa muito bonita.

Quero cumprimentar o deputado Ismael dos Santos, presidente do Fórum Parlamentar de Prevenção e Combate às Drogas da Assembleia Legislativa e proponente desta sessão; o coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina, Marcelo Wegner, neste ato representando o procurador-geral de Justiça; o subcomandante-geral da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel Valdemir Cabral, neste ato representando o coronel Nazareno Marcineiro, comandante-geral da Polícia Militar; o secretário de Segurança Pública do município de Florianópolis, neste ato representando o prefeito municipal da capital; o chefe do Estado Maior da Polícia Militar de Santa Catarina, coronel PM João Schorne

Amorim; o deputado estadual Sargento Amauri Soares; o coordenador estadual do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, tenente-coronel Sidnei Schmidt; o coordenador executivo do Proerd, Jailson Aurélio Franzen; todas as autoridades aqui presentes e cada um dos policiais militares que desenvolvem esse magnífico trabalho junto ao Proerd.

(Passa a ler.)

“O flagelo das drogas não é um problema apenas das pessoas e das famílias. É uma causa social das mais relevantes nos tempos atuais e por isso mesmo necessita do envolvimento e compromisso dos governos e da sociedade.

Está relacionado a um conjunto de fatores culturais, históricos, econômicos e sociais e exige um enfrentamento abrangente, de intervenções articuladas, de abordagem sistêmica, alinhando três eixos principais: prevenção ao uso; autoridade na repressão à oferta e recuperação pelo cuidado ao usuário.

Como se diz por aí, na linguagem própria dos adolescentes, nós, da Segurança Pública, ‘tamo ligado’, ou seja, temos buscado empenhar o melhor dos nossos esforços na realização de ações concretas de auxílio e cooperação nas respostas ao problema.

A secretaria de Segurança Pública tem orientado suas ações e muitas de suas políticas inclusivas na direção do dever/missão de enfrentar o crime e o criminoso, com a consciência de que não se deve priorizar ou superestimar a repressão, sob pena de atuar no espaço vazio da indiferença, na consequência e no resultado do delito, ignorando tudo o que pode ser feito pela minoração de fatores contributivos que levam diretamente às raízes e às causas do crime e da violência.

Por isso, parte importante de nossos esforços é também empreendida pelo viés da educação e da prevenção situacional. É assim que a secretaria de Segurança incentiva e fortalece cada vez mais os seus programas de prevenção primária para violência e criminalidade, materializados nas políticas setoriais que desenvolve através do Com - Conselho Estadual de Entorpecentes -, do Proerd - Programa Educacional de Resistência às Drogas - e dos Consegs - Conselhos Comunitários de Segurança.

Afora essas ações, estamos também integrados com as diretrizes do Plano Nacional de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, recentemente lançado pelo governo federal, do qual Santa Catarina participa, tendo pactuado compromissos nas áreas de segurança, assistência social e saúde.

Senhoras e senhores, à frente de todas essas iniciativas, valendo-se da bagagem e do conhecimento acumulado em 15 anos de existência, está um dos mais eficazes programas educacionais ligados ao trabalho de prevenção primária ao uso de drogas em nosso estado, o Programa Educacional de Resistência às Drogas, da Polícia Militar de Santa Catarina, o Proerd.

A secretaria de Segurança Pública tem especial carinho por esse programa, porquanto sua estrutura conceitual, seu desdobramento territorial e seu envolvimento comunitário são aspectos exemplares e determinantes para seu sucesso. Como política pública preventionista, é exemplo que arrasta e contagia. E os números não deixam dúvidas: 15 anos de existência, aproximadamente 300 policiais instrutores em atuação e mais de um milhão de alunos formados, distribuídos por

centenas de estabelecimentos escolares públicos e privados, por toda Santa Catarina.

Por certo, o êxito de um programa como esse somente se explica pela conjunção inteligente de duas frentes de trabalho: a família, núcleo fundamental da sociedade, cujo papel se faz determinante na transmissão de valores éticos e morais; a escola, cujo papel é essencial para a absorção gradual de regras de comportamento e para a prática de respeito mútuo entre os seres humanos.

E como a ‘cereja do bolo’ de todo esse trabalho está o fato de que as lições são conduzidas em sala de aula por um policial fardado, um agente do estado, dotado e instrumentalizado com hábeis técnicas de abordagem e experimentados recursos pedagógicos, do que resulta para a criança a salutar vinculação psicológica entre o bem e o mal, a lei e a ordem, a polícia e o bandido.

O Brasil precisa urgentemente de trabalhos como esse, sérios, dedicados, organizados e transformadores da realidade social. Estudos da Organização Mundial da Saúde, organismo da ONU, informam que o Brasil é o maior consumidor de drogas na América do Sul e, no que diz respeito a drogas lícitas (álcool, tabaco e remédios), está acima da média mundial de consumo.

Em nossos estudos sobre a mancha criminal em Santa Catarina, temos identificado relações diretas entre taxas de criminalidade e taxas de consumo de drogas, especialmente nos crimes mais graves caracterizados por violência contra a pessoa. Nos índices de homicídios, por exemplo, 65% das vítimas possuem antecedentes criminais com histórico de tráfico ou uso de drogas. O mesmo percentual se repete em relação aos autores de crimes, também invariavelmente identificados com passagens pregressas de prisão por tráfico e roubos.

Nos crimes de trânsito também é recorrente a vinculação entre volante e consumo de álcool, o que contribui severamente para posicionar o nosso estado entre os maiores índices proporcionais que relacionam malha viária, acidentes e mortes no trânsito.

Vamos mudar esse quadro. Haveremos de retroceder essa estatística. Não permitiremos, jamais, que os efeitos mais nocivos dessa guerra se instalem em nosso estado. Lutaremos por todos os meios para que o negócio das drogas seja cada vez mais inviável em Santa Catarina. De um lado, pela constante vigilância com qualificada repressão. De outro lado, com a redução do uso mediante efetivas políticas de prevenção, tratamento e recuperação de vítimas.

É o caminho possível e necessário.

Quero, ao encerrar minhas palavras, parabenizar a Polícia Militar de Santa Catarina por esse maravilhoso programa e cumprimentar seu comandante-geral, bem como todo o corpo de instrutores e monitores, pela dedicação a tão nobre causa, a merecer de todos nós efusivas saudações e o mais profundo respeito e admiração.

Da mesma forma, cumprimentar e agradecer a esta Casa Legislativa pela realização deste ato público, em especial ao autor da proposição, deputado estadual Ismael dos Santos, certo de que todos hoje, aqui, nesta sessão especial, são a legítima expressão da voz e do coração de todos os catarinenses.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ismael dos Santos) - Obrigado ao secretário pela presença e pela mensagem desta noite.

Convido para fazer uso da palavra, em nome do Proerd, o subcomandante-geral da Polícia Militar, coronel Valdemir Cabral, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nazareno Marcineiro.

O SR. CORONEL VALDEMIR CABRAL - Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o comandante-geral Nazareno Marcineiro não se faz presente a este ato em virtude de estar em Brasília junto ao Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais, do qual é presidente.

Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli;

Excelentíssimo senhor César Augusto Grubba, digníssimo secretário de Segurança Pública do estado de Santa Catarina, neste ato representando o governador Raimundo Colombo;

Excelentíssimo senhor presidente do Fórum Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Ismael dos Santos, proponente desta sessão, a quem já agradeço pela deferência a todos os policiais militares que além de proteger diuturnamente todos os catarinenses e as pessoas escolhem este estado para morar ou para passar férias e divertir-se, também fazem o serviço de prevenção às drogas junto às escolas.

Excelentíssimo senhor coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, promotor de Justiça Marcelo Wagner, neste ato representando o Ministério Público Estadual;

Senhor secretário municipal de Segurança, Rafael Bona, neste ato representando o prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior;

Excelentíssimo chefe de Estado Maior da Polícia Militar, coronel João Schorne Amorim;

Excelentíssimo senhor deputado Sargento Amauri soares, nosso amigo, que há muito tempo labutou ao nosso lado - bons tempos aqueles;

Prezada procuradora de Justiça Heloísa Crescenti Abdala Freire;

Senhor Wagner Sandoval Barbosa, grão-mestre da Maçonaria catarinense, que também tem um programa contra as drogas;

Ex-comandante-geral, coronel Luiz da Silva Maciel;

Coronel Zinder José Guedes, comandante de Lages, onde nasceu o nosso Proerd;

Senhores policiais militares aqui presentes, todos os policiais instrutores do Proerd que dão um pouco mais da sua atividade para proteger as nossas crianças e todas as pessoas no nosso estado;

Senhores policiais membros da nossa banda de música;

Senhores jornalistas presentes e demais autoridades já citadas pelo protocolo.

(Passa a ler.)

“Hoje comemoramos 15 anos da implantação em Santa Catarina do Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd -, cujo objetivo primordial é educar as crianças em seu local de convívio, reunindo os esforços da família, da polícia e da escola para o fortalecimento da autoestima da criança, apresentando-lhe um modelo positivo de vida.

No mundo em que vivemos a informação nem sempre chega às nossas crianças de forma adequada. Televisão,

revistas, cinema tornaram cotidianas condutas permissivas que invertem valores. Nesse contexto, o Proerd é, sem dúvida, um programa importantíssimo na formação de nossos jovens, dando-lhes conhecimento, oportunidade e condições de decidir melhor sobre seu futuro.

O Proerd é essencialmente preventivo e precede as ações de repressão ao uso e tráfico de drogas e a contenção de todas as formas de violência em seus aspectos físicos e psicológicos. Como tal, tem por finalidade evitar que crianças e adolescentes em fase escolar iniciem o uso das diversas drogas existentes em nosso meio, despertando-lhes a consciência para esse problema e também para a questão da violência, assim como preparando os pais no intuito de oferecer sustentação aos seus filhos acerca do problema.

Permitam-me fazer uma retrospectiva do nosso programa.

O Proerd tem como base o programa norte-americano *Dare*, surgido no de 1980, que traduzido para o português significa 'Educação para Resistência ao Abuso de Drogas'.

Naquela época, da mesma forma que no Brasil a política pública de combate às drogas era apenas reativa, restringindo-se à apreensão das substâncias entorpecentes e à prisão dos envolvidos com o tráfico.

Nesse contexto é que o *Dare* foi desenvolvido através de um trabalho conjunto entre o Departamento de Política de Los Angeles e o distrito escolar daquela cidade. Atualmente, mais de 30 anos depois, segundo o *Dare Internacional*, órgão mantenedor nos Estados Unidos, o programa está presente em 49 países, com um número estimado de 50 milhões de alunos formados.

O *Dare* chegou ao Brasil em agosto de 1992, através da Polícia Militar do Rio de Janeiro, recebendo então o nome de Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd. Iniciou com a vinda de uma equipe composta por cinco policiais dos Departamentos de Polícia de Los Angeles e São Diego, os quais realizaram o treinamento e o credenciamento dos 29 primeiros policiais militares educadores do programa.

Em Santa Catarina o Proerd teve início em 1998, na cidade de Lages, quando ao retornar de uma reunião do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais, o coronel Cláudio José de Barros, então comandante de Policiamento do Interior, solicitou ao Comando do 6º Batalhão de Polícia Militar sediado em Lages a indicação de dois praças e um oficial para participarem de um curso de capacitação na Polícia Militar de São Paulo, para trabalharem, em princípio, no combate às drogas em escolas.

No período de 1º a 12 de fevereiro de 1998, os três policiais participaram do curso que teve duração de 80 horas. Com a capacitação surgiu o desafio de iniciar a aplicação do primeiro currículo de formação de alunos multiplicadores de prevenção às drogas e à violência para crianças da 4ª série do ensino fundamental.

Concomitantemente, o programa foi apresentado e aprovado pelo Conselho Estadual de Entorpecentes, entidade responsável pela aprovação e validação de qualquer trabalho sequencial de prevenção às drogas em Santa Catarina, o que possibilitou a sua entrada em todas as instituições escolares do estado.

O primeiro policial de Santa Catarina a aplicar uma lição do Proerd, no dia 16 de

março de 1998, às 8h, na 4ª série da Escola Municipal de Ensino Básico Professor Pedro Cândido, foi o hoje primeiro-sargento da PM Alcione Donizete Mota, lotado em São José do Cerrito, master Proerd e até hoje atuando em sala de aula. Também no mesmo dia, na Escola Municipal de Ensino Básico Nossa Senhora dos Prazeres, às 10h, foi realizada de forma solene a aula inaugural do Proerd e em 12 de julho de 1998 os primeiros 1.200 alunos foram formados. Começava aí a história do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência em Santa Catarina, o Proerd.

Em 1999 foi montado o primeiro curso de instrutores do Proerd, com 36 policiais alunos, que foi realizado por mentores do Proerd da Polícia Militar de São Paulo. No final do mesmo ano, Santa Catarina se tornou o quarto centro de capacitação Proerd do Brasil, o que permitiu a participação catarinense em eventos nacionais e internacionais, bem como poder de decisão no planejamento estratégico do Proerd em âmbito nacional.

No ano seguinte, após a formação de 31 policiais militares de Santa Catarina no nível mentor, formou-se a primeira turma de instrutores com mentores catarinenses, o que permitiu à Polícia Militar de Santa Catarina credenciar-se, em 2001, como Centro de Capacitação de Instrutores e, em 2002, começar a participar da expansão do programa para outras unidades da federação, em parceria com os Centros de Formação de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de Brasília.

Seguindo essa fase de expansão, em maio de 2004 uma nova missão de policiais americanos veio a Santa Catarina capacitar a primeira turma de policiais brasileiros habilitados para o currículo voltado aos pais e alunos e mais recentemente, em 2010, foi trazido para o Brasil o currículo 'Caindo na Real', destinado ao público adolescente do 7º ano, contando com uma metodologia totalmente nova, material atualizado e roupagem moderna, tendo como objetivo atrair os jovens para a discussão da temática do programa.

Nesses 15 anos, o Proerd conseguiu fazer-se presente em 265 municípios catarinenses, e para isso conta hoje com 276 policiais militares instrutores, que se dedicam de forma integral ou concomitante com outras atividades policiais a ministrar aulas. Com isso foi possível atingir mais de 950 mil alunos de 5ª série.

Para o ano de 2013 a Coordenadoria Estadual do Proerd pretende alcançar duas grandes metas: atender 100 mil crianças em apenas um ano e atingir a marca histórica de um milhão de crianças atendidas somente na 5ª série. São números grandiosos para um programa nascido há 15 anos de forma modesta e que somente foram atingidos graças à extrema dedicação dos policiais envolvidos.

Senhoras e senhores policiais militares integrantes do Proerd, por tudo isso hoje é um dia de júbilo para a Polícia Militar e para cada um de vocês, pois são 15 anos participando ativamente da melhoria de nossa sociedade, tornando nossos jovens pessoas mais aptas à vida e tornando a sociedade de que eles fazem parte muito mais segura.

A missão de vocês é, sem dúvida, grandiosa, tão grandiosa quanto os números que já alcançaram. Da mesma forma, a responsabilidade de vocês também é imensa e cresce a cada aluno que formam, que de alguma maneira tomará vocês como exemplo de vida, exemplo a ser seguido e multiplicado.

Senhoras e senhores policiais do Proerd, este momento de comemoração também serve para sublinhar os novos desafios que terão à frente e que saberão superar para a formação de uma sociedade consciente e preparada para enfrentar os males que as drogas e a violência causam.

Parabenizo todos os policiais militares que aqui foram agraciados. Com toda certeza esta Casa gostaria de agradecer cada um dos senhores, mas escolheram alguns, e esses receberam em nome dos demais.

Cumpram-me ainda agradecer a esta Casa Legislativa, na pessoa de seu presidente, deputado Joares Ponticelli, e do deputado Ismael dos Santos, autor da proposição referente a esta sessão especial, pelo reconhecimento da importância do Proerd para o nosso estado e por homenageá-lo solenemente neste plenário.

Parabéns, Proerd, pelos seus 15 anos!

Parabéns, senhoras e senhores policiais militares, pelo seu trabalho! Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ismael dos Santos) - Nosso agradecimento ao coronel Valdemir Cabral, subcomandante-geral da Polícia Militar, neste ato representando o comandante-geral, coronel Nazareno Marcineiro.

Gostaria apenas de dizer coronel Valdemir Cabral que não esquecemos ninguém. Os 276 policiais militares, os nossos proerdianos, poderão retirar o seu certificado no *hall* deste Poder, logo após o término da presente sessão.

Quero aqui apenas fazer a leitura das palavras que constam dos certificados homenageando, inclusive, o major Jailson Aurélio Franzen, que é o atual coordenador estadual do Proerd, com a seguinte mensagem:

(Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina concede certificado de reconhecimento pela relevante função social, através do Proerd, na preparação das crianças catarinenses no enfrentamento às drogas por ocasião do 15º aniversário do programa.

Florianópolis, em sessão especial, 25 de março de 2013."

Peço uma salva de palmas a todos eles.

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel logo após o término desta sessão no *hall* desta Casa.

Neste momento, teremos a execução do Hino de Santa Catarina pela banda da Polícia Militar, a quem agradecemos, sob a regência do maestro subtenente da PM Edmilson Machado.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2013

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Chereem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andriano - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Tece alguns comentários sobre o relatório da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, disponibilizado à mídia catarinense.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Crítica a situação da saúde no estado de Santa Catarina.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Discorre em relação à audiência com o governador do estado de Santa Catarina e a bancada do Partido dos Trabalhadores.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Reporta-se à malha ferroviária no estado de Santa Catarina.

Partidos Políticos

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Aborda a importância dos radares.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Fala sobre o aeroporto regional de Jaguaruna.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Reporta-se aos investimentos no Hospital Marieta Konder Bornhausen.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Faz referência à questão da agricultura familiar.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Aborda as complicações geradas por novas políticas públicas no que diz respeito ao regimento especificamente do ICMS.

DEPUTADO DADO CHEREEM - Registra investimentos do governo estadual; crítica o prefeito de balneário Camboriú.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Aborda a necessidade de que a força política do nosso estado esteja à disposição dos grandes eventos que acontecem e que transformam completamente a economia de qualquer lugar; reporta-se ao pedido de tutela antecipada que o Ministério Público de Santa Catarina protocolou para que o estado dê uma solução aos problemas estruturais e sanitários e a falta de recursos humanos e materiais que atingem o Hospital Infantil Joana de Gusmão de Florianópolis.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tece comentários a respeito da segurança pública no município de Saudade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar em primeiro lugar o sr. deputado Ismael dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, hoje venho acompanhado do nosso mascote do Proerd, em homenagem à belíssima sessão que tivemos aqui ontem à noite, que contou com a presença dos nossos instrutores do Proerd. São 276 instrutores em todo o estado de Santa Catarina.

Esse curso é fantástico, é bem verdade que buscou *know-how* nos Estados Unidos, mas deu certo em Santa Catarina e é modelo para o Brasil.

Deputado Sargento Amauri Soares que nos acompanhou ontem aqui, v.exa. sabe que a sessão de ontem foi muito emotiva, até porque a maioria dos deputados teve filhos que passaram, deputada Angela Albino, pelo curso do Proerd. Também tive a satisfação de ter os meus dois filhos, o Israel e a Deise, cursando o Proerd.

E queremos avançar com o Proerd para outras faixas etárias, deputado Sargento Soares, como o Proerd Família, que precisa ser implementado em nosso estado. Mas coube a esta Casa homenagear os pioneiros, que aqui estavam, desse programa iniciado há 15 anos, lembrando que um milhão de catarinenses já passaram pelos cursos do Proerd. É um número fantástico para o Brasil. E nós que temos enfatizado o eixo da prevenção, da reabilitação, da repressão, sabemos que a pérola preciosa de tudo isso é a prevenção.

Por isso, esse trabalho feito pelo Proerd merece os nossos aplausos. E foi com muita satisfação que esta Casa fez a sessão especial, na noite de ontem, em homenagem aos 15 anos desse programa promovido pela Polícia Militar de Santa Catarina.

Quero rapidamente, sr. presidente, srs. deputados, traçar alguns comentários sobre o nosso relatório da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, que disponibilizamos à mídia catarinense.

Tive a oportunidade de fazer a entrega desses números no domingo à tarde ao sr. governador antes de colocar à disposição da imprensa para a sua análise, e alguns números inclusive foram questionados pela Polícia Rodoviária Federal. E ontem tivemos um debate interessante na TVCOM.

Nós recebemos o relatório, sr. presidente, até o mês de outubro e tivemos os meses de novembro, dezembro e janeiro deste ano para processar toda essa matemática. Nós fizemos uma pesquisa científica nos 293 municípios até então existentes em Santa Catarina - hoje são 295.

Em relação à Polícia Rodoviária Federal, tínhamos 54 bafômetros e pulou agora para 84. Foram 30 bafômetros a mais que o governo federal encaminhou à Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina. E, portanto, é justo que também reconhecemos a adequação desses números ao nosso relatório. Nós estamos agora elaborando o relatório final certamente já com essas devidas adequações.

Mas é interessante que nessa repercussão do relatório sobre álcool e direção nas estradas de Santa Catarina tivemos também uma aproximação muito interessante com diferentes órgãos e entre eles a Polícia Rodoviária Estadual, e eu quero traçar aqui alguns paralelos.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Pois não! Ouço v.exa, nosso médico também sempre muito interessado nessa questão do álcool e volante.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Deputado Ismael dos Santos, quero parabenizar v.exa. pela sessão solene de ontem e dizer que realmente o Proerd é muito importante no nosso estado.

Lá na nossa cidade, Canoinhas, tem o comandante Mário Renato Erzinger que faz um excelente trabalho com os nossos jovens. E tudo o que v.exa. relatou é a pura verdade: esse é um programa que faz com que os nossos jovens fiquem resistentes às drogas. Esse é um programa que realmente faz bem à nossa comunidade.

Parabéns, deputado Ismael dos Santos!

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado Antônio Aguiar, que representa a região norte do estado de Santa Catarina e que tem estado conosco também nesses debates sobre a Frente Parlamentar.

De fato, preocupa-nos quando lembramos que a cada 11 minutos no Brasil, sr. presidente, temos um óbito nas estradas do país em decorrência do álcool. São 47 mortes por dia em decorrência do álcool no país, sem falar em toda a tragédia nas estradas brasileiras: 40 mil mortes/ano, 800 mil feridos. E sabemos que boa parte disso está relacionada à questão do álcool.

Ontem, no debate que fazíamos com a Polícia Rodoviária Estadual e com a própria Polícia Federal, ajustando os números, ficamos felizes com as notícias. Embora trazendo no relatório a preocupação de que em 222 municípios de Santa Catarina

não temos um aparelho de bafômetro. Isso é inadmissível, falamos ao governador.

Hoje, um bafômetro, nós temos, deputado Sargento Amauri Soares, v.exa., que tem mais legitimidade para falar sobre isso, porque é da área, mas há bafômetros de R\$ 500 até R\$ 5.000, dependendo do Kit. Mas não é possível continuarmos com isso. Não é culpa da Polícia Militar.

É preciso que as prefeituras municipais também entrem conosco nesse enfrentamento, para que possamos ter esse monitoramento nas nossas estradas.

A Polícia Rodoviária Federal nos trouxe uma boa notícia, e a estadual também. A Polícia Estadual nos dizia que, comparando os dois primeiros meses de 2012 com os dois primeiros meses de 2013, tivemos uma redução nos acidentes de trânsito em Santa Catarina, nas estradas estaduais e, melhor ainda, nas estradas federais. Também no paralelo dos dois primeiros meses de 2012 com 2013, tivemos uma redução de 20% de óbitos. Isso é muito bom, muito positivo. Acredito que é resultado de toda essa movimentação da própria questão da blitz da Lei Seca, Tolerância Zero, embora haja incredulidade por parte de alguns setores. Mas entendemos da positividade dessas ações enquanto sociedade civil organizada e também feita por parte do governo.

Um dado muito importante que me chamou a atenção foi de que nós no ano passado éramos segundo lugar no *ranking* em mortes nas estradas federais. Só perdíamos para o estado de Minas Gerais que continua, infelizmente, sendo o primeiro ainda do *ranking*. E agora, já nesses dois primeiros meses de 2013, nós caímos. E essa é uma queda positiva. Nem toda queda é positiva, mas essa é positiva. Caímos no *ranking* para o sétimo lugar. Então, saímos do segundo lugar para o sétimo lugar em mortes nas estradas federais, no estado de Santa Catarina.

Então, queremos, sim, aplaudir aqui o trabalho da Polícia Rodoviária Federal, hoje, com 500 homens. É preciso aumentar o efetivo, assim como também da Polícia Rodoviária Estadual. E no debate que tivemos com as Polícias estadual e federal falamos sobre a necessidade da criação urgente de um cadastro unificado das estatísticas de trânsito, integrando todos os municípios com informações das ocorrências, das punições, inclusive, administrativas e judiciais, aquilo que está no Ministério Público, o número de infratores, o número de vítimas, para que possamos colocar isso de forma transparente via *internet*.

Acho que esse será um grande passo que essa Casa poderá dar em parceria com o estado, com a sociedade civil organizada, no sentido de termos uma Santa Catarina mais segura e, fazendo aqui jus ao nosso mascote do Proerd, uma Santa Catarina sem drogas.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Muito obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Esta Presidência registra aqui a presença lá do município de Princesa, vereadores Silmar Carlos Franco, do PT,

Amauri Estorno, do PMDB, e Ademilson Romão, do PT, ambos do município de Princesa.

Desejo a vocês as boas-vindas a este Parlamento.

O Sr. deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Eu vim ao microfone de apertes para registrar também a presença dos vereadores do nosso querido município de Princesa, que foi registrada por v.exa. Quero cumprimentá-los e desejar boas-vindas a todos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro, antes de anunciar o próximo orador, esta Presidência também registra o aniversariante Alécio dos Passos, servidor desta Casa há 38 anos, completando 63 anos de vida.

Os nossos cumprimentos ao nosso querido Papai-Noel Alécio dos Passos.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, aqueles que nos acompanham nesta tarde de terça-feira, os vereadores já mencionados, policiais militares do interior que visitam a nossa cidade e acompanham esta sessão, quero saudar todos os servidores que nos acompanham pela TVAL ou pela rádio.

Quero reiterar o que tive a oportunidade, por vossa generosidade, deputado Ismael dos Santos, de fazer nesta tribuna, na sessão especial da noite de ontem.

Parabenizo-o pela iniciativa de fazer uma sessão especial em homenagem aos 15 anos do Proerd, em Santa Catarina.

Como policial militar sempre atuei, e não tive a oportunidade de falar isso, exatamente na ponta oposta, pois que trabalhei a maioria do tempo no sistema prisional, na penitenciária, que dá para ser considerada a ponta exatamente oposta do serviço que fazem os policiais do Proerd.

Pelos números citados também ontem e hoje por v.exa., são 276 policiais que hoje trabalham lá - eram menos nos anos anteriores -, para mais de um milhão de catarinenses que foram formados, que tiveram durante uma fase, um ano letivo, o curso do Proerd.

Então, é um trabalho que mostra também o poder do serviço público e a capacidade de alcance social dos servidores públicos, dos 276 policiais. E hoje felizmente esse trabalho já está reconhecido como serviço policial militar, que não era até recentemente, o que prejudicava esses policiais, inclusive na sua remuneração, porque não percebiam hora extra. O nome técnico, para nós, é estímulo operacional. Quando da realização, às vezes trabalhavam horas e horas a mais do que a escala de trabalho normal.

Então, gostaria de parabenizar a instituição por esse reconhecimento à Polícia Militar e esses abnegados companheiros, v.exa., pela iniciativa, porque a verdadeira prevenção está na educação.

As famílias têm reivindicado, as autoridades têm reivindicado à Polícia Militar e aos governos que haja uma ampliação do Proerd para outras fases, para acompanhar a criança até a adolescência, até a juventude, cada ano, se possível, ou então a cada dois anos, uma nova passagem do Proerd pela sua sala de aula, em novas etapas da formação, porque a sociedade percebe a importância disso. É bom saber que temos uma instituição que faz um trabalho de tão expressiva relevância.

Com relação aos outros aspectos do seu pronunciamento, parabeno novamente v.exa., porque traz o debate de ideias de questões importantes a esta tribuna, diariamente, para discussão.

Temos refletido bastante sobre as questões de trânsito, mas no próximo horário de cinco minutos que terei na tarde de hoje pretendo voltar a isso.

Preparei para este horário, aos caros deputados e a quem acompanha a sessão, uma situação que é bastante grave no serviço público de saúde no estado de Santa Catarina. Antes, porém, permito-me fazer um registro, pois quando venho a esta tribuna para discutir o trabalho da imprensa quase sempre, senão sempre, é com opinião crítica diferente daquela emitida pelos meios de comunicação.

Quero me reportar ao trabalho importante que os veículos de comunicação têm feito. Cito especialmente o Grupo RBS em diversos dos seus veículos com relação a acompanhar o que tem melhorado na saúde pública do estado de Santa Catarina, e esse trabalho tem sido feito de forma acentuada desde dezembro ou do movimento grevista no ano passado.

Eu pediria à assessoria que mostrasse a situação no Hospital Infantil Joana de Gusmão que é referência de atendimento à saúde da criança no estado de Santa Catarina, e enquanto o *slide* vai passando com algumas informações, vou também me referindo a isso. (Procede-se à apresentação.)

Uma reforma no Hospital Infantil Joana de Gusmão começou em julho de 2010. Irá completar três anos, deputado Dirceu Dresch, agora no inverno. A empreiteira responsável é a Centauros e está lá dentro do Hospital Infantil há três anos, praticamente.

A Unidade B - Cirúrgica iniciou com 22 leitos, mas hoje funcionam apenas 18 pela falta de funcionários da emergência. Há uma enfermaria toda interditada, pois as tomadas emitem faíscas e curtos circuitos, com grandes riscos de incêndios com choque elétrico.

O centro cirúrgico foi construído com cinco salas de cirurgia pediátrica, mas atualmente apenas quatro salas estão em uso, pela falta de pessoal da enfermagem. E no próximo mês outras três salas serão fechadas, ou seja, o maior centro cirúrgico pediátrico do estado estará apenas com uma sala, pois outros funcionários se aposentaram, e não há reposição. O centro cirúrgico é referência no estado inteiro em várias áreas da cirurgia pediátrica, sendo para algumas áreas a única opção no estado.

Observa-se agora nessas fotos a situação do corredor da farmácia, raios X e

rampas de acesso aos setores que estão, todos, com goteiras e infiltrações nas paredes.

A unidade de isolamento, inicialmente construída para 14 leitos, hoje tem sete leitos ativos, pela falta de pessoal de escrituração e enfermagem. Nessa unidade há vários pontos de alagamento, mofo e infiltração nas paredes.

A unidade de isolamento é aquela onde ficam os pacientes que não podem ter acesso a nenhuma forma de contaminação. Esse é o isolamento do Hospital Infantil Joana de Gusmão. Essa é a realidade vivida, e há uma empresa lá para fazer reforma, repito, há dois anos e meio.

Vemos a unidade de queimados - única unidade de internação do estado para tratamento de queimadura infantil, pois a do Hospital Materno Infantil de Joinville foi fechada, deputado Dirceu Dresch, no ano passado, porque é administrada por uma organização social, uma ONG, um grupo privado que alega não ter retorno, que não vale a pena os custos para manter a unidade de queimados do hospital de Joinville.

Na unidade de queimados do Hospital Infantil Joana de Gusmão possui leitos fechados pela falta de funcionários.

O teto da unidade de queimados foi aberto há apenas um ano para manutenção e permanece aberto até hoje. O buraco no teto nunca foi fechado. Também há ponto de inundação no teto da unidade de queimados; existe jardins entre as salas de internação que na verdade são os responsáveis pelo recolhimento da água da chuva, que depois infiltra e vai para dentro da unidade.

No setor de radiologia é comum o fechamento de uma sala de raios X pela ocorrência de goteiras. O mesmo acontece com um dos aparelhos de ultrassom. Nesse setor, há mais de um ano, deixou-se de realizar o uretrocistografia por falta de manutenção do equipamento, sendo que esse exame no momento está sendo feito em clínicas privadas. Ou seja, o governo está pagando clínicas privadas para fazer aquilo que não está fazendo no hospital infantil, porque há goteiras em cima do equipamento e ou o equipamento está estragado por falta de manutenção há um ano, e não acontece a devida providência no sentido de consertar.

A emergência inaugurada há menos de seis meses já apresenta infiltração na recepção e no teto. Na emergência inaugurada recentemente já tem goteira. A emergência interna foi fechada há dois anos e meio e continua em reforma. Foi fechada para reforma há dois anos e meio e continua fechada para reforma. Foi o setor pelo qual a reforma iniciou e não terminou sequer onde iniciou.

A Unidade A, inicialmente inaugurada com 28 leitos, tem hoje apenas dez em funcionamento. A porta da ortopedia está quebrada há dez meses.

A oncologia está fechada há dez meses pela ocorrência de fungos no encanamento da unidade, sendo que nesse período a secretaria de estado da Saúde deveria trocar o encanamento da unidade e instalar uma caixa d'água exclusiva para a unidade. Mas nada foi feito. Sobre isso os meios de comunicação estavam na semana passada dando grande difusão.

Aí temos mais goteiras no centro de esterilização de material. No lugar que é para cuidar da limpeza dos materiais chove dentro.

A UTI e salas de recuperação pós-anestésicas foram fechados conforme as fotos em anexo e deveriam ser reformados para alocar a nova UTI, para então a UTI atual ser reformada. Mas em dez meses nada foi feito. E neste momento a UTI que já fechou quatro leitos está sofrendo com goteiras, infiltrações e será improvisada dentro da Unidade C. Essa unidade que deveria ser reaberta com a unidade de cardiologia permanecerá inativa para ser usada pela UTI de emergência interna e sem previsão de término de reforma.

Então, aí estão alguns dados do documento elaborado por servidores públicos do Hospital Infantil Joana de Gusmão, em parceria com o sindicato dos trabalhadores da saúde, que mostram aquilo que os meios de comunicação já têm trazido, de forma mais ou menos sistemática, da dramática situação da saúde no estado de Santa Catarina. É incompreensível a desorganização e a falta de planejamento desse setor da saúde em prejuízo da população catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, gostaria de me manifestar em primeiro lugar em relação à audiência que tivemos hoje pela manhã com o governador do estado de Santa Catarina e a bancada do Partido dos Trabalhadores.

Em primeiro lugar, destaco que essa audiência foi uma atitude pontual por parte do governador, portanto, não um comportamento, nesses dois anos e meio, republicano, como ele mesmo tem dito, mas apenas uma atitude isolada. E no meu entendimento uma atitude isolada não constrói uma relação republicana.

Gostaríamos muito, como deputada, que essa atitude, que esse comportamento fosse, por exemplo, um comportamento como a nossa presidente Dilma tem, que é um comportamento construído com todos os governadores e que discute as demandas de cada estado.

Nessa mesma relação, deputada Angela Albino, gostaríamos que os deputados de oposição tivessem esse tratamento, discutindo as pautas que são inerentes à nossa atividade parlamentar, em especial a pauta e as demandas da Educação, da Saúde, da Segurança Pública. No entanto, uma atitude isolada não garante que tenhamos uma relação mais respeitosa. Exemplo disso é de fato o debate que temos feito aqui há muito tempo, desde 2005, quando da criação do Fundo Social e também do Sistema de Incentivo à Cultura, Turismo e Esporte, que retira milhões da receita corrente líquida e coloca para os fundos, fundos estes questionados pelas lideranças em cada região, que, além de retirar os 12% da Saúde e os 25% da Educação que não são tributados, não são

tão transparentes como diz o governador no seu desejo e objetivo de construir essa relação.

Portanto, se é para termos uma relação republicana, transparente, séria e democrática, temos que discutir por que alguns parlamentares têm acesso às subvenções sociais e os demais não. Por que algumas entidades que prestam serviços na área da cultura, esporte e lazer, entidades ligadas às mulheres e aos idosos, que solicitam aos parlamentares a destinação de recursos públicos não têm direito a esse benefício?

Já deixei de acreditar em Papai Noel há muito tempo, portanto, gostaria que essa relação republicana se manifestasse no conjunto do governo, ou seja, que ao discutir as subvenções sociais tivéssemos critérios transparentes e técnicos destinados a todas as entidades deste estado, porque não há como fazer justiça, quando lá nos municípios existem entidades que prestam esses serviços e não conseguem entender por que o vereador "a" traz recurso e o "b" não, por que o deputado "a" traz recurso e o "b" não. Então, eu quero uma relação republicana, sim, de respeito, mas não uma relação de respeito e de transparência pela metade.

Lembro-me que o deputado Pedro Uczai sempre dizia que não existe meio honesto ou meio grávida. É por inteiro ou não. E quero utilizar esse mesmo exemplo para dizer que queremos uma relação republicana, mas na sua integralidade, em todos os recursos deste estado e de forma transparente, sem esconder nada a ninguém e sem privilegiar um em detrimento de outro.

Mas quero aqui também fazer menção, srs. deputados, a uma demanda levantada pelo Movimento dos Atingidos pela Barragem Usina Foz do Chapecó.

(Passa a ler.)

"Essa usina foi construída no rio Uruguai, entre os municípios de Águas de Chapecó, em Santa Catarina, e Alpestre, no Rio Grande do Sul.

Suas obras começaram em 1º de março de 2007 e duraram 42 meses, entrou em operação em 14 de outubro de 2010. A obra foi finalizada há mais de dois anos, mas muitas famílias atingidas ainda aguardam na Justiça por pendências com o consórcio Foz do Chapecó.

Conforme o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), mais de 2,5 mil famílias foram atingidas direta e indiretamente pelas obras da Foz do Chapecó. Dessas, cerca de 600 ainda aguardam na Justiça por pendências com o consórcio Foz do Chapecó.

No dia 14 de março ocorreu uma Assembleia na comunidade de Volta Grande, em Alpestre, com as famílias atingidas e o MAB.

Pautas levantadas e apresentadas no dia 22 de março, em Florianópolis, no escritório da empresa Foz de Chapecó:

Continuidade do projeto piloto de desenvolvimento sustentável da comunidade Volta Grande, município de Alpestre, no Rio Grande do sul;

Projeto de reestruturação para todas as comunidades atingidas pela barragem;

Indenização do asfalto, SC - Chapecó a São Carlos;

Pavimentação asfáltica da barragem Foz do Chapecó a Alpestre; Não pagamento das cartas de crédito;

Transformar o recurso do pagamento das terras dos reassentados de Mangueirinha/PR para um Fundo que seja revertido para os próprios reassentados;

Rede de água de Caxambu do Sul e Alpestre;

Liberação imediata das escrituras para os reassentados;

Recurso para instalação de tanques de rede no lago.

Portanto, essas reivindicações foram apresentadas, mas no consórcio não fez nenhum encaminhamento concreto, no sentido de anunciar investimentos para contemplar as famílias e comunidades atingidas.

As pautas precisam ser atendidas pelo consórcio Foz do Chapecó, pois somente desta forma serão minimizados os impactos causados pela construção da usina."

Como estou tratando aqui da Usina Foz do Chapecó, que mexe com água também, quero fazer menção ao programa que visitamos no município de Itapiranga, no final de semana.

(Continua lendo.)

"Esse município implantou o projeto Água para Todos, que atende desde 2012 a todas as propriedades do município e à cidade como um todo.

O investimento ultrapassa R\$ 5 milhões de recursos próprios e financiamento do Badesc. Já atende a 14 comunidades, totalizando 1.600 famílias no interior e toda cidade de Itapiranga.

O projeto de Água para Todos foi iniciado em 2005 e concluído no início de 2013. Portanto, são oito anos de trabalho nesse projeto.

Com o objetivo de levar água de qualidade a todas as residências do perímetro urbano e rural do município de Itapiranga, em virtude de que algumas famílias ainda não tinham acesso à água tratada em suas residências, foram construídas duas novas estações de tratamento de água, totalizando cinco hidráulicas no município, com capacidade de produção de 350 mil litros de água/hora.

A grandeza do projeto e do trecho percorrido pelos canos... A distância é quase igualada ao caminho de ida e volta de Itapiranga a Florianópolis, na capital do estado, que chega a aproximadamente 1.500Km.

De acordo com o prefeito Milton Simon, esse é um momento histórico para Itapiranga e para a região, porque foi possível implantar um projeto ousado, fazendo com que as famílias tivessem acesso à água tratada em suas residências.

Além da implantação do projeto, também são realizados constantemente exames laboratoriais na região e no município, para acompanhar a qualidade da água consumida todos os dias pelos municípios.

Quero parabenizar o município de Itapiranga por essa grande conquista."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Quero registrar a presença do vice-prefeito de Capinzal, Wilson Luiz Farias, do município de Ibiom o vereador Ademir Romanatto e a vereadora Maria Aparecida Gomes de Oliveira.

Desejamos as boas-vindas a todos!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, hoje, com alegria, quero relatar aos catarinenses a grande reunião que aconteceu em Mafra, no dia de ontem, no setor ferroviário e, após, outra com o governador Raimundo Colombo.

Todos vocês sabem que somos filhos de ferroviários e para tal lutamos pela nossa malha ferroviária no estado de Santa Catarina. Há muito tempo, há mais de 50 anos, funcionava o setor ferroviário no estado de Santa Catarina. E de 1970 em diante não funcionou mais a malha ferroviária em Santa Catarina. Hoje se fala em vários projetos, como o projeto da ferrovia do frango, de Mato Grosso até Chapecó. E a partir daí queremos que assuma a antiga malha ferroviária Paraná/Santa Catarina, que passa por Caçador, Porto União, Mafra, Jaraguá do Sul, Joinville e vai até São Francisco do Sul. Essa é a moção que nós deputados aprovamos para que seja prioridade do governo federal.

Relatamos a nossa posição com a ministra Ideli Salvatti, por sinal muito gentil, alegre e disposta a ajudar o planalto norte e Santa Catarina. Temos a certeza de que com a explanação e com os motivos apresentados, que é o resgate da nossa história, a do Contestado, resgate da ferrovia do Contestado, temos em mãos um argumento muito forte para que o primeiro dinheiro seja aplicado nessa ferrovia até São Francisco do Sul. E, logo após, se faça a ferrovia de São Francisco do Sul até Itajaí, porque já é parte da malha ferroviária, deputado Nilson Gonçalves, do litoral.

Então, acho que essa malha ferroviária será a primeira, depois, teremos outras, como a conclusão da litorânea e dessa que vem de Chapecó, passando por Rio do Sul até Itajaí. Mas a prioridade tem que ser essa malha ferroviária que estamos relatando. E a nossa ministra Ideli Salvatti, no seu discurso, endossou esse caminho que juntamente com o deputado Pedro Uczai que, em reuniões anteriores e audiências públicas na cidade de Porto União, também endossou esse novo caminho, que é a prioridade do investimento ferroviário no estado de Santa Catarina.

Temos a certeza de que os deputados de Joinville e do oeste de Santa Catarina terão as suas regiões também atendidas. E isso vai fazer com que esse resgate histórico para o planalto norte seja uma realidade. O litoral, hoje, recebe os maiores investimentos, e se nós formos a Araquari, por exemplo, veremos uma empresa ao lado da outra. Vamos primeiro fazer com que as coisas sejam igualitárias pelo menos, ou diferente aos desiguais. Nós somos os desiguais, o planalto norte recebe poucos investimentos e acho que a sua redenção está na prioridade ferroviária para a

construção dessa importante malha ferroviária a ser desenvolvida, que vem de Chapecó até o Porto de São Francisco do Sul, depois disso até Itajaí, que já faz parte. Faltam apenas 70 km de estrada de ferro, faz parte da malha ferroviária também a ferrovia litorânea, que vai atingir Laguna e Criciúma.

Então, vejam que são prioridades ferroviárias que estamos dando seguimento para que o governo federal aplique sua prioridade no planalto norte.

Ainda ao planalto norte tivemos a importante visita do nosso governador Raimundo Colombo que inaugurou duas escolas no município de Mafra, escolas que estavam sucateadas, escolas novas, escolas bem feitas, que atendem à necessidade da Associação de Pais da cidade. Estava presente o deputado Silvio Dreveck e o deputado da região Darci de Matos. E temos a certeza de que esse município, na parte educacional, está sendo contemplado de forma exemplar.

Parabéns ao município de Mafra, ao nosso governador Raimundo Colombo que também autorizou a abertura do ensino médio na Escola Estadual Urbana Professor Gustavo Friedrich.

O ensino médio foi um pedido da comunidade para essa escola. E observamos o calor humano dispensado ao nosso governador Raimundo Colombo, um homem humano, consciente, que está fazendo a sua parte com muito empenho pela educação do nosso estado. E eu, como presidente da comissão de Educação nesta Casa, quero dar respaldo às ações educacionais realizadas também pelo secretário da Educação, Eduardo Deschamps, que pela sua competência agora vão ser investidos R\$ 500 milhões na Educação, que vai suprir no estado de Santa Catarina a maioria das deficiências das escolas, atendendo a um grande número de escolas que terão quadras cobertas, ginásios de esporte etc.

Então, é com satisfação que relato para os catarinenses a visita feita pelo governador Raimundo Colombo, e esperamos que mais vez se fizesse presente no planalto norte.

Eu gostaria também de fazer um registro muito importante ocorrido na cidade de São Bento do Sul, onde foi ordenado o pastor luterano Ricardo Brozoski, natural desta cidade, para atender à cidade de Juruena e região, em Mato Grosso. A nossa homenagem ao pastor Ricardo, também à sua família. Desejamos que faça bom uso de suas atribuições. E já que é formado em Teologia, que seus ideais sejam concretizados.

Um grande abraço, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

Enquanto v.exa. dirige-se à tribuna, esta Presidência registra a presença do vereador Ismael Martins, do município de

Capivari de Baixo, e do vereador Assuero Isoton, do município de São Lourenço do Oeste. Desejamos boas-vindas a este Parlamento.

Agora sim, com a garantia de cinco minutos, v.exa., deputado Sargento Amauri Soares, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, como havia dito, nesses cinco minutos gostaria de fazer um debate acerca daquilo que o deputado Ismael dos Santos comentou, ou seja, o tráfego rodoviário em nosso estado. Houve uma diminuição de acidentes, segundo dados apresentados tanto pela Polícia Rodoviária Estadual quanto pela Polícia Rodoviária Federal nos primeiros dois meses de 2013, comparados com o ano de 2012.

Quero também fazer referência ao projeto de lei de nossa autoria, aprovado há 15 dias nesta Casa, padronizando nas rodovias catarinenses a velocidade de 50km por hora nas lombadas eletrônicas. Esse projeto foi para análise do governo e esperamos que não seja vetado. Acho importante a fiscalização eletrônica nas rodovias. Não estou aqui para dizer que não tem que ter fiscalização eletrônica, que não tem que ter radar, porque isso é apenas uma forma de caça-níquel. Não, eu acredito que contribui para a diminuição de acidentes, como comentou o deputado Ismael dos Santos.

Darei como exemplo alguns trechos de rodovias estaduais, mais precisamente a BR-282, onde tenho trafegado bastante. Tínhamos uma curva na descida da Serra do Mar, entre os municípios de Rancho Queimado e Águas Mornas, aonde não chegava a nascer mato, não dava tempo porque antes de nascer o mato já tombava outro caminhão. Cada vez que se passava por ali se via espalhada a carga de algum caminhão, e não havia mais espaço para fixar cruzeiros relativos àqueles que ali perderam a vida.

Depois foram colocados radares e no ponto imediatamente anterior, a cento e poucos metros dessa curva, o radar é 60km por hora. Não houve mais nenhum acidente envolvendo caminhão naquele local. E já vem de alguns meses a instalação dos radares.

Então, evidentemente, que esse radar está cumprindo a sua função importante de garantir que a velocidade seja reduzida antes de chegar naquela curva. Até porque, analisando o ponto de vista do motorista e do caminhoneiro, antes dessa curva tem uma espécie de baixada, de plano. E o motorista de caminhão que já desceu 12, 13 quilômetros de serra imagina que acabou a serra, quando faz a baixada. Mas não é verdade, em seguida ela desce de novo, de forma bastante acentuada. E aí, se ele não desacelerou lá atrás, ele não consegue mais segurar lá na frente. Por outro lado, aqui, em Santo Amaro da Imperatriz, tem um radar colocado, também a 60km por hora, que na minha avaliação ajudou a provocar um acidente trágico. Inclusive, passei por lá momentos depois e tinha uma vítima fatal.

Depois de uma reta, da última reta antes da BR-101, depois de uma curva, melhor dizendo, tem uma reta, uma curva, depois um radar.

Então, alguém sai para ultrapassar em alta velocidade, e os veículos que estão na curva veem que tem fiscalização eletrônica e freiam, tirando a possibilidade daquele veículo que está ultrapassando retornar para a sua faixa.

Então, creio que precisamos debater mais esses assuntos, pois a fiscalização eletrônica é importante, mas terá que haver uma racionalidade, uma padronização, para que se possa diminuir a quantidade de acidentes, mas também não provocar engarrafamento e assim diminuindo os acidentes, mas que também não seja uma forma de pegadinha para gerar multas.

Esse é o debate que precisamos fazer para melhorar o tráfego em Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero saudar o vereador Ismael, de Capivari de Baixo, que nos honra com sua presença. Ele esteve em nosso gabinete reiterando o convite para a Energifest que ocorrerá naquele município, o mais eletrizante do estado de Santa Catarina, onde está situada a Tractebel Energia, gerando 840 megawatts/hora para todo sul e sudeste do Brasil. A festa será realizada entre os dias 27 e 31 de março, quando mostrará suas potencialidades, sua economia, sua movimentação, a indústria, o comércio, enfim, mostrando o resultado do trabalho daquela boa gente próspera e trabalhadora que se dedica dia a dia, de forma incansável, para uma melhor qualidade de vida através das suas lideranças, do seu povo, da sua gente.

Por isso, muito obrigado pela presença e transmita o nosso abraço ao prefeito Moacir e toda sua equipe, parabenizando pelo êxito da sua gestão. Conte conosco e com o governo!

Sr. presidente, faço uso da tribuna, deputado Dóia Guglielmi, líder dos tucanos de bico fino, com o intuito de corroborar com a divulgação que v.exa. e toda bancada do sul, incorporada também pelo nosso presidente Joares Ponticelli, e com a participação efetiva do presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas, e do conselheiro ex-deputado Julio Garcia, que tiveram uma participação efetiva com relação à questão da liberação do aeroporto regional de Jaguaruna.

Tivemos a bela notícia do desentrelaçamento, que era um impasse técnico, pois havia controvérsias com relação à questão da terceirização ou concessão do aeroporto, mas dada a dimensão, a amplitude do potencial que esse aeroporto representa e pode representar ainda mais para a economia do sul, houve, então, celeridade no processo, e a participação do presidente Salomão Ribas e do conselheiro Julio Garcia foram decisivas para sensibilizar os técnicos e demais conselheiros para destravar esse gargalo que impedia o estado

de prosseguir com a licitação com relação à efetiva operação desse aeroporto.

Conversava ainda pela manhã com o secretário de Infraestrutura, Valdir Cobalchini, e ele muito ponderado, muito pé no chão, disse que em torno de 70 a 90 dias deveremos ter o desfecho da situação, quando optamos pela terceirização, haja vista que nenhuma das empresas operadoras do sistema de viação do país estaria interessada, tendo em vista a necessidade de um tempo para formar uma carteira de clientes. Quer dizer, o avião para funcionar tem que estar lotado na sua rotatividade, e o estado, então, passará a desembolsar aproximadamente R\$ 250.000,00 por até cinco anos como contrapartida nessa terceirização, até que se crie a autossustentabilidade do sistema, com uma carteira de rotatividade na plenitude dos usuários.

Então, o estado pode perfazer o rito de transformar esse edital num edital de concessão, em que a própria empresa de terceirização pode ser signatária e dar continuidade a esse processo, evidentemente dentro de uma demanda licitatória.

Por essa razão vejo isso com muita expectativa, o sul do estado merece, pois há décadas vem lutando pelo destravamento, um aeroporto que já está pronto e que precisa ser colocado na sua totalidade em operação. E na sequência devemos proceder todos os encaminhamentos na Anac, na secretaria dos Transportes e no ministério, para que se proceda aos encaminhamentos no terminal de carga que vai dar um rescaldo muito maior e um reforço para formar um lastro de viabilidade econômica de autossustentabilidade do aeroporto regional de Jaguaruna.

V.Exa., deputado Dóia Guglielmi, não tem medido esforços juntamente com os demais deputados do grande sul, as associações comerciais, as entidades organizadas de classe com, evidentemente, a sensibilidade do governo de Raimundo Colombo e Eduardo Pinho Moreira.

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado Dóia Guglielmi - Obrigado, deputado, pelo aparte.

Na mesma esteira que v.exa. vem tecendo os seus comentários, afirmamos a grande importância desse aeroporto no sul de Santa Catarina, haja vista que em Criciúma, que hoje tem o aeroporto Santos Dumont em funcionamento, já perdemos até o hábito de pegar avião, inclusive não temos uma aeronave para que pudéssemos nos deslocar para outros estados ou mesmo dentro de Santa Catarina.

Mas começamos com a TRIP, com apenas 20, 21 passageiros, chegamos a lotar, hoje está a empresa azul, com 70 passageiros. Ela começou com dificuldade, hoje está saindo lotada com dois voos de Criciúma e região.

Então, não tenho dúvidas de que essa carteira é necessária para que faça a sua rotatividade, deputado Valmir Comin, v.exa. que é uma pessoa incansável nesse trabalho da região sul como líder do PP. Só temos que parabenizá-lo pelo seu discurso e

agradecer ao Tribunal de Contas, principalmente ao seu presidente Júlio Garcia, que foi um grande parlamentar que passou por aqui, que tem um grande interesse naquela região.

Temos certeza de que em tão pouco tempo haveremos de ver esse aeroporto funcionando, que é o desejo e o sentimento de todo o sul de Santa Catarina.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado Dóia Guglielmi.

Todo o investidor nacional ou internacional ou até mesmo estadual, localmente falando, quando procura um mapa de desenvolvimento econômico do estado para fazer o seu investimento verá onde há segurança jurídica, onde há estrada, rodovias, ferrovias, hidrovias, onde há aeroportos, porque demanda de recurso humano temos, e de excelência, com várias universidades, com todo o lastro técnico, com nível qualificado de um povo ordeiro e trabalhador.

É evidente que a partir do momento em que esse aeroporto estiver em operação e que na sua sequência a duplicação da BR-101 estiver concluída, às margens desse aeroporto há a ferrovia que interliga os portos de Santa Catarina, futuramente a Transitorânea, que vai integrar todos os portos catarinenses e a malha ferroviária nacional. Isso vai dar um lastro de segurança jurídica para que os investidores possam vir a se estabelecer no sul do estado e prospectar os seus negócios.

Por essa razão que preciso aqui reconhecer o trabalho do secretário Valdir Cobalchini, do próprio Deinfra e do governo do estado na sua essência e, de uma maneira muito especial, do presidente do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Júnior, junto com o ex-deputado e conselheiro Julio Garcia, que, concomitantemente, com toda a bancada do sul e as associações comerciais, industriais e organizadas de classe, puderam fazer com que esse episódio viesse ocorrer de uma forma extremamente positiva.

Por isso a nossa manifestação e o desejo de votos de extrema confiança e prospecção, com certeza, de novos negócios para a economia do sul catarinense.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Dentro ainda do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, com a permissão do presidente do nosso partido, Gelson Merisio, nosso líder, gostaria de usar este horário para manifestar a nossa alegria com a reunião ocorrida ontem, em Itajaí, no Hospital Marieta Konder Bornhausen, onde foram anunciados investimentos oriundos do governo do estado, na ordem de R\$ 50 milhões, para a ampliação do referido hospital. Uma obra que vai atender a todo o estado de Santa Catarina, mais especialmente ao vale do Itajaí, à foz do rio Itajaí, à Costa Esmeralda e a todos os municípios da região.

Estavam presentes naquela solenidade o governador Raimundo Colombo e os secretários Valdir Cobalchini, Dalmo

Claro de Oliveira, Paulo Bornhausen, assim como os deputados Dado Cherem, Volnei Morastoni, que são dois lutadores pelas questões da Saúde da região. Nós acompanhamos a solenidade, juntamente com todas as autoridades presentes.

Trata-se de uma obra que terá 15 pavimentos, muito importante, e que ampliará o número de leitos de UTIs.

Sabemos que a população de todo o estado e região, assim como a população brasileira em geral, está passando por uma situação realmente difícil relacionada à Saúde, até porque a manutenção dos próprios hospitais é muito difícil. Hoje, o governo federal indeniza todos os atendimentos do SUS em torno de 30% do valor real do custo desses atendimentos.

É um investimento importante, porque o hospital está com dificuldades até para fazer a sua manutenção e irá receber um incremento para a construção de novas alas, novas UTIs, equipamentos etc.

A história do Hospital Marieta Konder Bornhausen se confunde com os municípios de Itajaí e com a nossa região; por isso, considero um importante investimento.

Os dois maiores investimentos anunciados pelo governador Raimundo Colombo e pelo secretário Dalmo Claro de Oliveira vão beneficiar dois hospitais em pontos estratégicos: Hospital Marieta Konder Bornhausen, em Itajaí, e R\$ 50 milhões serão investidos no Hospital Regional de Chapecó. São dois hospitais de referência, importantíssimos para as regiões que atendem e também para o nosso estado.

Então, são duas obras importantes dentro dos recursos que o governo do estado buscou junto ao Pacto por Santa Catarina, que resgatem as necessidades do nosso povo e da nossa população.

A irmã Sandra Pedrin, chefe do hospital, assim como todas as irmãs e todo o grupo de profissionais, estão acompanhando a importância desse investimento para a nossa região.

Teremos lá várias obras dentro do Pacto por Santa Catarina, para a região de Balneário Camboriú e de Itajaí, também em outras áreas, como a revitalização da rodovia Antônio Heil. Enfim, são vários projetos importantes para o desenvolvimento da nossa região.

Então, dentro do horário do partido, queremos registrar mais esse ato importante de governo, dentro daquilo tudo que o governo do estado está investindo para a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Portanto, o nosso reconhecimento à irmã Sandra, à direção do hospital, ao secretário da Saúde, ao secretário Paulo Bornhausen e ao governador Raimundo Colombo pela visão e empenho em atender a nossa região de Itajaí e Balneário Camboriú.

No Hospital Marieta Konder Bornhausen, e que ontem até citei, em 20 de janeiro de 1982 a minha filha nasceu. Então, é um hospital que eu conheço desde a minha chegada em Itajaí - chegamos em 1977 -, e tenho lá uma longa história de proximidade, assim como toda a população da região e, principalmente, de Itajaí.

Temos outra questão para abordar. Amanhã teremos uma reunião da comissão

de Segurança Pública da Assembleia Legislativa e vários assuntos deverão ser debatidos neste ano. Segurança pública é uma prioridade, chama a atenção de toda a nossa sociedade, precisa de investimentos com seriedade e responsabilidade e que tragam grandes resultados para a população.

Também temos o projeto que vai discutir poder de polícia - e é assim que o chamam. Eu entendo que os bombeiros já têm o poder de polícia, o poder de estado, o poder da sua atuação. Os bombeiros, hoje, já podem, se quiserem interditar um estabelecimento, exigir adequações e fazer efetivamente as mudanças que são necessárias em prol da proteção da vida humana.

Dei uma lida no projeto de origem governamental encaminhado a esta Casa - já temos uma cópia. Vários outros projetos na Casa tratam sobre essa questão e vamos buscar um debate com a sociedade, com os bombeiros e com as associações empresariais no sentido de buscar um consenso e uma lei que dê proteção à vida humana, que tenha como principal motivo proteger o cidadão, mas que não seja mais um código ambiental, que não seja uma legislação que venha causar transtornos àquele que quer investir. Tem que haver a busca da qualidade das melhores condições, sem causar transtornos àquele que vai investir, ao proprietário do estabelecimento, àquele que explora a atividade comercial no imóvel.

O bombeiro tem o dever de exigir as mudanças necessárias para que todos os estabelecimentos se adequem para que no caso de um sinistro possam ser dados os atendimentos necessários para que a segurança seja feita e que a vida das pessoas não seja colocada em risco.

Sei que essa lei vai causar bastante discussão e é importante que todas as partes se manifestem: que os bombeiros sejam ouvidos na sua vontade e na sua necessidade de produzir o melhor ambiente de segurança para a população, e que o empresário seja ouvido na sua decisão de investir com segurança, mas de não ter os seus projetos retardados por conta da fiscalização e das exigências que porventura venham a ser solicitadas.

Então, é um projeto importante e terá muito debate. Tenho certeza de que a comissão como um todo levará da melhor maneira possível.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria na tarde de hoje, no horário do Partido dos Trabalhadores, de dizer de que o PT, ao longo de toda a sua trajetória, de sua história, sempre tem tido uma postura transparente e ao mesmo tempo voltada especialmente às camadas mais sofridas, excluídas do contexto social.

Quero fazer hoje referência à questão da nossa agricultura familiar, ao trato de respeito que tem tido ao longo de toda a sua história, especialmente a partir do

governo Lula, do governo da presidente Dilma Rousseff, que se revestiu dessas diferentes culturas na defesa daqueles e daquelas que ao longo de toda a sua história mais precisam do estado, do Poder Público.

E é nessa defesa que quero aqui hoje destacar uma notícia extremamente positiva, do encaminhamento na ordem de quase R\$ 60 milhões para o aprimoramento da produção das cooperativas dos nossos assentamentos da reforma agrária no estado de Santa Catarina.

Digo isso com alegria, porque é uma luta histórica, construída por inúmeros debates dentro dos assentamentos, para construir um projeto alternativo de desenvolvimento, de inclusão social e acima de tudo para gerar renda, através de agregação de valores nos nossos assentamentos.

Temos hoje no estado de Santa Catarina mais de 6.000 famílias que vivem em nossos assentamentos. Isso não é pouca coisa; é um grupo expressivo, uma parcela expressiva da nossa sociedade que vive nos nossos assentamentos.

E numa reunião construída pelo Movimento dos Sem Terra, juntamente com o Incra e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a presidente Dilma Rousseff, juntamente com o governo do estado, com toda a sua equipe de governo e a presença do BNDES, conseguimos avançar para consolidar esse importante projeto no estado de Santa Catarina.

Através do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social, tivemos a presença do sr. Guilherme Lacerda, juntamente com os assentados, e o governo do estado está disponibilizando para os assentamentos nada mais nada menos do que 30 milhões de reais para o desenvolvimento dessas políticas sociais dentro dos nossos assentamentos.

E como acontece em outros estados da nossa federação, a cada real liberado pelo BNDES aos nossos assentamentos, os governos estaduais alocam o mesmo montante.

Fala-se aqui de um projeto que gira em torno dos R\$ 60 milhões, exatamente para o aprimoramento da produção das cooperativas dos nossos assentamentos da reforma agrária. Esse projeto versa em cima de quatro aspectos, de quatro pontos, ou de quatro desenvolvimentos da cadeia produtiva, sejam eles o que se refere à produção de leite e seus derivados, à piscicultura, toda a cadeia produtiva da piscicultura, bem como a toda cadeia da suinocultura e da avicultura. Portanto, é um projeto que engloba a diversidade produzida, desenvolvida dentro de todos os nossos assentamentos.

Queremos aqui, em nome do PT, no horário destinado ao Partido dos Trabalhadores, fazer esse destaque tão importante, que vai contribuir enormemente para as nossas famílias assentadas no estado de Santa Catarina.

Aqui, sim, destaco a importante parceria, juntamente com o governo do estado de Santa Catarina, para viabilizar a aplicação desses recursos dentro dos nossos assentamentos.

Uma novidade que o secretário da Casa Civil, Nelson Serpa, traz é de que a contrapartida do estado também vai ser

financiada, parte dos recursos, pelo Fundo Social do BNDES. A devolução de parte desse recurso vai se dar de uma forma muito inteligente e oportuna, através da entrega da alimentação escolar ou da merenda escolar na rede estadual do estado de Santa Catarina.

Acho que esse tem sido um avanço extraordinário, de uma importância muito forte, muito grande, porque é com os produtos produzidos dentro dos nossos assentamentos que vai sendo construída a devolução desses recursos através da entrega da merenda escolar à rede estadual de educação.

Além de fornecer, não temos dúvida nenhuma aqui, uma alimentação de qualidade e saudável, quem ganha com isso são aqueles que a produzem, os nossos assentados, e ao mesmo tempo também, especialmente, aqueles e aquelas que farão o consumo de merenda escolar.

Então, gostaria de fazer este registro, porque quem vai administrar esse processo todo é a Cooperativa Central do Movimento dos Sem Terra, para oportunizar que outros segmentos ligados à agricultura familiar possam também fornecer alimentação escolar entregue à rede estadual.

Para concluir, sr. presidente, faço hoje esse registro diante da importância que representa esse projeto para os assentados da reforma agrária e ao mesmo tempo também atendendo a uma demanda importante, que é a merenda escolar nas escolas estaduais.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Quero dar as boas-vindas, sr. presidente, à vereadora Cris Arrabar, do Partido dos Trabalhadores, do município de Canoinhas. Vale ressaltar que depois de 12 anos a Câmara de Vereadores recebe uma vereadora.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Gostaria de registrar a presença do vereador Adriano Rigo, do município de Serra Alta; do Colégio Cenecista Nossa Senhora de Fátima, de Taió; do prefeito Egon Gabriel Júnior, do município de Dona Emma; do prefeito Rodrigo Prais, de Rio do Campo; do prefeito Hélio Cesar, o Alemão, de Siderópolis.

Agradecemos a presença de todos em nome da Mesa Diretora, em nome de todos os srs. deputados, como também desejamos que cumpram e alcancem seus objetivos no dia de hoje.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o nosso líder, deputado Carlos Chiodini, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham pelo sistema Alesc de comunicação, TVAL e Rádio Digital, e quem está também nos acompanhando pessoalmente no plenário, quero destacar a presença dos vereadores Otávio Ramos, Oziel da Lavação e Reginaldo, da nossa querida Garuva, no norte catarinense; do prefeito Sérgio Aguiar, de Itapoá; do prefeito Luiz Carlos Tamanini, de Corupá; da comitiva de lideranças do município de Massaranduba, capitaneada pelo vice-prefeito Armino Sésar Tassi, dentre outras que nos acompanham.

O que me traz novamente a esta tribuna é o momento que o nosso estado vive quanto a algumas complicações geradas por novas políticas públicas no que diz respeito ao regramento, especificamente, do ICMS. Acompanhamos no ano passado o início das movimentações para a mudança dos critérios que os estados vinham adotando nas importações, e agora temos o advento da PEC 001. O editorial do jornal *Notícias do Dia* de hoje acende uma importante discussão e, por que não dizer, uma importante preocupação na esfera econômica do estado de Santa Catarina.

É fato que todas as obras incluídas nos projetos já divulgados pelo governo do estado, assim como os termos de assinaturas já publicadas, têm amparo legal e financeiro através de recursos captados junto aos bancos, às agências de fomento com o respectivo fim. Mas a nossa preocupação tem outro destino. É que a redução da nossa arrecadação vai trazer, evidentemente, consequências imediatas de atitudes relativas à política federal que vem tratando especificamente o assunto do ICMS.

Não é de hoje que se fala sobre isso, sobre a política da relação de distribuição de recursos entre os estados e os municípios, colocando o estado, na minha visão, como o ente mais frágil da federação e causando inúmeras dificuldades que hoje diariamente vemos aqui. E Santa Catarina, mesmo sendo um grande estado produtor, com todos os seus predicados e bons exemplos, não se difere dessas dificuldades. E o cenário é muito preocupante.

Os desafios hoje dos governos estaduais não são apenas realizar as obras ou promover as políticas sociais. O grande problema, pelos menos aqui em Santa Catarina, é readequar a gestão do nosso estado à grande redução da arrecadação e consequência das medidas relativas à redução da arrecadação do ICMS.

Só nos portões, nós que temos cinco portos exemplos em rapidez, em desenvolvimento, o que nos dá essa característica especial, o estado de Santa Catarina deve perder em torno de R\$ 1 bilhão, em 2013. Só no primeiro mês apurado, que houve o reflexo, que foi fevereiro, Santa Catarina já perdeu R\$ 90 milhões. Então, deve passar de R\$ 1 bilhão, seguindo essa projeção no ano de 2013, sem contar uma estimativa de perda de receita, algo em torno de R\$ 2 bilhões, que advém da nova padronização de alíquotas de ICMS, prevista na PEC 001, que se encontra na CAE - Comissão de Assuntos Econômicos - do Senado federal, que está tramitando a

jato e prestes a ser aplicada e que vai nos custar muito caro.

Nesse ritmo, com a redução da arrecadação, muito em breve, o estado de Santa Catarina perderá sua capacidade, assim como outros estados, do seu próprio custeio. Está usando quebras generalizadas em diversas unidades da federação. Especificamente no caso da PEC 001, seis estados brasileiros terão perdas significativas, dentre eles Santa Catarina, que, com a unificação do ICMS, acabam perdendo essa receita, porque vendem mais para outros estados do que compram.

A proposta do governo federal para compensar Santa Catarina e os outros estados que sofrerem ou vão sofrer as perdas é a criação de um Fundo de Compensação de Receitas, chamado FCR, onde o mecanismo cobrirá as perdas durante um período até a acomodação de contas dos estados. Também está se discutindo com os nossos senadores, representantes desses estados, a prorrogação da vigência dos benefícios desse fundo, mediante as nossas perdas.

A Lei Kandir, por exemplo, criada em 1996, prometia cobrir as perdas dos estados exportadores e dar isenção de ICMS a produtos e serviços exportados. Mas em 2012 Santa Catarina só recebeu algo em torno de 7% do que de fato era devido. Assim o nosso estado foi prejudicado, por ser um grande exportador de produtos industrializados em tantas áreas, a exemplo do setor metalmeccânico, que é expoente no norte catarinense, a nossa forte agroindústria, dentre outros produtos que muitas vezes nem imaginamos a grandiosidade da indústria catarinense e suas inúmeras frentes.

Com a nova medida mais uma vez, infelizmente, o nosso estado vem a perder, desta vez por produzir muito mais do que o seu mercado consumidor estadual e vender esses produtos em outros estados, ou seja, quem realmente é a motriz da economia brasileira acaba pagando o preço disso e acumulando perdas frequentes.

Na verdade, como disse o próprio secretário Gavazzoni em entrevista, perdem todos em Santa Catarina. A indústria perde a competitividade, o varejo especificamente também perde.

Estávamos há poucos dias discutindo o decreto 1.357, e foi colocado que o varejo perde benefícios do programa Simples estadual. E com esse advento da PEC 001 isso é praticamente inevitável, porque regulamenta nacionalmente essa perda. Em dez anos essa perda superará em torno de R\$ 20 bilhões. É claro que a nossa economia vai crescer, mas vamos perder investimentos e outras situações que não eram previstas.

Por isso, sr. presidente, é urgente esforços, uma revisão nacional do sistema tributário, o tão falado pacto federativo, medidas concretas que visem proporcionar uma distribuição mais equânime dos recursos arrecadados pelo governo federal aos estados e municípios, que hoje ficam em mais de 70% com a União, levando em conta que grande parte dessas arrecadações partem das contribuições sociais que não eram previstas na Constituição e não

entravam no bolo de divisão com os outros entes da federação.

Antes de os estados quebrarem, precisamos de outro pacto federativo, mas com a importante missão de que atendam aos estados e aos municípios de forma mais justa e que se interrompa, até que seja estabelecida essa discussão, medidas como essa da PEC 001, já em tramitação e praticamente a caminho da aprovação no Senado federal, com o consentimento e promovida pelo governo federal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A sra. Deputada Luciane Carminatti - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero registrar a presença do vice-prefeito de São João do Oeste, Ernani, e também de vereadores daquele município do extremo oeste de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o deputado Dado Chereim.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREIM - Sr. presidente e srs. deputados, tivemos a alegria na noite de ontem de contar com a presença do governador Raimundo Colombo, juntamente com o secretário Dalmo de Oliveira e o secretário Valdir Cobalchini, na região de Itajaí e de Balneário Camboriú. Lá fizemos algumas ações e atos que trarão um retorno social e econômico muito grande para a nossa região.

Conseguimos enfim o tão sonhado recurso para a construção do segundo anexo do hospital Marieta, que está para a região de Itajaí como o Santa Isabel está para a região de Blumenau e como também os hospitais Hans Dieter Schmidt, Dona Helena e São José estão para a região de Joinville, ou seja, drenam todos aqueles pacientes que precisam de tratamento mais complexo.

Ontem fomos agraciados com o valor de R\$ 50 milhões para a construção e compra de equipamentos para o hospital Marieta, que é do estado e que está nas mãos das irmãs do Sagrado Coração de Jesus. Isso, com certeza, dará a nossa região um novo alento na saúde pública, já que o município de Balneário Camboriú passa por um momento difícil, e depois até quero voltar com esse tema. Isso é de extrema importância para todos nós.

Também, sr. presidente, na área da infraestrutura, o secretário Cobalchini e o governador autorizaram o início do projeto de engenharia da obra de pavimentação que liga o bairro Braço, em Camboriú, com o bairro da Limeira, na cidade de Brusque. Ainda foi autorizado o início do estudo de viabilidade da obra que liga Itapema ao município de Camboriú, por dentro das duas cidades, na altura mais ou menos do hotel Plaza.

Isso, com certeza, vai trazer uma nova situação para a nossa região, principalmente agora que todos nós estamos sofrendo com a duplicação da BR-101, que já não faz mais efeito. E não tem dia que não tenha fila naquela região.

Isso vai fazer, srs. deputados, que um veículo entre no município de Itapema, na altura do primeiro trevo, o trevo das peixarias, e saia praticamente lá em Indaial,

na BR-470, sem usar a Antônio Heil, sem usar a Jorge Lacerda, sem usar a BR-101, trazendo, com certeza, uma nova perspectiva para todos nós. São duas obras de valor não tão elevado, mas de extrema importância para todos nós.

Então, com certeza fiquei feliz e quero fazer um agradecimento de público ao governador Raimundo Colombo, aos secretários Valdir Cobalchini, Dalmo de Oliveira, porque agradeceram os municípios da nossa região com obra de tamanho porte e envergadura, o que faz com que acreditemos cada vez mais neste governo.

A festa, sr. presidente, somente não foi maior, porque o meu município não foi contemplado com nada, o município de Balneário Camboriú. Quero agradecer ao governador Raimundo Colombo.

Sr. presidente, estou neste Parlamento há 12 anos, o prefeito de Balneário está há cinco anos. E nunca subi a esta tribuna para tecer uma crítica que fosse ao prefeito de Balneário Camboriú. Mas não dá mais para fazer de conta, porque se alguma coisa está errada em Balneário Camboriú, o prefeito aponta o dedo para alguém, como se alguém fosse o culpado, porque ele não é culpado por nada.

A coluna do jornalista Moacir Pereira, de domingo, traz uma crítica do prefeito Edson Renato Dias ao governador Raimundo Colombo.

O prefeito lançou um *release* na imprensa criticando o governador Raimundo Colombo, falando que é um governo sonolento, enfim. Mas fica difícil querer ajudar o município de Balneário Camboriú quando o prefeito deliberadamente, voluntariamente, cria dificuldades para essa ajuda ou não aceita ajuda de quem quer lhe estender a mão.

É muito fácil vir à imprensa e criar factóides, apontar dedo como se ninguém quisesse ajudar, quando ele na verdade é que não quer receber ajuda.

Srs. deputados, não sou eu que estou dizendo isso, mas a imprensa da região, não de Balneário, mas da região, que traz matérias a respeito do que acontece, hoje, em Balneário Camboriú. Como essa do *Diário do Litoral*:

(Passa a ler.)

"A polêmica da duplicação só vai existir por causa de interesses particulares, onde se está duplicando uma estrada que não precisa ser duplicada para atender a dois terrenos de um secretário e de um ex-secretário."

Todo mundo sabe o que aconteceu, aqui, com o hospital Ruth Cardoso, quando o deputado Volnei Morastoni bravamente lutou para tentar ajudar e fez severas críticas àquela organização social que lá estava, que administrou muito mal o hospital. Eu não quis me envolver naquela polêmica, porque era o Dado que estava falando e aí poderia ficar aquele ranço nas eleições. Mas eu quero trazer a notícia do jornal do dia 26 de março de 2013, que trouxe o ato de criação do departamento de Gestão e Consultoria em Saúde da Cruz Vermelha, a tão famigerada Cruz Vermelha.

Eles criaram esse departamento no dia primeiro de dezembro de 2010, deputado Altair Guidi, e logo na sequência ganharam uma licitação dentro desse hospital.

O deputado Sargento Amauri Soares tem participado de muitos movimentos contra, nas organizações sociais, e sabe muito bem como é difícil para uma organização que tem tudo na ponta do lápis, quanto mais para uma desorganizada que não serviu para nada.

Mas por que eu faço esse desabafo, srs. deputados? Não é para criticar a gestão de ninguém. É porque eu pessoalmente já levei três vezes recursos ao Balneário Camboriú, para a área da Saúde, os quais foram rejeitados pelo prefeito, srs. deputados. Três vezes! Das duas policlínicas, uma foi para Camboriú e outra para Itapema, porque o prefeito não quis.

Então, quando vem para Florianópolis ou qualquer lugar do estado criticar o governador Raimundo Colombo, ele está equivocados. Primeiro, assumo os seus erros! Primeiro diga que errou aqui e aqui, para depois apontar o dedo para os erros dos outros.

É isso, srs. deputados, que não dá mais para aceitar.

Então, srs. deputados, em cinco anos eu nunca subi a esta tribuna para fazer qualquer tipo de críticas do que acontece hoje em Balneário Camboriú. A Câmara faz e faz bem feito, mas a mentira não dá mais para aceitar. Não dá para dizer que o governo do estado não ajuda o município, porque não é verdade. Só em duas policlínicas foram mais de R\$ 10 milhões que o prefeito não quis, srs. deputados, em detrimento da saúde da população de Balneário Camboriú. E se ele vier aqui e dizer que o governador não ajudou e tiver os seus motivos, serei o primeiro a me irmanar ao seu discurso, mas mentira, não. Comigo não vai ser mais boca fechada. A partir de hoje corrigirei todas as palavras e as mentiras que o senhor prefeito de Balneário Camboriú falar a respeito do governo do estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Dado Cherm!

Passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Carlos Chiodini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Carlos Chiodini.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, gostaria de fazer a solicitação de retirada de pauta das mensagens de veto, porque tem colegas propositores de projetos que não estão presentes. Então, se fosse possível, deixemos para a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Esta Presidência atendendo à solicitação do deputado Carlos Chiodini, retira de pauta os vetos, deputado Aldo Schneider, que estavam previstos para votação no dia de hoje.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, nós da bancada do PMDB e na condição de líder do governo, gostaríamos de ratificar a solicitação do

deputado Carlos Chiodini, até em respeito a muitos colegas deputados que são autores de projetos de leis e que não estão neste momento em que analisaríamos a derrubada do veto.

Então, é apenas para corroborar a solicitação do nosso líder.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Deputado Aldo Schneider, faremos a retirada do veto, como também retiramos de pauta da votação de hoje o PLC n. 0042/2011, pois trata-se de projeto de lei complementar de autoria do Tribunal de Justiça, o qual passaremos para a Ordem do Dia de amanhã.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, se pudesse repassar para a Ordem do Dia de amanhã o Projeto de Decreto Legislativo n. 0001/2013, para que pudéssemos apreciar amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Está retirado de pauta também.

Temos ainda o PLC n. 0001/2013, que passamos para pauta de amanhã, o PLC n. 0026/2012 e o PLC n. 0042/2011 que já foi retirado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0047/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, que estabelece nova designação a ser adotada pelas autoridades públicas para a droga crack.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, da de Saúde e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0306/2012, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que institui o Dia Estadual da Eubiose no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0251/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta, que institui a Semana Catarinense de Reciclagem nas escolas públicas estaduais.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0257/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch, que altera o art. 1º da Lei n. 12.282, de 2002, que dispõe sobre o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar das unidades educacionais do estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e da de Finanças e Tributação.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, elaboramos uma emenda e retiramos os produtos animais em virtude da dificuldade de comercialização desses produtos. E deixamos os demais.

Quero registrar que temos uma grande preocupação com a alimentação de qualidade. Temos quase 30% das nossas crianças em idade escolar sofrendo de obesidade infantil. São dados do ministério da Saúde.

Acreditamos que com esse projeto podemos iniciar um grande debate sobre alimentos, com a comunidade escolar, não somente com os alunos, mas também com os pais, os professores, para que as crianças aprendam o que é um alimento de qualidade, alimento saudável, que proporcionará qualidade de vida e saúde. E sempre afirmamos que a saúde das pessoas começa pela alimentação.

Portanto, pedimos o apoio aos nossos colegas parlamentares para a aprovação desse projeto que, com certeza, é de grande importância para o nosso estado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0258/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que denomina Centro Esportivo Vitório Stormovski o espaço esportivo do centro comunitário Centro Social Ilma Rosa De Nês, no município de Chapecó.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0360/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Dia do Passeio Ciclístico no estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e da de Educação, Cultura e Desporto.

Aprovado.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, eu só gostaria de registrar a presença do secretário de Desenvolvimento do município de Canoinhas.

Obrigada por sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Agradecemos a presença do secretário do Desenvolvimento do município de Canoinhas.

Esta Presidência comunica que enviará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações de n.s 0133/2013, 0134/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0135/2013, 0136/2013, 0137/2013, 0138/2013, 0139/2013, 0140/2013, 0141/2013, 0142/2013, 0143/2013, 0144/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0145/2013, 0146/2013, 0147/2013, de autoria do deputado Darci de Matos.

Comunica, também, que defere os seguintes Requerimentos de n.s 0211/2013, 0212/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos; 0213/2013, de autoria do deputado Sílvio Dreveck, 0214/2014, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0215/2013, de autoria do deputado Ciro Roza; 0216/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0217/2013, de autoria do deputado Narcizo Parisotto; 0218/2013, de autoria da deputada Angela Albino.

Moção n. 0015/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, manifestando à dra. Noemia Bohn, da Universidade Regional de Blumenau, apoio ao Projeto Conjunto de Realização de Evento Científico entre a Universidade Regional de Blumenau - Furb e instituições francesas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0016/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, manifestando ao presidente da Câmara dos Deputados repúdio à escolha do deputado Marco Feliciano para a Presidência da comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0017/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch, solicitando ao presidente do Senado a revisão do valor das tarifas para as cooperativas e permissionárias de energia elétrica, com o objetivo de buscar nova redução para esse setor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0018/2013, de autoria da deputada Angela Albino, manifestando ao ministro do Turismo apoio à campanha para Florianópolis sediar a Feira Internacional de Cruzeiros Seatrade Latin America, edição 2014.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a eminente deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Muito obrigada, Sr. presidente.

Sr. presidente, esse é o grande evento do setor de cruzeiros no mundo inteiro. Santa Catarina apresentou a sua candidatura através de Florianópolis. E a aprovação por esta Casa por desse requerimento torna essa candidatura de fato no perfil que deve ter, como uma candidatura do estado de Santa Catarina. É um momento importante para termos visibilidade nesse setor que cresce no mundo inteiro.

Nós somos uma parte significativa da costa brasileira, em particular a região da Grande Florianópolis, que tem todas as condições de sediar essa feira e fazer um grande evento não só para a nossa capital como para todo o estado de Santa Catarina, Sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito bem, deputada Angela Albino.

Continua em discussão a matéria.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0024/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de Estado da Educação, solicitando informações sobre as escolas que serão beneficiadas pelo Programa "Pacto por Santa Catarina".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0025/2013, de autoria da deputada Luciane Carminatti, a ser enviado ao secretário de Estado da Infraestrutura, solicitando informações sobre as estradas a serem recuperadas e construídas pelo Programa "Pacto das Estradas".

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0026/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, solicitando informações sobre os motivos que justificam a publicação do Decreto n. 1.427, de três de março de 2013.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra a sra. deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero primeiro fazer um justo apontamento, porque na hora da minha intervenção não pude fazê-lo, que é registrar a presença do diretor para assuntos de turismo, da Associação Industrial e Comercial de Florianópolis, Ernesto Santiago, que tem sido entusiasta da candidatura de Florianópolis para sediar a grande Feira Internacional de Cruzeiros do Mundo. Eu agradeço a sua presença e muito particularmente a deferência em permitir que o nosso mandato possa impulsionar o debate desse tema.

Tenho certeza de que irá repercutir nas Câmaras de Vereadores do estado todo e, como já disse, interessa ao estado de Santa Catarina e não apenas à cidade de Florianópolis sediar esse grande evento. Talvez, se tivéssemos nos empenhado quando da discussão das sedes da Copa do Mundo, se a nossa força política de Santa Catarina tivesse se empenhado mais, hoje poderíamos estar recebendo as grandes obras que o Brasil inteiro tem visto, principalmente no campo da infraestrutura, que para nós certamente seria muitíssimo bem-vindas.

Faz-nos falta não ser sede da Copa do Mundo, e sou apaixonada por futebol, mas não é por causa disso, é devido à antecipação dos recursos de investimento do governo federal que estamos vendo em várias sedes do mundo inteiro. E Florianópolis, assim como todo o estado de Santa Catarina, tem toda a vocação para sediar grandes eventos, pela sua beleza, pela capacidade do nosso povo. Mas é preciso que a força política do nosso estado esteja à disposição desses grandes eventos que acontecem e que transformam completamente a economia de qualquer lugar.

Recentemente estive em São Joaquim, visitando algumas regiões produtoras de vinho. E é com grande angústia que se vê o desenvolvimento econômico de São Joaquim comparativamente, por exemplo, com Gramado. São Joaquim é muito mais bonito do que Gramado, mas não tivemos a visão de gestão pública capaz de transformar esse município no potencial turístico que é hoje a cidade de Gramado, um potencial turístico construído, desenvolvido por ação governamental.

Precisamos aqui no estado de Santa Catarina ter essa visão e trazer grandes eventos. E novamente agradeço ao diretor de turismo da Associação Industrial e Comercial de Florianópolis, Ernesto Santiago, que já conheço desde o tempo que fui vereadora na capital, quando vi todo o seu empenho.

Devemos pensar no óbvio: que nessa terra maravilhosa, capital dos catarinenses, maior parte do seu território é uma ilha, geralmente congestionado, o transporte marítimo é uma obviedade tão grande, que é estranho que ainda precisamos defender.

Notadamente, quero lembrar que até a década de 20 usávamos o transporte marítimo como forma de comunicação com a porção continental da nossa cidade e do estado.

Mas gostaria também de ocupar a tribuna, na tarde de hoje, senhoras e senhores, para mencionar o pedido de tutela antecipada que o Ministério Público de Santa Catarina protocolou para que o estado dê uma solução aos problemas estruturais e sanitários e a falta de recursos humanos e materiais que atingem o Hospital Infantil Joana de Gusmão de Florianópolis.

Noticiamos aqui eu, a deputada Ana Paula Lima e o presidente da comissão de Saúde, deputado Volnei Morastoni, que estivemos ano passado e novamente este ano no referido hospital para tratar de um assunto aparentemente pontual, ou seja, a transferência da área de oncologia onde está hoje para outra ala. Na verdade, nós nos deparamos com uma questão estrutural gravíssima.

Em particular, os deputados que compõem a base do governo precisam atentar para essa grave situação em que vivem os hospitais de Santa Catarina, em especial aqueles que são referência em nosso estado para tratamento de toda a população catarinense.

Srs. deputados, na visita que fizemos havia pessoas de todo o estado com seus filhos aguardando notícias de como se daria essa transferência. O diretor do hospital certamente estava sem condições de fazer diferente do que estava propondo, sendo feita a transferência de uma ala que era muito confortável, muito limpa, nova, que era a ala C, para uma ala muito menor, muito mais difícil de convívio do que é hoje, e agora aquele hospital aguarda a conclusão de uma obra na área de oncologia que deveria levar 15 dias, que é o que foi noticiado aos pais naquele momento, que já dura nove meses.

Compreendemos que o estado brasileiro hoje, os municípios e os governos do estado estão premidos por esse sistema que tem mais gente controlando do que

executando. O engenheiro, por exemplo, que atua na área de controle ganha três vezes mais do que o engenheiro que atua na área de execução. Uma série de dificuldades, em que temos de fazer valer de fato a vontade, a decisão política.

Então, o Hospital Infantil do estado de Santa Catarina, porque esse hospital não é somente de Florianópolis, é de todo o estado, precisa de um olhar especial. E queria saudar o Ministério Público por esse pedido de tutela antecipada, para que possamos reverter a situação estrutural em que vive o hospital. Inclusive estivemos na UTI neonatal do hospital, senhores e senhoras, a maioria que está aqui é pai, é mãe, e bebês que estavam com respirador tinham do lado um balde para dar conta da goteira que caía. É uma situação muito tocante que precisamos ter uma solução.

É um problema estrutural que precisa ser resolvido, é um problema sanitário, mas eminentemente de recursos humanos. E mesmo que se colocasse em funcionamento todo o Hospital Infantil não teríamos profissionais para dar conta disso.

O referido hospital há 20 anos inaugurou com oito salas de cirurgia e nunca, repito, nunca quatro delas foram postas em funcionamento! E quantas das nossas crianças aguardam em filas para que possam ter acesso a uma cirurgia, pois faltam profissionais?!

A saúde, assim como a educação, a segurança, é feita eminentemente por pessoas e precisamos que o Hospital Infantil tenha esse olhar do governo de mais zelo do estado; e se precisar fazer aditivo de contrato que seja feito, se precisar trabalhar final de semana, que isso seja feito, se a obra ficar mais cara é porque isso precisa ser visto como prioridade, porque do que jeito que está hoje a UTI do Hospital Infantil não é possível! Os pacientes foram transferidos para a ala de oncologia, que por sua vez já estavam numa ala emprestada, e novamente vão ser transferidos para outro lugar.

Quando fizemos a visita ao hospital, ainda no final do ano passado, essa ala que hoje abriga a oncologia e vai passar a abrigar a UTI neonatal estava fechada, porque foi inaugurada, aliás, com grande pompa e repercussão positiva na mídia, mas nunca foi efetivamente usada. Está sendo usada até então, temporariamente, para área de oncologia e agora temporariamente também para a UTI. Portanto, creio que o estado de Santa Catarina não precisa sequer desse pedido de tutela antecipada. Mas já que as coisas não estão andando, que seja feito dessa forma.

Dentro dos governos, infelizmente é natural que assim aconteça em certa medida, senão natural, mas ordinário, pois os governos têm concepções diferentes dentro da própria administração e é preciso fazer disputa de orçamento. E nessa hora, senhores, tratando-se do Hospital Infantil Joana de Gusmão, precisamos estar todos unidos para que de fato aquelas crianças e as que precisarão ainda de atendimento em Santa Catarina possam, efetivamente, ter no Hospital Infantil a referência que tem sido ao longo da sua história o grande hospital das crianças catarinenses.

Portanto, essa ação do Ministério Público precisa ter o apoio da nossa Casa, mas muito particularmente dos parlamentares da base do governo, para sensibilizar o governo do estado da imensa prioridade que precisamos ter no tratamento dos nossos hospitais e entre eles essa situação caótica que vive o Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Portanto, o nosso desejo é que o governador do estado Raimundo Colombo, na sua disposição, como tem feito propaganda pelo estado de que vai efetivamente olhar pela saúde, possa dar conta desse problema pontual, mas muito importante para o nosso estado, que é cuidar do perfeito funcionamento do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público presente nesta Casa, hoje tivemos a visita de muitos vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, mas quero destacar a presença do nosso prefeito de Rio do Campo, Rodrigo Preis, e Egon Daniel, de Dona Emma. Essas lideranças estão participando desse grande encontro da Fecam que está acontecendo desde ontem na nossa capital.

Mas quero agradecer aos nossos colegas deputados e deputadas pela aprovação do Projeto de Lei n. 257, de nossa autoria, que trata da alimentação saudável nas nossas escolas.

Temos que discutir na comunidade escolar catarinense o grande problema da má qualidade dos alimentos fornecidos às nossas crianças tanto nas escolas quanto em suas próprias casas, que são produtos industrializados com baixo poder nutritivo, e trocá-los por um alimento de qualidade, orgânico e agroecológico, para mudar essa triste realidade de estarmos chegando a 30%, segundo dados do Ministério da Saúde, com crianças em idade escolar com problemas de obesidade.

Além disso, o projeto também beneficiará os mais de três mil e quinhentos agricultores familiares que hoje produzem um produto diferenciado na nossa agricultura familiar catarinense. Então, quero agradecer a aprovação do meu projeto, e esperamos que o governador Raimundo Colombo sancione-o, pois é de grande importância para a sociedade catarinense.

Em segundo lugar, quero lamentar por ter que vir aqui falar sobre o nosso querido e pequeno município de Saudade, que tem perto de dez mil habitantes e que nos últimos meses vem sofrendo muito com roubos e violência. Tem ocorrido até um fato por dia como roubo de carros, de motosserras, de estepes de carros ou de televisão. E o fato mais grave ocorreu há uns 50 dias, que foi a morte de um agricultor, queimado dentro de um galpão na sua propriedade.

No nosso pequeno município todos estão apavorados e pensando quem será a próxima vítima, de tanta malandragem que vem ocorrendo. Apenas na sexta-feira passada tivemos roubo de carros, cinco ou

seis casas arrombadas e uma porção de outros roubos.

Então queremos uma providência. Sabemos que v.exa., deputado Sargento Amauri Soares, é conhecedor dessa situação da segurança pública. E enquanto os bandidos agiam pelo estado com os grandes delitos, os bandidos pelo interior também faziam o serviço.

Não é possível não conseguir identificar esses bandidos, depois de 60 dias da ocorrência! O que está acontecendo?

Eu não quis vir para esta tribuna antes, porque achei que poderíamos resolver essas questões, mas estamos apavorados com as coisas que estão acontecendo, tanto no interior quanto na cidade. O delegado da minha região, inclusive, falou, sobre o crime contra o agricultor que morreu queimado, que todas as suspeitas apontavam para um assalto. E, segundo o laudo, o agricultor foi pendurado com arames e, em seguida, atearam fogo no galpão.

Então, estamos cobrando resultados da secretaria da Segurança Pública do estado e da Polícia Civil de Chapecó, que são responsáveis pela nossa região. Estamos sem delegado. Um dia é um delegado de Cunha Porã, no outro dia, de Pinhalzinho, e as famílias não têm a quem recorrer. Há uma insegurança total. Então, estamos cobrando, desta tribuna, agilidade para pegar aquela turma que está fazendo tanto estrago no município de Saudade.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Sr. deputado Dirceu Dresch, agradeço o aparte. Quero solidarizar-me com v.exa., com a população de Saudade, sua cidade, e dizer que em cidade deste porte ainda é possível resolver o problema, mas é preciso que as autoridades regionais, onde tem mais estrutura de Polícia Militar e Civil, desloque um efetivo extraordinário para ir lá e

combater esses crimes. Fazendo dessa forma eles vão encontrar, e não é muita gente, deve ser um pequeno grupo que está cometendo todas essas barbaridades.

Então, juntamente com v.exa., recorro ao secretário da Segurança Pública, ao comandante da Polícia Militar e ao delegado-chefe da Polícia Civil, para que deem uma verificada na situação na cidade de Saudade e outras, que devem estar na mesma situação, para que se defina uma força-tarefa para resolver esse problema.

Toda a nossa solidariedade a v.exa. e ao povo da sua cidade.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - O último carro roubado na sexta-feira à noite foi do vereador do nosso partido, um Fiat Uno, um dos seus únicos bens.

Então, amanhã vou encaminhar uma moção ao secretário da Segurança Pública. E vamos conversar também em Chapecó com as Polícias Militar e Civil da região, para que tomem providências, porque não dá mais para conviver com essa situação.

A população está muito assustada, pois à noite, com as famílias dormindo, os bandidos estão arrombando as casas e levando os seus bens embora.

Mas quero aqui também aproveitar esse dia de hoje para dizer que na semana passada, deputado José Milton Scheffer, estivemos ausente da sessão e desta Casa porque participamos de dois grandes eventos de duas entidades importantes para a agricultura familiar no estado de Santa Catarina e do sul do Brasil. Um foi o congresso da Fetraf-Sul, em São Lourenço do Oeste, um encontro com mais de mil delegados e delegadas dos três estados do sul, com agricultores e agricultoras e com lideranças com o seu chapéu de palha discutindo o futuro da nossa agricultura familiar. Alguns temas muito fortes do debate foram de fato a continuidade da agricultura familiar, a permanência dos jovens, a educação no

campo e a questão da renda. Enfim, foram discutidos um grande número de temas.

Na quinta-feira e na sexta-feira tivemos o grande seminário da Cresol, sendo que na sexta-feira houve a assembleia para a eleição da nova direção.

Então, tanto a Fetraf-Sul quanto a Cresol elegeram as suas novas direções para o próximo período, e que irão coordenar essas entidades tão importantes na vida da agricultura familiar e que já trouxeram tantas lutas e tantas conquistas para a vida dos agricultores, como a questão do Pronaf, da habitação rural e da aposentadoria. E temas como o Código Florestal Brasileiro e o seguro da agricultura familiar. Enfim, um grande número de conquistas, mas há ainda grandes desafios pela frente.

Portanto, quero parabenizar as novas direções, tanto da Cresol, quanto da Fetraf, que estão assumindo essas importantes entidades para coordenar nesse próximo período a luta tanto da questão do crédito quanto da questão geral da nossa agricultura familiar do sul do Brasil.

Quero deixar os nossos cumprimentos e os nossos parabéns. Espero que as entidades sempre consigam cumprir a sua função, que é construir um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário para a nossa agricultura familiar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA PRESIDÊNCIA DL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 012-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, com amparo no art. 65, inciso VI, alínea "I" do Regimento Interno e na Resolução nº 005/2005, no uso de suas atribuições CONSTITUI Frente Parlamentar Mista de Combate à Violência em Santa Catarina, integrada pelos Senhores Deputados Angela Albino, Ana Paula

Lima, Neodi Saretta, Luciane Carminatti, Joares Ponticelli, Kennedy Nunes, Dirce Heiderscheidt, Valmir Comin, Ismael dos Santos e Mauro de Nadal, com o objetivo de contribuir nas ações gerais e pontuais e acompanhar os atos do Poder Executivo, visando garantir de forma preventiva a plena manutenção da segurança pública. PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 2 de abril de 2013.

Deputado **JOARES PONTICELLI**

Presidente

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 026/13

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **IPADH - Instituto de Pesquisas Ambientais e Desenvolvimento Humano**, de Capivari de Baixo, referente ao exercício de 2012.

Kátia Da Boit Martinello

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 027/13

Joinville, 25 de fevereiro de 2013

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconheci-

mento de utilidade pública do **Mutirão do Amor - Associação Beneficente**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Mery Paul

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 028/13

ACBCI OF. Nº 002/2013

Itapiranga, 18 de março de 2013. Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação dos Bombeiros Comunitários de Itapiranga**, referente ao exercício de 2012.

Angelo Altair Venzo da Encarnação

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 029/13

Ofício DIR nº 012/2013 Agrolândia, 20 de março de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**, de Agrolândia, referente ao exercício de 2012.

Osni Knaul

Presidente Diretoria Executiva

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 030/13

Ofício Nº 018/2013 Joinville/SC, 25 de março de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Essência de Vida - Comunidade Terapêutica**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Neiva Maria Bellani Westrupp

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 031/13

Ofício 49 Joinville, 18/03/2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Instituição Evangélica Filantrópica "O Bom Samaritano"**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Jaqueline Correa da Silva

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 032/13

Florianópolis, SC, Março de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Caminhos para a Vida**, de Florianópolis, referente ao exercício de 2012.

Maria Elizabeth Sandri Coutinho

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 033/13

Salete, 26 de Março de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **APP da Escola de Dança Studium Dance**, de Salete, referente ao exercício de 2012.

Sônia Regina Corrêa

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 034/13

Salete, 26 de Março de 2013.
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Cia de Dança Fabiula Morgana**, de Salete, referente ao exercício de 2012.

Sônia Regina Corrêa

Presidente da Entidade

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 035/13

Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Círculo Trentino**, de Rodeio, referente ao exercício de 2012.

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 036/13

Joinville/SC, 30 de Março de 2013
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Sociedade Espírita de Joinville**, de Joinville, referente ao exercício de 2012.

Alberto Ferreira

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 037/13

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Ofício TC/GAP/Nº 3008/2013 Florianópolis, 27 de março de 2013.
EXMO. SR.

DEPUTADO ESTADUAL JOARES PONTICELLI

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga Verde
Rua Dr. Jorge Luz Fontes, 310 - Centro
88020-900 - Florianópolis - SC

Ref.: Encaminha Relatório de Atividades do exercício de 2012

Exmo. Senhor Presidente

Com meus cordiais cumprimentos, em conformidade com o disposto no artigo 59, § 4º da Constituição Estadual, Parágrafo único do art. 112 da Lei Complementar nº 202, de 15/12/2000 e artigo 296, § 1º do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência o **Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao exercício de 2012**.

Ao ensejo, aproveito para renovar protestos de estima e consideração.

Conselheiro SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 038/13

Ofício 025/2013 Criciúma/SC, 19 de março de 2013.
Encaminha a documentação para a obtenção do título de reconhecimento de utilidade pública da **Associação Cidadania em Ação**, de Criciúma.

Ismael Cordova

Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 074/13****ESTADO DE SANTA CATARINA****GABINETE DO GOVERNADOR****MENSAGEM Nº 813**

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Saúde, o projeto de lei que "Institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde e estabelece outras providências".

Florianópolis 26, de março de 2013.

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente
Sessão de 02/04/13

ESTADO DE SANTA CATARINA**SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE****GABINETE DO SECRETÁRIO**

Exposição de Motivos nº 029 - 13

Florianópolis, 12 de Março de 2013

Senhor Governador,

Com meus cumprimentos, apresento a Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que "*Institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde e estabelece outras providências*".

O projeto materializa a concessão da referida Gratificação o percentual de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o vencimento do cargo ocupado pelos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Saúde, tendo sido amplamente discutida e negociada com entidade representativa dos servidores, constituindo-se em mais um relevante ato de valorização daqueles que labutam nas unidades desta Pasta.

A Gratificação será paga em 3 (três) parcelas, sendo primeira em abril do corrente ano, com integralização em abril do próximo exercício e traz em seu bojo critérios de medição pela meritocracia, com foco na melhoria da produtividade institucional, o que certamente trará reflexos favoráveis no atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde.

Atenciosamente,

Dalmo Claro de Oliveira

Secretário de Estado da Saúde

PROJETO DE LEI Nº 074.8/2013

Institui a Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde, devida aos servidores ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, inclusive aos admitidos em caráter temporário, lotados nas unidades administrativas integrantes da estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Saúde (SES).

§ 1º As disposições do *caput* deste artigo aplicam-se em caso de unidade administrativa sob gestão de Organização Social.

§ 2º A vantagem pecuniária referida no *caput* deste artigo não é devida aos ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão e Promoção de Saúde, na competência de Médico, inclusive aos admitidos em caráter temporário nessa função.

Art. 2º A Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde é fixada em até 50% (cinquenta por cento) do vencimento previsto para o cargo ocupado.

§ 1º A Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde será paga em razão de critérios de medição pela meritocracia, com foco na melhoria da produtividade institucional.

§ 2º A melhoria da produtividade institucional será representada pela manutenção ou pelo aumento do teto fixado pelo Termo de Limite Financeiro Global Estadual, acordado entre o Ministério da Saúde e a SES, nos procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e assistencial.

§ 3º A aferição da produtividade institucional ocorrerá a partir do exercício de 2014, comparando-se com o exercício imediatamente anterior, mediante extração dos dados processados no Sistema de Controle de Limite Financeiro da Média e Alta Complexidade (SISMAC).

§ 4º Na hipótese de manutenção ou acréscimo do teto fixado pelo Termo de Limite Financeiro Global Estadual, acordado entre o Ministério da Saúde e a SES, nos procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e assistencial, o valor da Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do vencimento, cujo pagamento ocorrerá de janeiro a dezembro do exercício subsequente ao da aferição.

§ 5º Havendo redução do teto fixado pelo Termo de Limite Financeiro Global Estadual, acordado entre o Ministério da Saúde e a SES, nos procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e assistencial, o percentual da Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde será proporcionalmente reduzido ao decréscimo desse teto.

§ 6º Não será computado como redução do teto fixado pelo Termo de Limite Financeiro Global Estadual, acordado entre o Ministério da Saúde e a SES, nos procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e assistencial, os valores decorrentes da descentralização de serviços e recursos por intermédio de pactuação com os Municípios.

§ 7º Na ocorrência de redução do percentual da Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde, o pagamento de seu valor máximo dependerá do retorno da produtividade institucional aos valores do teto fixado pelo Termo de Limite Financeiro Global Estadual, acordado entre o Ministério da Saúde e a SES, nos procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e assistencial, no ano da primeira aferição.

Art. 3º Nos exercícios de 2013 e 2014, a Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde será paga da seguinte forma:

I - 15% (quinze por cento) do vencimento previsto para o cargo ocupado, no período de abril a setembro de 2013;

II - 32,50% (trinta e dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) do vencimento previsto para o cargo ocupado, no período de outubro de 2013 a março de 2014; e

III - 50% (cinquenta por cento) do vencimento previsto para o cargo ocupado, no período de abril a dezembro de 2014.

Art. 4º Sobre o valor da Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde não incidirá qualquer adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina e o terço constitucional de férias.

Art. 5º A Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde é extensiva aos servidores inativos, exceto aos beneficiários das modalidades de aposentadoria estabelecidas no art. 40 da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 6º Fica vedada a acumulação dos índices de revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos servidores públicos civis e militares estaduais, ativos, inativos e pensionistas da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional, nos termos do disposto no art. 37, inciso X, da Constituição da República, dos exercícios de 2013 e 2014, com a percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades em Saúde.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Estado.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0075.9/13

Declara de utilidade pública a Associação Catarinense de Futsal, do município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Catarinense de Futsal, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de abril de 2013

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 02/04/13

JUSTIFICATIVA

A Associação Catarinense de Futsal - A.C.F., com sede no município de Florianópolis, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de defesa da criança e do adolescente participantes da modalidade esportiva do Futsal, de duração indeterminada, regida por estatuto próprio, anexo ao presente projeto, e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

A Associação proporciona aos seus associados intercâmbio com entidades congêneres, além de promover o convívio com outras crianças e adolescentes através de atividades culturais e educativas, tirando os jovens do sedentarismo.

Entre suas ações institucionais vale frisar que a associação promove atividades esportivas de forma participativa e competitiva, incentivando as crianças e os adolescentes a praticar esportes e ter disciplina dentro dos princípios éticos e morais da sociedade, sem discriminar raça, sexo, cor ou religião.

Em pleno funcionamento e cumprindo com suas finalidades estatutárias, sua diretoria constituída conforme o Estatuto da associação e de reconhecida idoneidade moral.

Para dar continuidade às ações propostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

Sala das Sessões, em de abril de 2013

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 076.0/13

Declara de utilidade pública a Associação Santa Catarina Dança, do município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Santa Catarina Dança, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de abril de 2013

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 02/04/13

JUSTIFICATIVA

A Associação Santa Catarina Dança - com sede no município de Florianópolis, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma sociedade civil de interesse público, sem fins lucrativos, de caráter representativo, reivindicativo, educacional e cultural, relacionado a Dança, de duração indeterminada, regida por estatuto próprio, anexo ao presente projeto, e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicadas.

Tem como finalidade principal a promoção da Dança, e atende Crianças e adolescentes, tirando-os do sedentarismo e

incentivando a prática esportiva através da Dança, de forma participativa e competitiva, mediante apoio dos órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais.

Através da atividade da dança, a associação proporciona aos seus associados intercâmbio com entidades congêneres, promovendo o convívio com outras crianças e adolescentes através de atividades culturais e educativas.

Entre suas ações institucionais vale frisar que a associação incentiva as crianças e os adolescentes a praticar a dança e ter disciplina dentro dos princípios éticos e morais da sociedade, sem discriminar raça, sexo, cor ou religião.

Em pleno funcionamento e cumprindo com suas finalidades estatutárias, sua diretoria constituída conforme o Estatuto da associação e de reconhecida idoneidade moral.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

Sala das Sessões em, abril de 2013

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 077.0/13

Concede a Gratificação de Produtividade prevista na lei nº 13.761, de 2006, e da outras providências.

Art. 1º - Fica concedida a Gratificação de Produtividade prevista na Lei nº 13.761, de 22 de maio de 2006, aos servidores detentores de cargos de provimento efetivo de Consultores Educacionais e Especialistas em Assuntos Educacionais (Orientadores Educacionais, Supervisores Escolares e Administradores Escolares) lotados ou em exercício no órgão central e nas Unidades Escolares da Secretaria de Estado da Educação (SED), na Fundação Catarinense de Educação Especial, nas Unidades dos Centros de Educação Profissionalizantes - CEDUPs, nos Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJAs e nas Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDRs, com o valor alterado pela lei nº 15.162 de 11 de maio de 2010.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição Estadual.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Neodi Saretta

Lido no Expediente

Sessão de 02/04/13

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 13.761, de 22 de maio de 2006, concedeu Gratificação de Produtividade aos servidores do Quadro Único lotados no órgão central da Secretaria de Estado da Educação e não gratificou os Consultores Educacionais e os Especialistas em Assuntos Educacionais (Orientadores Educacionais, Supervisores Escolares e Administradores Escolares) que atuam no órgão central, nas Unidades escolares da Secretaria Estadual de Educação, na Fundação Catarinense de Educação Especial, nos Centros de Educação Profissionalizantes, nos Centros de Educação de Jovens e Adultos e nas Secretarias de Desenvolvimento Regionais,

A articulação destes profissionais junto aos gestores escolares, no cumprimento do calendário escolar, elaboração do Projeto Político Pedagógico - PPP, acesso e permanência do aluno na escola, elaboração e colaboração nas datas festivas, desenvolvimento de projetos dentre outros, melhora a formação humana e o convívio entre pais, alunos e o corpo docente, trabalhando inclusive com a violência na escola.

Esses profissionais efetivos e aptos a dar continuidade ao processo de aprendizagem nas unidades escolares merecem ser valorizados para que tenhamos de fato uma educação de qualidade em todos os níveis e modalidades da educação.

Assim, em razão dos argumentos acima explanados, apresento o presente Projeto de Lei, contando, desde logo, com a compreensão e anuência dos nobres Deputados desta Casa Legislativa.

Deputado Neodi Saretta

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 0078.1/2013

Fica autorizado o Governo do Estado de Santa Catarina através do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN - SC, enviar comunicação informando a data de vencimento de validade da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, ao titular do documento.

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado de Santa Catarina através do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN - SC, enviar comunicação informando a data de vencimento da validade da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, ao titular do documento.

Parágrafo único. A comunicação de que trata o "caput" deverá ser efetuada, via correio, com 30 (trinta) dias de antecedência,

contendo, no mínimo, o prazo e as devidas informações de onde o condutor deverá dirigir-se para proceder à renovação, bem como a documentação necessária para tal fim.

Art. 2º As despesas resultantes da aplicação da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Manoel Mota

Lido no Expediente

Sessão de 02/04/13

JUSTIFICAÇÃO

A medida que estamos propondo já vem sendo adotada, de maneira inovadora, em alguns estados da Federação, como é o caso de Goiás, que, a partir de 2011, passou a notificar, via correspondência, os usuários cadastrados em seu sistema, cujas CNHs estavam vencidas. Projeto idêntico tramita no Estado de São Paulo.

Sabe-se que devido ao intervalo consideravelmente grande, de cinco anos, que separa os períodos de renovação e vencimento de uma CNH, não é raro que os condutores acabem por se esquecer de procurar os órgãos responsáveis, a fim de renovar o documento.

Porém, ainda que esse esquecimento não se dê por má fé, o condutor fica sujeito a punições severas, caso seja pego pelas autoridades, com a carteira vencida.

O que esta lei que ora propomos pretende é, justamente, separar aqueles que deixam de renovar a carteira de motorista por esquecimento daqueles que o fazem por má fé.

Acreditamos, dessa forma, que ajudaremos a beneficiar centenas de milhares de condutores, que, às vezes por um simples descuido, acabam sob o risco de sofrerem punições severas das autoridades.

Diante da relevância da questão, contamos com o apoio dos nobres membros desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº 0047.5/2012

O Projeto de Lei nº 0047.5/2012 passa a tramitar com a seguinte redação:

"PROJETO DE LEI Nº 0047.5/2012

Estabelece nova designação a ser adotada para a droga popularmente conhecida como crack.

Art. 1º A droga derivada do *Erythroxylon coca*, conhecida vulgarmente como "crack", passará a ser designada por "crack a pedra da morte", no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em 22 de maio de 2012

Deputado Sargento Amauri Soares

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 20/03/13

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 26/03/13

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0047/2012

Estabelece nova designação a ser adotada para a droga popularmente conhecida como crack.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º A droga derivada do *Erythroxylon coca*, conhecida vulgarmente como crack, passará a ser designada por "crack a pedra da morte", no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 2 de abril de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 0306/2012

Institui o Dia Estadual da Eubiose no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Eubiose no Estado de Santa Catarina, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de agosto.

Art. 2º A data instituída por esta Lei passará a constar do Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 02 de abril de 2013.

Deputado MAURO DE NADAL

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***